

A reforma de Ensino no Distrito Federal (1927 - 1930)



Posse de Fernando de Azevedo na Diretoria de Instrução Pública do Distrito Federal.
Reconhecimento da realidade escolar.
Discussão e aprovação do Projeto de Reforma de Ensino.
Congressos e Conferências.
Centenário do ensino primário no Brasil.
A formação para o magistério.
Concursos públicos e a reorganização do magistério.
Práticas escolares.
Edificações escolares.
Inquéritos e Cruzadas.
Intercâmbios.
Higiene.
A Reforma de Ensino em recortes de jornal.
A Reforma do Ensino em imagens.

A posse de Fernando de Azevedo na diretoria de Instrução Pública do Distrito Federal



Através das indicações feitas por Renato Jardim, ex-diretor da Instrução Pública do Distrito Federal, Washington Luís, presidente do Brasil, e seu secretário, Alarico Silveira, ao prefeito Antônio Prado Júnior, Fernando de Azevedo recebeu o convite para se integrar ao governo da então capital do país. Sua nomeação refletia a rede de articulações que acompanhavam Azevedo: esse mineiro que se alçou para a vida política em São Paulo, a partir, especialmente, de sua participação no jornal O Estado de S. Paulo.

Azevedo tomou posse no cargo de diretor da instrução pública do Distrito Federal no dia 17 de janeiro de 1927. Estava composta, dessa forma, a “trinca de paulistas” - Washington Luís, Antônio Prado Júnior e Fernando de Azevedo - que passariam a ditar os rumos da sociedade carioca no final dos anos de 1920: o primeiro na Presidência da República, o segundo na prefeitura do Rio de Janeiro; e, por fim, o último na esfera educacional.

Em seu discurso, amplamente divulgado na imprensa, Azevedo procurou traçar um quadro interpretativo da educação na capital federal que viria a servir-lhe como introdução ao conjunto de reformas a serem implantadas no Rio de Janeiro.

Reconhecimento da realidade escolar



O plano de reforma elaborado por Fernando de Azevedo pretendia o aproveitamento, a renovação e o aperfeiçoamento do que já existia no ensino no Distrito Federal. Assim, a Diretoria Geral de Instrução Pública, buscando um maior reconhecimento do quadro escolar, na capital organizou um recenseamento, dividindo o público escolar por idade, sexo, e, principalmente, por distritos escolares.

Para a organização e realização dessa tarefa Azevedo convidou o professor paulista Sud Mennucci, o que provocou críticas por parte da opinião pública carioca insatisfeita com a “importação de especialistas” e também com o que o periódico O Globo chamava de “patacoadas `a moda dos diretores da instrução pública”, uma vez que, para seus jornalistas, o recenseamento geral de 1920 efetuado por Bulhões Carvalho na Diretoria Geral de Estatística ainda seria válido se corrigido pelos dados do serviço demografo-sanitário da Saúde Pública dirigido por Sampaio Vianna.

Alterando o início da freqüência escolar, porque suspensa para realização do censo, e exigindo o trabalho gratuito do magistério primário, uma vez que as professoras exerciam a função de recenseadoras, o censo abriu a primeira grande polêmica referente às medidas reformadoras do projeto de Fernando de Azevedo evidenciando a necessidade de um maior investimento na formação de uma opinião pública favorável à implantação de uma política de reforma.

Reconhecimento da realidade escolar

O interesse em dar maior visibilidade à administração pública aliado à proposta de reconhecimento da realidade educacional levaram a Diretoria de Instrução a promover visitas às instalações escolares pela capital dentre elas às escolas Normal, Rio Grande do Sul, Visconde de Ouro Preto, Pereira Passos e José Pedro Varella. Com tal procedimento, a reforma do ensino chegou às páginas dos jornais, colocando em cena autoridades do administrativo e do legislativo. A necessidade de instalações próprias e adequadas para as escolas públicas tornava-se, assim, evidente nos periódicos da capital que a essa altura iam se posicionando quanto à qualidade ao projeto de reformas educacionais proposto por Fernando de Azevedo.

Discussão e aprovação do Projeto de Reforma de Ensino



Ao assumir o cargo de diretor geral da Instrução Pública, Fernando de Azevedo elaborou um Projeto de Reforma do Ensino, que foi submetido à aprovação do Conselho Municipal, gerando divergências, basicamente, quanto às “inovações” a serem apresentadas, no âmbito político-educacional, à sociedade carioca. Foram motivo de grande polêmica, principalmente, os pontos referentes à contratação de funcionários para diferentes cargos, pois defendia Azevedo a realização de concursos públicos, ao que o Conselho Municipal queria acrescentar o sistema de nomeações pelo prefeito; e ao sistema de promoção/unificação do magistério, que pleiteava o nivelamento dos vencimentos, bem como o aperfeiçoamento dos mecanismos de ascensão profissional para as classes das professoras adjuntas. Todavia, ainda segundo o Projeto, com respeito à direção das escolas e grupos, permaneceria o critério de “cargos de confiança”, cabendo à administração escolher dentre os professores que tivessem mais de 12 anos de serviço para exercer essa função.

O postergamento dessas discussões, personificadas nas figuras de alguns representantes de interesses políticos, como Brício Filho, Maurício de Lacerda e Orestes Barbosa deu-se com a elaboração e aprovação de um Projeto Substitutivo, aprovado pelo Conselho em 26 de dezembro de 1927. Tal estratégia foi necessária à obtenção de um consenso parlamentar, premido pela urgência de aprovação do orçamento municipal. No entanto, o início de 1928 reavivou a polêmica sobre a aprovação e, após diversas instâncias de recursos, em 23 de janeiro de 1928, foi aprovado e sancionado pelo prefeito, o Projeto de Reforma da Instrução Pública carioca, tal como havia sido proposto por Fernando de Azevedo.

Congressos e Conferências



Como parte do esforço de consolidar os métodos de educação segundo a pedagogia nova, educadores e administradores públicos promoveram, pelo país, vários congressos e conferências de diferentes naturezas e com diversos objetivos. Discutiam temas como disciplina na escola, carreira do magistério e higiene, tratados pelo Congresso de Instrução Primária de Minas Gerais, realizado em Belo Horizonte, fixação dos professores efetivos das classes por critérios pedagógicos, abordado na II Conferência Nacional de Educação, generalização do método analítico, apresentado na I Conferência de Ensino Primário de Santa

Catarina e formação da opinião pública sobre as vantagens do ensino secundário, explorados nas teses da III Conferência Nacional de Educação.

Especificamente no Distrito Federal, a Diretoria Geral de Instrução Pública promoveu uma série de conferências pedagógicas com a intenção de divulgar a reforma e com o propósito de instruir o professorado em assuntos como escola nova, ensino profissional e trabalhos manuais. Com essa estratégia efetuaram-se as Conferências de Educação, ocorridas no período de 24 de abril a 30 de maio de 1928, reunindo nomes eminentes da administração e do magistério públicos, e estendendo-se sobre a escola do trabalho, a reforma do ensino e os testes mentais e sua aplicação na escola.

No entanto, as conferências não se realizaram somente a partir de iniciativas da Diretoria Geral ou das escolas, por meio do Círculo de Pais e Professores. Essa forma de divulgação e instrução revelou-se também um meio de congregação de pessoas em torno de assuntos como higiene, trabalho, família, a partir do espaço escolar. Os médicos organizaram o ciclo de palestras Higiene Mental: maus hábitos nas escolas. Os professores articularam conferências com o apoio da Cruzada pela Escola Nova e de entidades de promoção da educação como a ABE, através do Curso de Educação Física.

Segue / Volta

Centenário do ensino primário no Brasil



Em 15 de outubro de 1827, D. Pedro I assinou o decreto que oficializava e tornava obrigatória as escolas de primeiras letras em todas as regiões populosas do Império. O início da Reforma de Fernando de Azevedo coincidiu com as comemorações do primeiro centenário do ensino primário no Brasil. A ocasião serviu para que se fizesse uma retrospectiva histórica das transformações dos ensino primário ao longo de seus cem anos.

A data foi comemorada em vários estados. No Distrito Federal, a Diretoria Geral de Instrução Pública organizou um programa de solenidades, a ser executado no Automóvel Club, com a presença de representantes de diversas autoridades, professores, pais, alunos, entre outros. A Câmara Municipal (DF) suspendeu suas atividades e o prefeito Antônio Prado Junior decretou ponto facultativo nas repartições públicas.

O centenário do ensino primário concentrou diversas discussões sobre a escola brasileira, destacando-se às relativas à questão do analfabetismo. Por existir, segundo estatísticas dos jornais, uma grande parte da população brasileira ainda analfabeta, após os cem anos da lei do ensino primário, a data deveria ser motivo de vergonha nacional e não de comemoração.

A formação para o magistério



A reforma do ensino normal constituiu-se em um dos aspectos reiterados pelo discurso renovador da Diretoria Geral de Instrução Pública do Distrito Federal entre 1927 e 1930. Tanto as condições materiais necessárias ao acolhimento de alunas e ao desenvolvimento do curso quanto as questões mais teóricas da formação e profissionalização docente foram objetos de análise pelos educadores envolvidos na administração municipal e sofreram alterações justificadas em princípios da Escola Nova. Ainda em 1927, foi aberto o concurso e aprovado o anteprojeto para construção do novo edifício para a Escola Normal. No ano seguinte, modificaram-se as regras do exame de admissão à Escola, incorporando a prova de desenho, o que gerou grande polêmica na imprensa, e criou-se o curso anexo preparatório ao de formação para o magistério. O programa da Escola Normal foi reformulado, estendendo-se para cinco anos, divididos entre curso propedêutico e profissional, e adaptando-se aos ditames da pedagogia científica e experimental. Em 1929, as alunas ganharam um novo uniforme. Finalmente, em 1930, inaugurou-se o novo prédio da Normal. Durante estes últimos três anos foram efetuados diversos concursos para contratação de professores para a Escola.

Na produção de uma identidade docente ao magistério primário carioca não apenas a temática da profissionalização *técnica* despontou nos discursos dos *renovadores*. Os enunciados que estabeleciam estreita vinculação entre magistério e mulher também circularam largamente no período. As discussões em torno do celibato pedagógico, criticado por Luiz Palmeira e defendido por Benevenuto Ribeiro, entre outros educadores e educadoras; as afirmações sobre o pendor natural da mulher à socialização infantil; a expressiva matrícula feminina na Escola Normal e a manutenção da disciplina Trabalhos de agulha no seu currículo consolidavam a construção do magistério primário como uma profissão feminina no imaginário social.

Concursos públicos e a reorganização do magistério



Expressa no discurso de posse, reiterada nos escritos sobre o período heróico, maneira como Fernando de Azevedo qualificou os anos 1927 a 1930, a reorganização do magistério, desdobrada na questão das aposentadorias, demissões e equiparações salariais, constituiu-se em um dos pontos nodais dos atritos entre a Diretoria Geral, parcela da classe docente e políticos, especialmente quando associada aos concursos públicos para contratação de professores e funcionários.

Jaime Pombo Brício Filho, Osvaldo Orico, Raul de Faria e Alfredo Balthazar da Silveira foram alguns dos docentes do magistério público atingidos pela reorganização administrativa, que se tornaram opositores à reforma. Brício Filho, jornalista, professor catedrático da Escola Normal aposentado pela Diretoria Geral e antigo deputado estadual, inundava a imprensa de artigos críticos à ação renovadora da educação municipal. Orico, professor da Escola Normal, e Faria, inspetor de ensino, assumiram sucessivamente o cargo de Diretor Geral da Instrução Pública após a saída de Azevedo, em outubro de 1930, iniciando processos para apurar malversação de recursos pela administração anterior. Balthazar da Silveira, também catedrático da Escola Normal e advogado, defendeu seus colegas educadores em processos que visavam a equiparação salarial aos professores das escolas noturnas.

Os concursos públicos não se resumiram aos de contratação, se bem que, ao todo, efetuaram-

Concursos públicos e a reorganização do magistério

se, entre 1927 e 1930, mais de trinta concursos para suprimento de diversos tipos de funções, como inspetores médicos e dentários, mestres e contramestres e professores. Houve concursos públicos também para escolha de livros didáticos, eleição de anteprojetos para as construções escolares e contratação de empreiteiras para realização de obras. Registrados em atas, os procedimentos dos concursos realizados durante a administração Azevedo constam da documentação sob guarda do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro.

Práticas escolares



Na produção de um discurso renovador da escola pública no Distrito Federal, os educadores, envolvidos com a reforma de instrução proposta por Fernando de Azevedo, distinguiam as novas orientações pedagógicas, associadas aos princípios escolanovistas, das anteriores, afirmando a centralidade da criança no processo educativo e propondo práticas escolares que se diferenciavam das, então, em voga por apropriarem-se de novos objetos ou ressignificarem materiais existentes nas escolas e por estabelecerem uma relação mais próxima entre a instituição escolar e a comunidade.

A introdução do cinema como recurso pedagógico, a revalorização do livro para a construção do conhecimento escolar, a insistência na utilização de laboratórios como meio didático bem como a ênfase no desenvolvimento de centros de interesse como método de ensino são exemplos de alterações nas práticas internas da escola. Sintonizavam-se aos preceitos da educação ativa que pretendia não apenas a observação, máxima do ensino intuitivo, mas principalmente a experimentação como forma de aquisição de saberes escolarizados pelos alunos.

A escola renovada voltava também sua atenção para a comunidade, almejando educar a sociedade, através de conferências, organizadas por professores ou pelo Círculo de Pais e Professores ou através do exemplo das atividades realizadas no interior da escola e que atingiam visibilidade social como as exposições de trabalhos manuais e as festas ou, ainda, da ação direta das crianças, como a atividade dos pelotões de saúde, dos distribuidores de selos e dos escoteiros.

Merece destaque o escotismo. Organizada pelo secretário do prefeito do Distrito Federal, Mário Cardim, a pedido de Fernando de Azevedo, a Federação Escolar de Escoteiros tinha por objetivo, além estreitar o vínculo entre escola e comunidade, complementar a educação física, moral e cívica das crianças.

Edificações escolares



A constatação da insuficiência do número de escolas primárias no Distrito Federal para o atendimento de toda a população carioca em idade escolar, verificada pelo censo, associada à crítica às instalações dos prédios escolares existentes, na sua maioria casas, alugadas ou de propriedade da Prefeitura Municipal, adaptadas à função de escola, sem condições higiênicas adequadas, segundo o discurso escolanovista, levaram a Diretoria Geral de Instrução Pública a organizar uma política de construção escolar ao município.

Visando implementá-la, terrenos e casas, onde necessário, foram desapropriados em regime de urgência e realizaram-se concursos para escolha de anteprojetos e contratação de construtoras. Ao todo, na administração Azevedo da instrução pública, concluíram-se nove obras, contabilizadas entre anexos a prédios construídos como escolares em gestões anteriores e edifícios novos: Escolas Argentina, Estados Unidos, Uruguai, Antônio Prado Jr. e Normal.

As construções novas foram idealizadas no estilo neocolonial, concebido por Fernando de Azevedo, como o mais apropriado à edificação escolar, porque resgatava a tradição estética brasileira e difundia valores nacionalizantes a alunos e comunidade, posição assumida já no inquérito sobre arquitetura que conduziu para o jornal O Estado de S.Paulo, em 1926.

A edificação do prédio da Escola Normal foi a que recebeu maior cobertura na imprensa durante a Reforma. Publicaram-se diversos desenhos da fachada, detalharam-se pormenorizadamente suas instalações e criticaram-se o alto custo da obra e sua localização. Prevista para ser inaugurada em

Edificações escolares

princípios de 1930, a Escola foi ocupada pelas alunas apenas em outubro, por determinação de seu diretor, Carlos Werneck, que receava a tomada do prédio pelas tropas revolucionárias de Getúlio Vargas. O discurso, escrito por Azevedo, para inauguração da Escola nunca foi pronunciado, pois, com a Revolução de 1930, o educador voltou a São Paulo, afastando-se da Diretoria Geral de Instrução Pública. No entanto, o prédio da Normal ainda retornaria à imprensa, sendo o pivô de processos de malversação de recursos públicos movidos contra Azevedo, por seus sucessores Oswaldo Orico e Raul de Farias.

Inquéritos e Cruzadas



Da mesma maneira que congressos e conferências, inquéritos e cruzadas foram estratégias mobilizadas pela Diretoria Geral de Instrução Pública, pela imprensa, por educadores, por escolas ou por entidades ligadas à educação para suscitar debates em torno de temas relacionados à esfera educacional.

Os inquéritos serviam tanto para apurar dados quantitativos da realidade escolar carioca, como o censo realizado pela Diretoria Geral, visando aquilatar o número de crianças em idade escolar e sua distribuição na cidade do Rio de Janeiro; quanto para avaliar a opinião pública ou especializada sobre um determinado assunto, como o inquérito sobre celibato pedagógico feminino, levado a efeito pelo jornal A Pátria, que entrevistou vários educadores, dentre eles Luiz Palmeira e Benevenuta Ribeiro, pretendendo discutir a pertinência ou não de uma possível legislação restritiva ao casamento de professoras.

As cruzadas almejavam propagar ações educativas. Ora difundiam ideais escolanovistas ao professorado, através de palestras e publicações, como a Cruzada Pedagógica em prol da Escola Nova, fundada e mantida pela iniciativa do próprio magistério. Ora divulgavam preceitos higiênicos, como a Cruzada contra a Febre Amarela, realizada pela iniciativa particular com o apoio da Diretoria Geral de Instrução Pública. Ora defendiam a obrigatoriedade do ensino primário no Distrito Federal, prevista na reforma azevediana, como a Cruzada contra o Analfabetismo, organizada pelo Rotary Club do Rio de Janeiro.

Intercâmbios



Com o propósito de conhecer novas práticas educativas e discutir teorias educacionais produzidas na América e na Europa, realizaram-se durante a Reforma de Fernando de Azevedo vários intercâmbios internacionais. Entre os estados brasileiros também houve troca de experiências, porém, com o objetivo de observar e divulgar idéias e trabalhos.

A Diretoria Geral de Instrução Pública deu ênfase na relação Brasil-Uruguai, ainda que não ocorressem visitas de um país ao outro, Brasil-Argentina, Brasil-Estados Unidos, além de manter vínculo com algumas escolas japonesas por ocasião da

troca de trabalhos entre alunos dos dois países.

A Argentina recebeu excursões de professores cariocas e enviou diversas vezes professoras para conhecer a realidade brasileira. Um dos resultados dessa relação foi a mudança de nome da escola carioca Delphim Moreira para Escola Argentina.

Os Estados Unidos encaminharam especialistas norte-americanos ao Brasil para conhecer as práticas escolares, mas, principalmente, para orientar professores brasileiros de acordo com as novas teorias da escola ativa. Com o intuito de dar formação aos professores norte-americanos nas áreas de história e geografia do Brasil, o professor Delgado de Carvalho fundou a Escola de Estudos Brasileiros. Ainda, vários grupos de docentes brasileiros visitaram os Estados Unidos.

Quanto aos intercâmbios internacionais realizados por outros estados, mereceu destaque na imprensa carioca da época a visita da Embaixada de Instrução a Minas Gerais.

Nem sempre a iniciativa dos intercâmbios foi bem recebida pela imprensa carioca. Críticas, especialmente no que se refere ao dispêndio de recursos financeiros necessários para as viagens e à importação de idéias e de professores para a formação do homem nacional circularam nos jornais da época.

Higiene



Forma regular de disciplinarização dos hábitos do corpo, a higiene escolar foi compreendida em suas diversas relações com a comunidade escolar. A educação física constituiu-se no componente curricular que, com maior evidência, estabeleceu relações com a higiene no cotidiano da escola. As preocupações morais suscitaram, nas esferas administrativas e acadêmicas, uma visão de escola funcional e ideal para o desenvolvimento da eugenia. Médicos e dentistas escolares encontraram no universo escolar um local de atuação e especialização.

A essa ampliação de profissionais e conteúdos na escola corresponderam outros movimentos da administração escolar, na organização dos alunos e, mesmo, na legitimação institucional das novas especialidades. De fato, a Diretoria Geral de Instrução Pública criou um serviço médico nas escolas que mobilizou enfermeiras escolares e pelotões de saúde, com a função de expandir as prescrições sanitárias à comunidade, e inspetores sanitários, encarregados da fiscalização das condições de higiene nas escolas. Possibilitou, ainda, a organização institucional da Sociedade médico-escolar, da cruz vermelha juvenil e da clínica escolar como espaços especializados de pensar e/ou cuidar o corpo infantil.

A composição desse aparato higiênico envolveu o professorado da capital federal em cursos de higiene preventiva e higiene social e os alunos em campanhas sanitárias como o foram a Cruzada nacional contra a tuberculose e o combate à febre amarela.

Posse

A posse do novo diretor da Instrução Municipal

Com a presença do Dr. Prado Júnior, prefeito do Distrito Federal, realizou-se ontem a posse do Dr. Fernando de Azevedo, novo diretor de Instrução Municipal.

A cerimônia foi simples e rápida.

O Dr. Renato Jardim, que deixou as funções do cargo, fez um discurso elogiando o magistério da capital e o seu novo diretor, passando-lhe o cargo.

O Dr. Fernando de Azevedo, agradecendo as palavras do seu antecessor, traçou o seu plano de ação, elogiável, prometendo ser um colaborador assíduo e carinhoso do magistério do Distrito Federal. ("A posse do novo diretor da Instrução Municipal." A Manhã, Rio de Janeiro, 18 jan. 1927).

Início da frequência escolar

“(...) o professorado está sendo coagido a bater de porta em porta, sob ordens que principiaram em convite e se tornaram, agora, em intimações e ameaças. ‘Ninguém é obrigado a fazer ou a deixar de fazer alguma coisa, senão em virtude da lei’. (...) Como, pois, os especialistas de São Paulo, que estão fazendo por dinheiro, como profissionais, o que exigem que o magistério faça por patriotismo, impõem penas a quem não quiser ou não puder ajudá-los a subir e a ganhar seus honorários? Anuncia-se que de 23 a 27 não haverá aulas, a fim de se proceder ao recenseamento, sendo voz corrente que o ponto não será permitido à assinatura dos que não aderirem ao patriotismo dos especialistas (...)” (“127.496 meninos e 128.315 meninas! Duas eloqüentes cartas ao Globo”. O Globo, Rio de Janeiro, 22 mar. 1927).

Visita às instalações escolares

O diretor da Instrução visita as escolas

“Em companhia do professor Sud Menucci, chefe da comissão do Recenseamento Escolar e do jornalista Agripino Grieco, o Dr. Fernando de Azevedo, diretor da Instrução, esteve ontem na Ilha do Governador, em visita às escolas municipais que vem percorrendo uma a uma, a fim de melhor conhecer o seu funcionamento e as suas necessidades.

*“É, em verdade, um fato de nota o interesse que o atual Diretor do Departamento da Instrução Municipal vem manifestando pelos estabelecimentos de ensino primário que superintende. Não somente tem procurando estudar o problema da instrução na sua generalidade mas busca um conhecimento direto, fiscalizando pessoalmente as escolas e sentindo de perto os anseios do magistério (...).”***“O diretor da Instrução visita as escolas.” A Pátria, Rio de Janeiro, 5 mar. 1927).**

Orestes Barbosa

“Um dos muitos idealistas que, mesmo sem me conhecerem pessoalmente, acompanharam-me com entusiasmo. E quem era Orestes Barbosa? Poeta e compositor que ia mais tarde, anos depois, tornar-se famoso pela canção, - música e letra de sua autoria, - Chão de Estrelas. Uma entre tantas belas canções suas. Tornei-me então amigo do nosso Orestes Barbosa, e não só amigo mas admirador do caráter e do calor de seu idealismo.” (AZEVEDO. História de Minha Vida, p. 92)

aprovado e sancionado

“(...) O Prefeito teria de sancionar o projeto aprovado pelo Conselho, opondo, porém, quarenta e poucos vetos a disposições por mim consideradas ineptas, injustas ou prejudiciais aos interesses do ensino (...). Examinamos, um por um, os quinze primeiros vetos, e o nosso Antônio Prado Júnior os julgou de tal modo justos e necessários que me dispensou de dar esclarecimentos sobre os demais. E resolveu submeter à apreciação do Senado Federal os quarenta e poucos vetos que opôs, justificando-os ao projeto de lei aprovado.

A luta que tivemos de sustentar, para a aprovação dos vetos do Prefeito, pelo Senado foi rápida mas não menor nem sem contratemplos. A reforma do ensino foi sancionada pelo Prefeito (...). Depois de debates que se prolongaram por mais de duas semanas, o Senado acabou por aprovar todos os vetos do Prefeito (...).” (AZEVEDO. História de Minha Vida, p. 96).

tal como havia sido proposto

“(...) Pedi então ao meu ilustre colaborador, Dr. José Getúlio Frota Pessoa, que catasse (é o termo) no projeto aprovado tudo o que nele tivesse o Conselho introduzido, para o ajustar a seus interesses. Mas tudo,- artigos e parágrafos acrescentados, e mesmo frases intercalares. Que tomasse uma pinça para fisgá-los, e subtraí-los do texto. O que importava, era suprimir tudo o que tivesse vindo do Conselho, e restituir à forma ou redação primitiva o texto do projeto em questão (...).” (AZEVEDO. História de Minha Vida, p. 96)

II Conferência Nacional de Educação

A conferência de educação

Pela segunda vez cuida a Associação Brasileira de Educação, a notável propulsora da cultura nacional, de promover uma conferência de educação. Todos já sabem o que foi o primeiro congresso, brilhantemente levado a efeito na capital do Paraná. Cabe agora a vez a Belo Horizonte, onde de 3 a 10 de novembro próximo, reunir-se-á a Segunda Conferência Nacional de Educação. É pois uma idéia feliz que se impôs e penetrou nas classes dirigentes do país que a amparam e prestigiam de maneira a mais completa. Dados à associação Brasileira de Educação, sua organizadora primeira, todos os louros da vitória, resulta desse fato uma conclusão bem lógica e altamente promissora: as questões de educação vão cada vez mais empolgando a aten-

ção dos homens de estado que já vêm nela a única e verdadeira solução a todos os problemas de ordem social e moral que assombram o mundo atual. (...) (MAGALHÃES, Lucia. "A conferencia de educação." O Jornal, Rio de Janeiro, 3 nov. 1928.)

III Conferência Nacional de Educação

O que foi e o que não foi a Terceira Conferência Nacional de Educação

A terceira Conferência Nacional de Educação, reunida na capital de S. Paulo, cujos trabalhos decorreram animadíssimos, justifica, pelo seu natural interesse, a nossa iniciativa de procurarmos o professor Licínio Cardoso, naturalmente indicado a nos prestar um valioso depoimento daquela reunião. E de que andamos em tudo bem avisados é prova a palestra que ora divulgamos e com a qual aquele professor distinguiu o Globo:

- Como impressão de resumo, creio que não foi de fato pequeno o êxito da 3ª Conferência Nacional de Educação. São Paulo acaba de dar continuidade as vitórias de 1927 e 1928 em Curitiba e Belo Horizonte, sedes das

duas primeiras Conferências, promovidas todas pela A.B.E. Desta vez a Conferência foi mesmo oficializada, tal o interesse que por ela tomou o governo, embora redundasse em consequência um grau menor de liberdade que deve existir em tais Congressos. Mas por outro lado, força é convir, ganhou o certame com um endosso oficial, tal o vulto das solenidades oferecidas pelo governo no intuito de mostrar as realizações de cultura do grande Estado. Merecem especial referência as demonstrações esplêndidas assistidas não só de cultura física como de educação sanitária. Foram provas eloqüentíssimas do progresso cultural paulista destes últimos anos, para o qual colaboraram oficialmente, sob a direção do secretário Fábio Barreto, os Drs. Waldemiro de Oliveira e Figueira de Mello.

A presença do professor Aloyso de Castro - eleito presidente de todos os trabalhos da Conferência - teve por outro lado significação bem marcada: tornou flagrante o interesse com que o governo federal, doravante, acompa-

nhará a realização desses certames, presente que estará no acampamento anual, certamente, dessas bandeiras de civismo educacional, que bem documentam a ampliação continua dos que desejam ser soldados dessa campanha sagrada por um Brasil maior e melhor. (“O que foi e o que não foi a Terceira Conferência Nacional de Educação”. O Globo, Rio de Janeiro, 1 out. 1929.)

Educação política

Amanhã, reúne-se em Belo Horizonte o Congresso de Educação Nacional. Estarão presentes, enviadas de todos os Estados, as diversas representações, entre as quais se apontam conhecidas autoridades em questões pedagógicas. São diretores e catedráticos de Faculdades, livres docentes, professores de ensino primário e ginásial, reitores de colégios, delegados das associações de ensino, da Academia Brasileira de Letras, dos colégios particulares, etc.

Uma das teses esperadas com uma certa ansiedade é a que se proporá a resolver o grave e importante problema da Educação Política. Os relatórios são vários e o esforço do Congresso será no sentido de objetivar a educação política não só como verdadeiro preparo de opinião entre a mocidade das escolas, como também uma espécie de aprendizado cívico, em virtude do

qual os futuros cidadãos entrem na emancipação da idade habilitados a julgar os homens de governo.

Com os debates largos, no seio do povo mineiro, de tradições altivas e liberais, acreditamos que o assunto tenha viva repercussão. ("Educação política." Correio da Manhã. Rio de Janeiro, 3 nov. 1928.)

I Conferência de Ensino Primário de Santa Catarina

Conferência de Ensino de Santa Catarina
uma síntese dos trabalhos

Com a reunião da Primeira Conferência do Ensino Primário, em Santa Catarina, que acaba de ser encerrada sob os aplausos de todo o Estado, múltiplos problemas foram se não resolvidos, ao menos estudados e esclarecidos, como sejam: a generalização do método analítico e as escolas rurais, que mereceram dos conferencistas muita atenção, por se tratar de assunto de tanta relevância para difusão mais rápida e eficiente do ensino. Ficou assente o parecer da educadora gaúcha, professora Maria Amorim, para que fosse instalado, anexo à Escola Normal, um curso de aplicação onde se preparem futuras professoras para tal fim.

(...)

Não passaram também despercebidas aos conferencistas as lacunas ainda existentes no nosso ensino público. Assim, sugeriram eles a criação inadiável de jardins da infância. Como prévio preparo para a sua consecução, aventaram a idéia de se contratarem fora do Estado, professoras capazes de os dirigir.

O curso da Escola Normal foi julgado deficiente e carecedor de disciplinas que muito virão especializar o preparo das professoras, dilatando o curso para quatro anos.

A higiene escolar, principalmente nas zonas rurais, onde grassam as endemias que desfibram e aniquilam as crianças mereceu detida atenção, sendo tratado também o problema da profilaxia e da fuga de menores das escola públicas e particulares, nas zonas onde é muito intenso o trabalho fabril, que encontrou no parecer do Dr. Edmundo Moreira uma solução mais eficiente e pronta.

Versou também a conferência sobre o patriotismo e o problema da nacionalização do ensino.

Como remate quiseram os membros da Conferência que ficassem assentados os meios de ensino para o estudo da História Pátria e a Educação Moral e Cívica, porque com elas é que se formam o caráter e a alma brasileiros de amanhã. (...) ("Conferencia de Ensino de Santa Catharina: uma synthese dos trabalhos". O Jornal, Rio de Janeiro, 16 ago. 1927.)

retrospectiva histórica

"A lei de 15 de outubro de 1927 foi verdadeiramente a criadora da instrução primária em nosso país.

Em seu artigo 1º diz - 'em todas as cidades, vilas e lugares mais populosos haverá as escolas de primeiras letras que forem necessárias.'

Foi essa lei sancionada por D. Pedro I e referendada pelo visconde de

São Leopoldo (José Feliciano Fernandes Pinheiro).

A lei de 12 de agosto de 1834 (*Acto Adcional*) determinou a ação do governo geral quanto à instrução primária e secundária, não só na Corte, como em todas as províncias.

A partir dessa data passaram as assembleias legislativas municipais a ter a incumbência de legislar sobre a instrução pública e estabelecimentos próprios à promovê-la.

Só a instrução primária, secundária e superior na Corte e seu município continuou a ser da competência do governo geral.

Outras disposições e regulamentos houve até que com o decreto de 17 de fevereiro de 1854 na lavra de Luiz Pedreira do Couto Ferraz, depois visconde do Bom Retiro, foi remodelado o ensino primário e secundário." (*Centenário do ensino de primeiras letras*", *O Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 15 out. 1927)

vários estados

“NO PARANÁ

BELÉM, 14 (O PAIZ) - O Instituto Histórico e Geográfico, por proposta do consócio Paulo Eleutherio, comemorará amanhã o primeiro centenário da regulamentação do ensino primário no Brasil.

EM SÃO PAULO

S. PAULO, 14 (A. A.) - Comemorando a passagem da data centenária da fundação das escolas primárias no Brasil, haverá amanhã, no teatro Municipal, um grande festival promovido pelo Orfeon da Escola Normal.

Em todos os estabelecimentos de ensino do Estado, os diretores ou professores farão preleções alusivas à grande data.” (“O centenário da fundação do ensino primário no Brasil”, O Paiz, Rio de Janeiro, 15 out. 1927)

cinema

A Primeira Exposição de Cinematografia Educativa, realizada em agosto de 1929, foi projetada com o intuito de ser guia para os professores e instrumento de divulgação dos benefícios do cinema para a prática educativa, suas instalações compunham-se da mostra do maior número possível dos aparelhos existentes de projeção de imagens fixas ou em movimento. Para tanto, seus organizadores, Jonathas Serrano e Venâncio Filho, ambos da subdiretoria técnica da Diretoria Geral da Instrução Pública, entraram em contato com diversas empresas dedicadas a cinematografia e projeção de imagens, solicitando participação no evento. Como o objetivo era educar alunos, professores e pais para o aproveitamento saudável da arte de contemplação e projeção de imagens, nomearam uma Comissão de técnicos no assunto para análise e emissão de pareceres sobre os aparelhos expostos,

classificando-os de acordo com suas possibilidades em sala de aula. Também, foram exibidos filmes educativos e deu-se início a formação de uma insipiente filmoteca educativa, base para o trabalho docente.

Mário Cardim

“O Dr. Mario Cardim, operoso secretário do prefeito do Distrito Federal, é, como ninguém ignora, um entusiasta da esplendida instituição de Baden Powell, tendo feito, sobre a mesma, interessantes estudos e observações nos grandes centros cultos da Europa.

“Foi atendendo a essa especialização e à sua prodigiosa capacidade de trabalho que o prefeito Prado Junior o escolheu para organizar oficialmente o escotismo nas nossas escolas públicas, dando, assim, à nossa população escolar mais esse admirável recurso de educação moral e física. À frente desses trabalhos o Dr. Mario Cardim se tem havido com a eficiência que assinala todos os seus esforços, correspondendo, plenamente, às esperanças que em boa hora nele depositou o atual governo da cidade. (“O escotismo nas escolas do Distrito Federal”. O Paiz, 16 mar. 1929).

Plano

“De todas as questões que constituem o problema complexo da educação, a mais importante e a mais grave, porque é a base e a condição essencial para a solução prática de todas, é, incontestavelmente, a da instalação das instituições escolares. (...) Uma instituição escolar, seja qual for a natureza e o espírito que presidiu à sua organização, não pode ‘funcionar’ com eficácia, dentro de seus objetivos, sem prédio e instalações adequadas.

*Organizar a instalar, - são dois aspectos de um problema único. (...) Se instalarmos bem as escolas, sem lhes termos dado organização eficiente, e dentro de ideais modernos, teremos ‘escolas de fachada’ (...) Todo o trabalho desenvolvido em ‘organizar’, deve correr paralelo, para que não se anule, com o esforço para ‘construir’. Porque organizar é também, e em substância, construir. A obra de educação repousa sempre sobre um ‘plano’. Daí a necessidade primordial de ‘organizar’.” (AZEVEDO. A nova política de edificações escolares, *Boletim de Educação Pública*, 1 (3): 88, 1930.)*

Anteprojetos

“Já foi ordenada a publicação, no órgão oficial da Prefeitura, do edital de concurso para ‘anteprojetos’ do edifício da escola Normal, há muitos anos pessimamente instalada no edifício da rua São Cristóvão. (...)”

“Os concorrentes deverão apresentar plantas do conjunto e de todas as partes isoladamente na escala de 1 para 200, além de outros elementos, até o dia 31 de agosto, às 18 horas, no Instituto Central de arquitetos, sendo-lhes facultado dirigir consultas, dentro dos primeiros 30 dias, ao arquiteto-consultor, engenheiro Cypriano de Lemos.”

“Superintenderá o concurso o Instituto de Arquitetos, que nomeou para o juri os engenheiros Cypriano de Lemos, Sylvio Rebecchi e J. Curtis.”

“Haverá dois prêmios: um de réis 10:000\$ e um de 5:000\$000.” (“Para a Escola Normal.” O Paiz, 1 jun. 1927.)

Contração de construtoras

“Procurando solucionar o importante problema do ‘prédio escolar’, a Diretoria de Instrução Pública acaba de abrir concorrência pública para a construção de quatro edifícios escolares. Destinam-se dois destes edifícios a grupos escolares, localizados à rua Ana Nery n. 50 e à rua 24 de maio n. 595 e os outros dois a anexos às escolas profissionais Paulo de Frontin e Rivadávia Corrêa.

“No órgão oficial da Prefeitura estão sendo publicados editais com as bases da concorrência e com especificações dos materiais a serem empregados.

“Na secretaria da Diretoria de Instrução serão fornecidas as plantas aos interessados que, poderão obter quaisquer outras informações na 4ª seção, diariamente das 11 da manhã às 2 horas da tarde.” (“O

prédio escolar: a diretoria de Instrução abre concorrência para a construção de quatro edifícios". *Correio da Manhã*, 17 abr. 1928.)

Neocolonial

“No dizer de Azevedo, o neo-colonial poderia imprimir aos edifícios públicos imponência e visibilidade, destacando-os dos demais prédios e transformando-os em signos de poder. A construção de escolas neste estilo aliava uma preocupação estética-nacionalizante a uma necessidade de propaganda e difusão do pensamento reformista. Os monumentos, erguidos pelo diretor, revelavam uma nova concepção educacional. Era importante a escola diferenciar-se da aparência cotidiana e doméstica das construções. Deveria impressionar, causar admiração e fazer aflorar sentimentos, emocionar, como os espaços da boa arquitetura religiosa. Como, também, deveria demonstrar que educar era tarefa de profissionais. A edificação de escolas-monumento efetuaria a necessária separação entre a esfera doméstica-popular e a técnico-científica.”(Vidal, 1994, p.41.)

Ocupada

“Inaugurado em outubro de 1930, sem muita pompa, acolheu, neste mesmo ano, as estudantes do Largo do Estácio. Transferiram-se, todas, para as novas instalações. Carlos Werneck, diretor da Escola Normal, assustado como os boatos de invasão do novo prédio pelas tropas revolucionárias, ordenou a mudança. Em 24 horas, assumiam o edifício, ainda em obras de acabamento. No entanto, as atividades daquele ano não puderam ser finalizadas. O tiroteio da Praça da Bandeira forçou a suspensão das aulas e a formalização da formatura da turma de último ano por decreto.” (Vidal, 1995, p. 22)

Processos

“A mentalidade acanhada dos opositores e inquisidores, que agiam contraditoriamente em nome de uma Revolução purificadora vitoriosa, considerava como obra suntuária e um desperdício de recursos destinar-se aquele belo conjunto arquitetônico, para abrigar o estabelecimento padrão para a formação dos novos professores da Capital da República.(...) Como soam ridículas hoje ao lembrar essas alegações que pretendiam incriminar os homens que tiveram a coragem e visão de legar ao Rio de Janeiro aquele que e hoje considerado como um legítimo patrimônio da Cidade, inaugurado naquele sábado, dia 4 de outubro de 1930, exatamente no dia seguinte a deflagração do movimento revolucionário que se tornaria vitorioso 20 dias depois!” (Lemme, 1988)

“Um dia, em janeiro de 1927, fui chamado ao telefone. Era Alarico Silveira, Secretário da Presidência, que desejava falar comigo, da parte do Presidente. Declarou-me ele então que Washington Luís indicara ao Prefeito o meu nome, para suceder a Renato Jardim, no cargo de Diretor Geral da Instrução Pública, no Distrito Federal, e que ele, o Prefeito, acolhera o meu nome sem reservas. E pedia-me resposta urgente (...)

Era a um professor de S. Paulo que se ia confiar o cargo de Diretor-Geral da Instrução Pública, na Capital do país, - cargo que fora ocupado por eminentes professores do Rio ou residentes na Capital do país. Um Medeiros de Albuquerque, um Amaro Cavalcante, um Afrânio Peixoto, um Carneiro Leão, entre outros. Como seria recebido, o professor ainda moço, que vinha de S. Paulo? Além disso, o que precisavam o ensino e a educação pública no Distrito Federal era de profundas reformas, de estrutura, de métodos ou técnicas de administração, de inspeção escolar e de ensino, sobretudo. (...)

Mas, para essas reformas radicais que certamente provocariam resistências e oposições de toda ordem, na luta contra a rotina, velhos hábitos e preconceitos, e pelas relações de interesses feridos, poderia eu contar com o amparo sem restrições do Prefeito e do Presidente, de um lado, e de outro, com o apoio da imprensa e da opinião pública? Foi pensando em tudo isso e com essas preocupações, que parti para o Rio de Janeiro a fim de conferenciar com o Presidente e com o Prefeito. Quando anunciei por telefone ao Alarico Silveira que aceitava o convite, dependendo apenas de um entendimento com o Prefeito ele não dissimulou sua satisfação, adiantando que essa resposta minha seria (e repetiu) -

'Um alegrão para nosso Presidente'.(...)

Por tudo que já sabia da instrução pública, no Distrito Federal, e que foi confirmado no relatório de Renato Jardim (e passei-lhe logo às mãos uma cópia), nós tínhamos que proceder a reformas radicais. Necessárias e inadiáveis, que ouvisse mais uma vez, se assim o entendesse, o julgamento de Renato Jardim, para sentir, em sua plenitude, a gravidade da situação. Eu estava disposto a enfrentá-la. - 'Meu programa - disse eu ao Prefeito, - é lançar-me a profundas reformas, custe o que custar, custe a quem custar, e custe quanto custar.' Antônio Prado Júnior a princípio um pouco assustado, concordou e decidiu-se a apoiar-me sem reservas."(AZEVEDO, História da minha vida p. 77-78).

Arquivo Fernando de Azevedo JEB / USP

“Entre os aspectos particulares desse plano de organização geral a ser maduramente estudado e debatido, alguns, de uma evidência agressiva, já se podem enunciar sem precipitação de julgamento. Estão, nesse caso, a reorganização da Diretoria de Instrução Pública, com o restabelecimento conseqüente de seu almoxarifado privativo; a reforma do ensino normal; a questão do melhor aproveitamento dessa multidão de 180 professores da Escola Normal, a cuja atividade utilíssima será preciso dar oportunidade para se expandir em toda a sua eficiência; a construção e instalação, a mais completa possível, de prédios para escolas; a organização do ensino primário, gratuito e obrigatório, com a redução das escolas a três tipos fundamentais, urbano, rural e marítima (isolados ou reunidas), correspondentes às condições peculiares de três meios sociais diferentes, e, quanto possível, com sua oficina, seu campo de experiências ou seu museu de aparelhos de pesca; anexação do ensino técnico elementar ao maior número de escolas primárias; a eliminação das instituições ociosas ou parasitárias; remodelação do serviço de inspeção; e a reforma do ensino técnico e profissional, ajustado ao sistema geral de educação e com um programa específico segundo as necessidades técnicas e profissionais mais sensíveis das regiões em que se instalarem ou estiverem instaladas essas escolas. (...)

“Já se escreveu que procede nobremente sem o querer o homem que, em seus atos, não pretende nada dos outros. Este despreendimento que em mim será consciência de meu nenhum valor, provém de um profundo idealismo que tenho prazer em confessar e em que reconheço a única força capaz de dar sentido e valor à vida humana. É nesse idealismo que encontrei a fonte pura de uma grande simpatia ‘por todas as inovações significativas que libertam da

Arquivo Fernando de Azevedo JEB / USP

rotina, com um senso prudente da medida e da tradição' e é nele que procurei a energia para, cedendo às necessidades novas de diversidade e expansão de tendências individuais, estimular as obras de iniciativa privada e associar todas as forças livres para fazer circular um entusiasmo comum por todas as coisas grandes e belas." ("A posse do novo diretor da Instrução Municipal." O Jornal do Brasil Rio de Janeiro, 21 jan. 1927).

“Até o momento, quase todas as sucessivas reformas da Instrução municipal tem sido elaboradas e executadas sem visar os legítimos interesses superiores do ensino, objetivando apenas a criação e melhoria de lugares e a concessão de favores pessoais.

“A atual reforma visando a uniformização da legislação e a unificação dos múltiplos regimentos e regulamentos, a criação do ensino secundário, a eficiência do ensino normal, do profissional masculino e feminino, a efetividade dos serviços médicos e de higiene buco dentária e, sobretudo, a desanalfabetização do povo, envolve simultaneamente todos os problemas atinentes ao ensino.

“E não foi se não por isso que o atual diretor da Instrução, conhecedor da matéria e desejoso de fazer obra completa e segura, assente sobre bases firmes, tomou para ponto de partida o recenseamento escolar.

“Para muitos escapar, pelo menos por agora, a importância e a latitude desse serviço que será o alicerce de toda a obra de reforma do ensino municipal.

“Da boa ou má distribuição das escolas depende, antes do mais, a eficiência do combate ao analfabetismo.

“Começamos por ter até aqui, uma divisão distrital absurda, ilógica aberrante de todos os princípios e conselhos estabelecidos pelo bom senso. A localização das escolas, por sua vez, tem despendido, ou da conveniência da professora, ou do interesse do chefe político local, ou da coragem do proprietário em ter para inquilina a Prefeitura. Dai não ser novidade alguma termos locais onde existem duas ou mais escolas sem freqüência e outros

Arquivo Fernando de Azevedo JEB / USP

onde a maioria da população em idade escolar fica em casa sem aprender, porque a escola não comporta mais alunos. O recenseamento escolar sanará esses e outros inconvenientes, servindo além do mais para determinar a espécie, o número e o local exato das escolas atuais e das que vierem a se tornar necessárias.

“Ai estão envolvidos vários problemas, cada qual mais importante, e que só poderão ser matematicamente resolvidos diante dos números apurados no recenseamento escolar.”(...).(*Far-se-á mais uma vez a reforma da Instrução Pública.*” *A Pátria, Rio de Janeiro, 16 fev. 1927*).

Distritos Escolares

Zonas Urbanas

1º - *Candelaria, Santa Rita, Sacramento e São José, sob a chefia do dr. Francisco Furtado Mendes Vianna;*

2º - *Sant'Anna e Santo Antonio - Dr. Virgilio Varzea;*

3º - *Gambôa - Dr. Henrique Baptista Pereira;*

4º - *Santa Thereza - Dr. Caldas Britto;*

5º - *Espírito Santo - Dr. José Candido da Costa Senna;*

6º - *Glória - Arthur de Oliveira Maggioli;*

7º - *Lagoa - Dr. Charmont de Britto;*

8º - *Copacabana - Dr. Domingos Magarinos de Souza Leão;*

9º - *São Christovão - Dr. Leopoldo Diniz Junior;*

10º - *Engenho Velho - José Custódio Nunes Junior;*

11º - *Engenho Novo - Dr. Cesário Alvim;*

12º - *Andarahy - Dr. Luiz Cirne Lima;*

13º - *Meyer - Dr. Arthur Joviano;*

14º - *Gavea - Dr. Aristides Solano Carneiro da Cunha;*

15º - *Tijuca - Antonio Cicero Peregrino da Silva.*

Zonas Rurais

1º - *Inhauma - Professor Venerando da Graça Sobrinho;*

Arquivo Fernando de Azevedo JEB / USP

2º - Irajá - Dr. Oscar Aguiar Moreira;

3º - Jacarépaguá - Carlos Ayres de Cerqueira Lima;

4º - Campo Grande - Dr. Durval Ribeiro de Pinho;

5º - Santa Cruz - Professor Deodato de Moraes;

6º - Guaratiba - D. Maria Cunha Machado;

7º - Ilhas - Dr. Secundino Ribeiro.

“O senhor Fernando de Azevedo trouxe uma reputação firmada em assuntos técnicos de educação. A sua nomeação foi recebida com grande simpatia entre os nossos intelectuais, como havia sido recebida a nomeação do Sr. Carneiro Leão. Raramente ascende a esse posto um carioca e, portanto, a ida de um paulista nascido em Minas, no governo de outro paulista nascido em Macahé, não pode despertar nenhuma animosidade, como pretendeu fazer crer um missivista anônimo, em carta publicada por esse jornal, atento sempre a boa ética.

“Bairrismo aqui, na capital da República, é planta exótica e a nós pouco importa que venha de S. Paulo ou de outra circunscrição da República, o funcionário encarregado de dirigir este ou aquele serviço público.

“Tratando-se de estatística e existindo uma repartição aparelhada e dirigida por um funcionário competente, como o Sr. Mário Freire, conhecedor das dificuldades que apresenta esse serviço, numa cidade como a nossa, de topografia complicada, estranhamos que se possa privar S. Paulo da colaboração do Sr. Sud Menucci para pô-lo à frente de um serviço que podia, com êxito ser efetuado economicamente, com a prata da casa.

“O Sr. Sud Menucci, a quem rendemos todas as homenagens, não conhece os hábitos da nossa população, ignora as dificuldades que oferece um serviço censitário entre nós e é alheio à esquisita topografia da nossa cidade. E a prova do que asseveramos é que S.S. desejava iniciar esse serviço desde já, esquecendo-se que nesta época, o pessoal docente está no gozo das férias regulamentares, que muitas famílias estão afastadas da cidade e que a canícula não permite percorrer as estradas suburbanas e rurais, nesse penoso serviço censitário.” ***(JUNIOR. “Chronica do ensino.” O Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 16 fev. 1927***

“A história desse recenseamento escolar, promovido por um dos muitos especialistas que o Sr. Antonio Prado Júnior descobriu em S. Paulo, precisa ser tratada com atenção. O GLOBO tem recebido, a propósito, inúmeras cartas, reclamações telefônicas e queixas, comentários e sugestões, alguns pessoalmente. Vamos, hoje, apreciar um pouquinho o grandé assunto. O público, que assiste de longe ao espetáculo, não avalia o que vai pelos camarins (...) Esse recenseamento não passa de uma das muitas patacoadas, com que é moda os diretores da pobre instrução municipal embaiarem a opinião pública (...)

“Estamos diante de uma verdadeira comédia, sem utilidade prática. Um inquérito urgente demonstraria a pouca consistência do que se está fazendo. Há detalhes que não entram nas cogitações dos teóricos que imaginaram resolver o problema com cataplasmas de decretos. Não dispomos de escolas em número correspondente à afluência de matriculandos. Uma boa parte da população infantil, em idade de escola, não tem recursos para vestuários e calçado, como se exige geralmente nas mesmas escolas. Não basta, portanto, fazer a estatística.” (***“Um recenseamento escolar!” O Globo, Rio de Janeiro, 18 mar. 1927.***)

“A Diretoria Geral de Estatística organizou em setembro de 1920, um serviço de recenseamento perfeito e minucioso por zonas (urbana, suburbana e marítima), por distrito, nacionalidade, idade, profissão, estado civil etc. (...)

“De 1920 para cá, baseada na medida anual, a Diretoria da Estatística, vem fazendo os seus cálculos, que muito se aproximam da realidade. Estamos informados de que a estatística correspondente ao ano de 1926 já está concluída, devendo ser divulgada na próxima mensagem do Sr. Presidente da República.

“Com esta digressão queremos mostrar que esse aparatoso recenseamento escolar poderia ser feito nas mesmas condições, sem tantas despesas e trabalhos evitáveis, tanto mais que a Diretoria de Estatística, a cuja frente se encontra o esforçado e patriótico Dr. Bulhões Carvalho, se colocou inteiramente à disposição do diretor da Instrução Pública, franqueando-lhe, e a quem quisesse consultá-los, os mapas demográficos bem como outros quaisquer documentos elucidativos do assunto.

“Nada, porém, demoveu os reformadores do nosso ensino da idéia de realizarem o recenseamento da nossa puerícia em idade escolar.

“Serão bem sucedidos? Só o tempo dirá (...).” (***Sem desperdício de esforço, tempo e dinheiro.*** *A Notícia, Rio de Janeiro, 20 mar. 1927*)

Dois pesos e duas medidas

“Deve ser iniciada amanhã a encenação do recenseamento escolar, um dos grandes erros, como já acentuamos documentalmente, da atual administração municipal. Não obstante, não está fora de tempo consignar-se, entre as muitas por nós já enumeradas, mais uma anomalia dessa medida desacertada do governo da cidade. Revela, além do mais, uma injustiça flagrante, que mais ainda vem condenar inútil e inoportuna.

“É assim que, segundo sabemos, alguns funcionários municipais tem sido requisitados para o serviço de recenseamento, único que, no momento, preocupa, por inteiro a Municipalidade. Esses servidores, ao contrário do que sucede com as professoras, recebem além dos seus vencimentos, uma diária equivalente à dos recenseadores contratados, sendo que o prefeito está ainda nomeando substitutos interiores para eles, nas repartições a que pertencem.

“Há, como se vê, no caso uma justiça de dois pesos e duas medidas. As professoras, cujos vencimentos tão ínfimos são eles, constituem uma verdadeira miséria, negam-se até passes de bondes e aos demais funcionários requisitados concede-se regular diária! Fará isso parte dos princípios científicos dos especialistas paulistas?” (**Dois pesos e duas medidas.** **O Globo, Rio de Janeiro, 22 mar. 1927**)

evidente

Se a curiosidade não fosse só de número de alunos...

Uma escola no Meyer que ameaça ruir!

“Agora que a Prefeitura desprezando a estatística oficial tentou por sua conta o recenseamento da população escolar é oportuno que insistamos, não já na criação de novas escolas para atender as justas reclamações dos nossos leitores, mas tão somente na imprescindível inspeção existentes a fim de que os alunos desfrutem o conforto de que carecem e até mesmo segurança de vida como se acha referido na carta que passamos a descrever:

“Sr. redator - Afim de que, pelas colunas do vosso conceituado e popular jornal, como é vosso lema, tomeis a defesa de uma causa justa, enviamos as informações abaixo: Moradores que somos do populoso e adiantado bairro suburbano - Meyer - estamos indignados pelo abandono criminoso em que a autoridade competente há deixado o prédio onde funciona a escola do 12º distrito, localizado à rua Imperial. Constrange-se-nos a alma, Sr. Redator, assistirmos o ingresso de algumas dezenas de crianças naquele desconjuntado pardieiro, à procura do desenvolvimento intelectual necessário à vida, mas, dolorosa ironia, ali irremediavelmente só encontrarão uma angustiosa morte sepultados de chofre nos escombros daquela horrível arapuca ...

“Antes que seja tarde vos confiamos o advogardes diante do Sr. prefeito, o Exmo. Sr. Prado Júnior, os reparos, senão a demolição completa daquela ameaça, a fim de que não tenhamos de chorar pelo fim trágico que terá a mocidade estudiosa do Meyer. Com

Arquivo Fernando de Azevedo JEB / USP

gratidade, um admirador e assíduo leitor.

“Pimenta e Silva” (*“Se a curiosidade não fosse só de número de alunos...”* O Globo, *Rio de Janeiro, 26 mar. 1927*).

polêmica

“Um matutino deu abrigo, hoje, à notícia de que o Sr. Fernando de Azevedo se demitiria do cargo de diretor de instrução pública municipal, em vista de lhe haver faltado, no encaminhamento do projeto nº 109, que reforma a referida instrução, e que tantos obstáculos tem encontrado no seio do Conselho, o necessário apoio por parte do Prefeito e do diretor de Rendas, o Sr. Germario Dantas.

“Foi essa, efetivamente, a informação, que ontem corria como certa, nos corredores do Conselho, tanto na sessão da tarde, como da noite. (...)

“A hora, entretanto, ainda não chegou, para que S. S. se veja forçado a agir dessa maneira, pois os únicos entraves que se lhe têm opostos à marcha da reforma, partem unicamente do Conselho ou, mais precisamente, de elementos notoriamente desmoralizados daquela casa, com cujas cavações friamente confessadas, o atual diretor da Instrução já contava, mas não transigirá de forma alguma. (...)”. (A reforma da instrução. A Esquerda, 24 de nov. 1927).

“A cena de pugilato ocorrida, sábado, no Conselho Municipal, entre o jornalista Orestes Barbosa e o intendente Oliveira Menezes, teve origem no seguinte, publicado na “A Manhã”, daquele dia sobre aquele intendente:

“O que ele diz representa o desespero do gatuno seguro pela gola, incapaz de enfrentar, para um encontro decisivo, no Conselho, o redator desta folha naquele legislativo imoral.

“Salafrário, naquela fisionomia de parvo está estampado todo o safadismo da revolta

de um pirata que se enfurece porque a “A Manhã” em lugar de defender emendas negociadas ao orçamento, que o Conselho quer votar as pressas, postou-se, ao lado do povo, pedindo em nome deste, que se examinasse, mais se discutisse, a reforma do ensino, posta a prêmio dos que se vendem no Conselho como num balcão. (...)” (A cena de pugilato, de sábado, no Conselho Municipal. A Vanguarda, 28 nov. 1927).

“Assunto da atualidade, vem sendo a reforma do ensino discutida de modo o mais diverso e, o que é mais, por todos, inclusive aqueles que jamais se preocuparam com assuntos atinentes ao ensino.

“E é de ver então nos nossos jornais, diariamente, considerações as mais variadas e por vezes mesmo argumentações as mais descabidas.

“Favoráveis embora ao plano da reforma e isto de um modo radical, pois, incontestavelmente, a mesma, além de imprescindível, é uma obra de vulto e cujo valor, que atesta a mentalidade robusta do seu autor, só pode ser negado por espíritos obscurecidos ou pela ignorância elenchi, ou por interesses inferiores, não é, no entanto, nosso fito fazer-lhe aqui o panegírico, muito embora pudéssemos assim proceder, uma vez que a julgamos digna de tal. (...)” (A Reforma do Ensino Municipal. Jornal do Brasil, 02 dez. 1927).

“A discussão da reforma da instrução no Conselho Municipal tem suscitado uma série de desencontros e suspeitas.

“Logo após a apresentação do novo código de ensino naquela casa legislativa houve definição de ruidosa má vontade por parte de certos elementos e da firme e combativa compreensão do intendente Maurício de Lacerda - que se postou pela reforma e estatuiu em termos claros a situação jogada. Tratava-se de assunto fundamental para a diretriz e

Arquivo Fernando de Azevedo JEB / USP

expansão da cultura brasileira e, portanto, representava perniciosos e impatriótico o critério de trica individual e de interesse partidário que se erguia no legislativo municipal afim de lhe opor embaraços à sanção ou, ao menos, à integridade do seu plano técnico e moral.

“Entretanto, após uma série de escaramuças - e à intervenção do presidente do Conselho, Sr. J. J. Seabra, que encarecendo a necessidade da aprovação da reforma se declarou disposto a deixar a presidência para defendê-la na tribuna - houve acordo em torno da questão, comprometendo-se os opositores a prescindirem de seus propósitos em favor do novo estatuto do ensino.

“Agora, o caso atinge a sua fase aguda, - aquela em que o projeto, intacto ou modificado sem sacrifício da sua estrutura, deve receber sanção. Ontem, quando devia entrar em 3ª discussão, não houve sessão no Conselho. O fato causou espécie em todos os círculos interessados. Seria essa falha resultante de contingências ocasionais, ou significaria um recuo de compromisso por parte dos intendentés que antes se opunham à aprovação. (...)”(Os intuitos oposicionistas no julgamento da reforma do ensino. A Noite. 14 dez. 1927.)

contratação de funcionários para diferentes cargos

“A oração pronunciada ontem pelo Dr. Maurício de Lacerda, forçou o pronunciamento do Conselho sobre a reforma da Instrução.

“Ficou-se sabendo que no Conselho, há um grupo de intendentess favorável à reforma da Instrução que precisa de reparos, mas deve ser discutida e votada.

“Um outro grupo está ‘marombando’, fazendo fosquinhas, ameaça o prefeito, a ver se consegue os favores das nomeações dos 50 adjuntos constantes do projeto 52.

“Desse grupo se destaca o Sr. Vieira de Moura que obstruiu ontem durante toda a hora do expediente, que ameaçou obstruir até meia noite e que se inscreveu para continuar com a palavra na próxima sessão.

“Além desse grupo há o Sr. Henrique Lagden.

“Sr. Lagden ataca a reforma porque é inimigo pessoal do diretor da Instrução.

“Essa é a verdadeira situação do projeto da reforma da Instrução no Conselho Municipal.

“Aí está mais uma prova do que é a edilidade carioca.

“Trata-se de uma coisa séria como a Instrução e um indivíduo resolve impedir que se estude esse projeto, que se discuta porque o diretor da Instrução repeliu propostas de cambalachos.

“Um outro grupo resolve não dar número, obstruir, até que o prefeito aceite as suas imposições nomeando nas vésperas de se fecharem as escolas, na hora da entrada em férias nada menos de 100 professores que, desde maio, o Conselho vinha se negando admitir.

Arquivo Fernando de Azevedo JEB / USP

“E enquanto os intendentess negociam não haverá número no Conselho.

“É o que ficou assentado em uma reunião secreta de ontem”(A reforma da Instrução. A Pátria, 11 nov. 1927).

“Podem ser facilmente encontrados os motivos que fizeram arrefecer, de súbito, os entusiasmos com que o Conselho Municipal recebeu o projeto de reforma da instrução pública do Distrito Federal.

“Quando o Sr. Fernando de Azevedo compareceu pessoalmente ao legislativo da cidade para ler o seu trabalho, os intendentess receberam-no e ouviram-no com o maior contentamento. Dir-se-ia que haviam todos realmente compreendido o verdadeiro alcance das medidas reformadoras aí formuladas com magnífica orientação pedagógica, e que pretendessem utilizar as mesmas em seu próprio benefício, iniciando de novo o curso da primeiras letras.

“Mas os intendentess, enquanto o diretor de instrução lia o seu trabalho, que a crítica autorizada imediatamente consagrou, pensavam em coisa bem diferente da que diz respeito ao aperfeiçoamento do ensino público na capital do país. As providências ali aconselhadas com inteira unidade de visão sobre as linhas totais do problema, não chegaram, sequer a ser compreendidas.

“Os nossos legisladores estão habituados a observar que em todas as reformas há sempre criação de lugares. De maneira que iam anotando, enquanto o Sr. Fernando de Azevedo lia, os lugares que presumiam conquistar com a sua força política. Organizaram listas formidáveis, e, naturalmente, terminada a leitura, foram procurar o diretor de instrução.

Arquivo Fernando de Azevedo JEB / USP

“Como era natural voltaram desiludidos. O resultado é que o projeto, recebido com aplausos unânimes, sem distinção de cores partidárias, encalhou de repente. Os que ignoram os motivos dessa brusca transformação ficaram surpresos. Mas não há o que estranhar. Se os intendentess fossem mais refletidos não chegariam a aplaudir o projeto, nem mesmo com a remota possibilidade de conseguir empregar muita gente, pois o maior interesse de todos eles é que se deixe de ensinar a ler no Distrito Federal.” (O interesse do Conselho... O Paiz, 11 nov. 1927).

sistema de promoção/unificação do magistério

“O princípio da unificação das classes de adjuntas é uma idéia triunfante entre os professores primários do Distrito Federal. A consulta empreendida pela A NOITE e unanimidade dos sufrágios que temos recebido, e que nos são enviados espontaneamente, não admitem mais dúvidas a esse respeito.

“(…) Resta que o Conselho Legislativo da cidade resolva, na certeza de que votando a unificação terá prestado um serviço relevantíssimo à causa do ensino na capital da República.” (A unificação das classes de adjuntos. A Noite, 15 nov. 1927).

“(…) Passando a parte que mais diretamente interessa aos membros do magistério, tenho a declarar que a unificação das classes, com a respectiva tabela de vencimentos que foi organizada é uma verdadeira ‘blague’.

“O Sr. Fernando de Azevedo, por meio de discursos e entrevistas, e pela palavra autorizada de seu amigo Sud Menucci, tornou público que os professores seriam pagos à altura dos cargos que ocupavam, sendo que os vencimentos seriam bastante compensadores.

“Agora, com a divulgação da tabela na hipótese da unificação das classes, verifica-se, com grande decepção que o magistério foi, mais uma vez, ludibriado por aqueles que dele tudo exigem.” (A Reforma do Ensino Primário. O Globo, 15 nov. 1927).

“A comissão encarregada de estudar as bases para as futuras promoções dos professores, de acordo com os princípios estatuídos na reforma do ensino, (...) entregou ontem ao diretor da instrução o resultado de seu trabalho, resultado esse que foi logo aprovado pelo Dr. Fernando de Azevedo.

Arquivo Fernando de Azevedo JEB / USP

“Conseguimos apurar que a comissão introduziu um novo sistema de promoções bem original.

“Os catedráticos terão efetivamente na direção das escolas.

“A classificação das adjuntas de 1^a, 2^a e 3^a classes para promoção do quadro do magistério primário será feita 1/3 por antigüidade e 2/3 por merecimento (...)”(O novo sistema de promoções no magistério. A Pátria, 12 fev. 1928)

Bricio Filho

Nos trâmites do Projeto de Reforma da Instrução Pública, em meio a um enorme número de artigos que indiciavam uma prática jornalística, permeada pelos anseios de modernidade da sociedade carioca no final dos anos de 1920 que tinham, dentre outros, no desígnio de Fernando de Azevedo a sua “força motriz”, abre-se espaço para a coluna de Brício Filho no jornal O Globo.

Por vezes irônico, por outras sarcástico, mas, de uma maneira geral, mantendo o tom crítico em suas palavras, o jornalista surgia como uma voz destoante, de uma forma mais do que evidente, do “coro de opiniões” que se formou sob as expectativas que envolviam a Reforma:

“(…) Chegou, porém, o momento de ser cantado o hino da vitória, chegou a hora decisiva do triunfo. É que a Diretoria Geral da Instrução Pública do Distrito Federal, que em todas as coisas mete o nariz, a diretoria, cuja espera de atividade está imensamente alargada, resolveu, do alto de sua sabedoria, fornecer os elementos que faltavam para ser entoada a patriótica canção do saneamento. O diretor frenético, esfingético e peripatético, com os requisitos da obstetrícia, sem a intervenção da cesariana, acaba de dar a luz um edital caracteristicamente salvador. Segundo os seus dispositivos os funcionários portadores do anel de esmeralda no dedo indicador vão fazer preleções relativas à implacável entidade mórbida. Será feita larga distribuição de boletins e cartazes contendo os principais fundamentos da higiene defensiva e agressiva. (...)”

“Resigna-te, pois, porque vais desaparecer, miserável vômito negro. Conforma-te com o que te espera, “leptospira icteroides”, micróbio deletério e infame. Se Noguchi teve a glória de tua descoberta, Fernando de Azevedo teve a fortuna da invenção das providências para a tua completa destruição. E tu, mosquito execrado, tu, “stegomyia fasciata” ou “stegomyia egypti”, tu não mais picarás a pele da humanidade, veiculando o germe morbífero. É que acaba de ser criado o mosquiticídio pedagógico.” (BRICIO FILHO. Na Instrução Municipal. A Febre Amarela: o mosquiticídio pedagógico. O Globo, 19 abr. 1929.)

Bricio Filho, tornou-se referência importante para a análise dos encaminhamentos tomados pela Reforma, seja em razão dos artigos que escreveu no “calor dos fatos”...

“O bojudo lusófilo Dr. Bricio Filho está inconsolável com o ato do Diretor de Instrução afastando-o da cátedra de química onde esse fúnebre pedagogo muito caceteou a paciência das jovens normalistas repetindo coisas que se ensinavam no tempo do Onça. As aulas desse pesado admirador do Seixas das malas constituíam, por isso mesmo, um verdadeiro suplício e eram dadas, não raro, com aquela voz tonitroante de leiloeiro misturando rudimentos de química com as exaltações passadistas do Rio de antanho. Era, o que se pode dizer, um mestre escola intolerável.

“A disponibilidade que lhe foi concedida tem toda a razão de ser, pois, é certo que se impunha em benefício da própria instrução, que não pode continuar a mercê de professores estacionários.

“Mas o Sr. Bricio, pelo simples fato de entupir, uma vez por semana, uma coluna do Jornal do Brasil [em realidade O Globo], julgou-se no direito de rebarbar a boa providência que fora adotada proporcionando-lhe um resto de vida regalada.

Arquivo Fernando de Azevedo JEB / USP

“Assim é que o Sr. Bricio, falta de algum luso para exaltar-lhe os méritos, a guisa de necrológio, agarrou-se a disponibilidade. E será difícil despregar-se desse assunto não obstante, só haver motivos que justifiquem a discutida portaria.

“O cartaz para o ex-diretor do O Século é um caso sério na vida.” (“Está no Cartaz o Sr. Bricio Filho”. O Nacionalista, 16 mar. 1929.).

... seja em função das reminiscências do próprio Azevedo...

“(…) Em lutas tão desabridas como essas que tive de sustentar em defesa de meus planos de reforma radicais, com que se devia implantar no país uma nova política de educação, era natural que se estabelecessem fundas divergências nos que me acompanhavam mais de perto. Oponham-se às reformas uns, por verem nelas uma ameaça a seus interesses particulares e às suas posições pouco sustentáveis, como muitos inspetores escolares, professores da antiga Escola Normal e os de cursos noturnos. Outros davam de ombros a questões de reforma para atacarem com violência e as vezes com uma constância até o ridículo como um Bricio Filho que me distinguiu quase diariamente com sua investidas, por ter eu resolvido a aposentá-lo, aliás com todos os vencimentos. Ele já não dava aulas mas servia-se do cargo, nas horas que estavam reservadas a seus cursos, para diatribes políticas e propaganda de candidatos. (…).” (AZEVEDO. No Roteiro da Ciência e da Cultura: pelos caminhos da Educação, p. 3.)

...ou ainda pelos comentários de outras pessoas que estiveram diretamente relacionadas com o projeto de reorganização educacional:

“(…) Mas, depois de um dia de trabalho árduo, onde freqüentemente sobrevinham atritos desse tipo, o próprio diretor nos reunia na sala da Subdiretoria Técnica, e se deliciava

Arquivo Fernando de Azevedo JEB / USP

com a leitura dos violentos artigos de Bricio Filho em O Globo e as pitorescas denominações com que nos brindava, sendo a mais glosada por nós, a que atribuía austero e íntegro Jônatas Serrano, entre outras, a denominação de pitoresco(...).” ([LEMME. Memórias 2](#), p. 40).

Maurício de Lacerda

“A passagem da Reforma da instrução, ontem, no Conselho, representa uma vitória exclusiva do sr. Maurício de Lacerda. À sua resistência por vezes heróica, à sua combatividade que nunca diminuiu de tensão, mesmo nos momentos em que a luta ameaçava tomar uma feição mais delicada, deve o povo carioca a vitória do Projeto Fernando de Azevedo, que arrancou a infância do Distrito das trevas da ignorância a que estava condenada pelo nosso antigo e imperfeito aparelhamento educacional.

“Maurício de Lacerda reafirmou nessa ruidosa questão os seus excepcionais dotes de parlamentar. Ele não foi apenas o orador fogoso, procurando convencer pela palavra que a maioria do Conselho seguia um caminho errado. O trabalho que desenvolveu no sentido de evitar constantes golpes, desfazendo as armadilhas que o inimigo lhe preparava foi sem dúvida a origem do seu brilhante triunfo ontem. A maioria flutuante e indecisa foi arrastada pela corrente de opinião que o tribuno formou no Conselho e ao choque de suas idéias só resistiram mesmo aqueles que, empolgados pelo interesse pessoal, fechavam os ouvidos aos ditames da consciência e da lógica.

“Para que se faça um idéia do que foi a ação desenvolvida por Maurício no Conselho, basta dizer-se que a reforma da instrução municipal surgiu tendo apenas um defensor naquela casa legislativa, que foi ele.” (“Passou a Reforma da Instrução”, A Vanguarda, 27 dez. 1927.)

“Nos últimos minutos da noite de 31 de dezembro de 1927, depois de luta renhida e tempestuosa, Maurício de Lacerda levou o Conselho Municipal a capitular. O grande

Arquivo Fernando de Azevedo JEB / USP

tribuno, - realmente o único parlamentar do Conselho, dispôs-se a obstruir, dias e dias seguidos, todos os projetos, inclusive o orçamento de 1928, até o Conselho se decidisse a aprovar o projeto da reforma da educação. 'Ou passa a reforma ou não passa nada.' Foi seu grito de guerra contra os que nos combatiam, - a maioria e a minoria associadas, - por não terem conseguido fazer do Diretor-Geral da Instrução e de seu projeto de reforma um instrumento de seus interesses políticos e um cúmplice de seus assaltos ao erário público."(AZEVEDO. História de Minha Vida, p. 95)

Projeto Substitutivo

“O sr. Pache de Faria fechou questão em torno da Reforma da Instrução: - só seria aprovado o substitutivo da comissão se fosse calcado naquele que ofereceu a minoria.

“O substitutivo da comissão, porém, não preenche a condição exigida pelo líder, porque consubstancia as emendas e os substitutivos que foram apresentados, no projeto proveniente do ante-projeto Fernando de Azevedo.

“O sr. Maurício de Lacerda está liderando, no caso, a minoria, que quer dar a reforma da instrução. E, com a maioria, vários outros intendentess apoiam o substitutivo da comissão especial aprovando-o este ano.

“Os srs. Mario Barbosa e Caldeira de Alvarenga, membros da maioria, declararam ao representante da A NOITE, no Conselho, que, no caso da reforma do ensino, seguirão a orientação do sr. Cesario de Mello, seu chefe político, que faz questão absoluta que se dê uma reforma ao ensino primário do Distrito Federal.

“O sr. Alberto Silveiras, também da maioria, afirmou que, em se tratando do ensino, prefere, à questão de partidarismo, a reforma.

“Os senhores Vieira de Moura e Pio Dutra asseguraram ao representante de A NOITE que, em último caso, darão o seu voto ao substitutivo da comissão especial.

“Dessa forma, serão dezesseis os votos para o substitutivo elaborado pela comissão especial (...). (“A Reforma da Instrução”, A Noite, 22 dez.1927)

“A Comissão de Justiça e Redação do Conselho elaborava hoje a redação final do substitutivo da reforma da instrução primária, ontem aprovado.

Arquivo Fernando de Azevedo JEB / USP

“Desse trabalho, que talvez se prolongue até altas horas da noite, apenas se ocupava o secretário da comissão, o sr. J. de Souza.

“É possível que, depois de amanhã, a redação final figure na ordem do dia, para depois de aprovada, subir a reforma à sanção do prefeito, que fazendo uso do veto parcial, extirpar-lhe-á os dispositivos que julgar inadequados.”(“A Reforma da Instrução”, A Noite, 27 dez.1927)

orçamento municipal

“(…) como a maioria e minoria do Conselho estavam interessadas, na aprovação de outros projetos e havia, como de costume, na cauda do orçamentos disposições, igualmente do maior interesse para a coligação dos dois grupos em que se dividia, o Conselho acabou por aprovar à última hora a reforma do ensino público, para ter ainda tempo de aprovar outros projetos e o próprio orçamento para o exercício de 1928.” (AZEVEDO. História da Minha Vida, p. 94).

“Figurando na ordem do dia de hoje do Conselho Municipal o projeto orçamentário, não houve expediente no início da sessão. O Sr. Maurício de Lacerda, entrou logo a obstruir o orçamento, alegando que irá estudá-lo demoradamente, em todos os seus artigos, como vêm fazendo colegas com a reforma do ensino.

“É que o representante do segundo distrito está resolvido a não dar orçamento, ao prefeito para 1928, no caso de não ser aprovado este ano o projeto da reforma do ensino carioca. (...)”. (“Não passará o orçamento se não for aprovada a reforma do ensino - diz o Sr. Maurício de Lacerda”. A Noite, 23 nov. 1927).

“A obstrução que o Sr. Maurício de Lacerda iniciou aos orçamentos, respondendo assim ao golpe de ‘baixa capoeiragem legislativa’ dado pela facção Frontin na reforma do instrução, prosseguia durante o dia e a noite de ontem.

“O representante do 2º distrito falou ontem cerca de sete horas, somadas as prorrogações que foram solicitadas com o fim ex lusivo de esgotar as suas energias.

“Já agora os aliados do conde papalino estão certos de terem comprometido a sorte

Arquivo Fernando de Azevedo JEB / USP

do orçamento, com a atitude antipática que assumiram em face do magno problema do ensino na capital da República. Arrastaram o prefeito a uma armadilha na qual este caiu, só por ter confiado demais no Conselho, cujo nível moral anda muito por baixo. (...).” (“A administração municipal não terá leis de meios!” A Vanguarda, 25 nov. 1927).

*Congresso de Instrução Primária de Minas Gerais
Educar para regenerar
as primeiras conclusões do Congresso de Instrução de Minas*

O Congresso de Instrução Primária, recentemente aberta na capital mineira, começa a estabelecer conclusões sobre determinados pontos da organização escolar, todas elas pautadas no critério geral expendido, na sessão de abertura, pelo secretário do Interior: o de ser procurada, em vez da instrução propriamente, com a superabundância teórica, a pura educação no sentido prático.

A relevância do critério empregado acentua-se exatamente pelo fato de se tratar da instrução primária, organização em que a infância desprovida de recursos maiores adquire a primeira e única educação que as circunstâncias lhe permitem, e onde portanto se baseia para a formação definitiva a classe dos operários, a grande massa popular. Compreende-se que as noções aí expendidas devam, pois, obedecer a uma orientação apropriada bastante para reunir o máximo de proveito moral e de cabedais práticos para a vida. Até hoje, a despeito da grita de educadores esclarecidos e de sã doutrina, a diretriz do ensino tem sido a pior. Não se tem cuidado de preparar gerações de acordo com as necessidades imediatas do país. A instrução obedece o critério lato e vago da “desalfabetização” - estribilho que, a troco de soado, acabou acreditando-se como fórmula salvadora e incontestável razão. Descobriu-se que os brasileiros não sabiam ler, e a campanha se desdobrou sob o animo superficial dessa constatação. Quando ao ruído declamatório sucedeu o movimento realizador, não houve nos círculos diretivos, quem não ponderasse ser o bastante instruir, mas instruir

de acordo com os interesses dos educandos e as exigências naturais da Nação. Predominou, assim, o critério da “desalfabetização”. Cuidou-se de ensinar a ler a todo transe, de olhos fitos nas tábuas estatísticas, afim de verificar o decréscimo da percentagem de anal-fabetos. Dessa obra resulta que vamos tendo camadas de cidadãos ainda piores que os anteriores, mal sabendo ler e perturbados pelo acervo de inúteis noções teóricas ouvidas nos cursos.

As primeiras conclusões do Congresso de Instrução Primária de Minas afiançam uma diretriz lógica: a do sentido educativo prevalecendo sobre o sentido instrutivo - no caráter literário - adotada entre nós. Elas indicam o propósito de ministrar a infância noções práticas, úteis, que lhe sirvam desde os primeiros passos fora da escola, no trato da vida. Naturalmente dentro do programa geral traçado, as demais conclusões a surgirem confirmarão a continuidade do critério: a criança recebendo, de par com a educação prática, noções teóricas simples e estritamente necessárias, tais as de moral cívica e de conduta privada. Desse modo, não só se poupará a inteligência da criança de compreensões demasiado elevadas, com se terá organizado uma sucessão de gerações no molde mais próprio ao ritmo progressivo do país. (“Educar para regenerar: as primeiras conclusões do Congresso de Instrução de Minas.” A Noite, Rio de Janeiro, 15 maio 1927.)

Educar para regenerar: as primeiras conclusões do Congresso de Instrução de Minas.” A Noite, Rio de Janeiro, 15 maio 1927.

Conferências de Educação

A Escola Nova e a Reforma do Ensino

Uma série de conferências organizadas pela Diretoria Geral de Instrução Municipal

Com o propósito de difundir, entre o professorado municipal, os modernos moldes pedagógicos baseados na “escola nova”, a Diretoria Geral de Instrução organizou uma série de conferências, as quais se realizarão às terças, quintas e sábados, na Sociedade Brasileira de Geografia, à Praça Quinze de Novembro.

Essas conferências que terão início hoje, às 17:30 horas, obedecerão ‘seguinte ordem:

1 - Dr. Vicente Licínio Cardoso: a) Origem e evolução da escola moderna.

2 - Dr. Everardo Backheuser: a) O tríplice fundamento da escola ativa; b) O mecanismo pedagógico e psicológico do ensino conjunto e da chamada prática da impressão e da expressão; c) Os centros de interesse no seu tríplice aspecto e d) O valor essencial do ensino da geografia racional no desenvolvimento da escola ativa.

3 - Professor Lourenço Filho: a) A escola nova e b) Testes mentais e sua aplicação na escola.

4 - Professor Edgar Sussekind Mendonça: a) O desenho espontâneo; b) Regionalismo como método e como finalidade e c) Lição de fatos e não lição de coisas.

5 - Dr. Frota Pessoa: a) A reforma do ensino: suas características fundamentais.

6 - Dr. Álvaro Rodrigues: a) A escola do trabalho.

7 - Dr. Jonathas Serrano: a) A escola Normal, a formação do professorado e as novas

Arquivo Fernando de Azevedo JEB / USP

diretrizes e b) A Escola Normal, centro de pesquisas pedagógicas e irradiação educativa. ("A escola nova e a reforma do ensino: uma série de conferências organizadas pela Diretoria Geral de Instrução Municipal". O Globo, Rio de Janeiro, 17 abr. 1928.)

Higiene Mental: maus hábitos nas escolas

Higiene mental; maus hábitos nos escolares e pré escolares e sua profilaxia

O Dr. Ernani Lopez, realizou sexta feira, na Escola Politécnica, mais uma das conferências promovidas pela seção de Educação Física e Higiene da Associação Brasileira de Educação.

Começa o conferente por lembrar que, não há muito, em seu curso de higiene mental para enfermeiras, dera uma aula sobre formação de hábitos. Aliás há na assistência pessoas que assistiram a essa palestra. Prometia, pois, tratar o assunto sobre outros aspectos, e estava, aliás, certo de que não o poderia esgotar, dada a sua vastidão. Frisa a grande importância que o problema do hábito assumiu, na hora atual, na psicologia e na higiene, mas recorda que muitos homens de pensamento, em várias épocas, já lhe haviam apreendido o transcendente alcance. (...) (“Higiene mental; maus hábitos nos escolares e pré escolares e sua profilaxia”. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 19 jun. 1929.)

“Higiene mental; maus hábitos nos escolares e pré escolares e sua profilaxia”. Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 19 jun. 1929.

Curso de Educação Física

Associação Brasileira de Educação

Curso de Educação Física

Sob a direção da notável especialista Miss Helen C. Paulison, da Associação Cristã Feminina, começa quinta feira, 23, o curso de educação física para professoras, planejado pela Seção de Educação Física e Higiene.

Graças a gentileza do Clube de Regatas Flamengo, o curso será dado no rink do mesmo clube, a rua Paissandu, n. 267

Funcionará o mesmo todas as quintas-feiras, às 11 horas, da manhã durando apenas uma hora

A inscrição foi aberta para professoras de escolas quer públicas quer particulares.

Já se acham inscritas cerca de trinta e três podendo ainda até a véspera ser aceitas mais sete.

O programa será o seguinte:

1º - táticas de marcha

2º - ginástica

3º - jogos

*4º - danças regionais. ("Associação Brasileira de Educação: curso de educação phisica".
Jornal do Commercio, Rio de Janeiro, 20 jun. 1929.)*

programa de solenidades

“Para a solenização da passagem, amanhã, do 1º centenário da Instrução Primária no Brasil, foi organizado o seguinte programa, que terá lugar às 21 horas, no Automável Club:

1ª parte - I - Hino Nacional - pela Escola de Música Arcangelo Corelli; II - Abertura da sessão, pelo Dr. Fernando de Azevedo, diretor geral da Instrução Pública; III - Preleção pelo professor Dr. Rocha Pombo; IV - Hino Escolar, do professor Barroso Netto, cantado por alunos da escola primária e Escola Normal.

2ª parte - I - Audição de autores brasileiros, pela orquestra da Escola de Música Arcangelo Corelli, sob a direção do professor Orlando Frederico; a) Delagado de Carvalho, ‘Prelúdio’; b) Francisco Braga, ‘Danças de Negros’, do ‘Contratador de Diamantes’; c) Henrique Oswald, ‘Bebe s’endort’, (Serenade); d) Alberto Nepomuceno, ‘Batuque’ (da Série Brasileira); II - Discurso do professor Dr. Fernando de Magalhães; III - Hino Nacional, cantado por alunos da escola primária e Escola Normal.

Nota - Os coros serão dirigidos pela professora D. Eulina de Nazareth.” (“O 1º Centenário da Instrução Primária no Brasil”, A Noite, Rio de Janeiro, 14 out. 1927)

“Presidiu essa solenidade o Dr. Vianna do Castello, ministro da justiça, que se achava ladeado do Sr. major Brasílio Carneiro, representante do Dr. Washington Luis, Presidente da República, e Dr. Fernando de Azevedo, diretor da Instrução Pública, seguindo-se o Dr. Mario Cardim, representando o Sr. Antonio Prado Junior, Prefeito do Distrito Federal e os professores Fernando de Magalhães e Rocha Pombo.

(...)Entre o grande número de pessoas presentes que enchiam o salão do Automóvel

“A lei de 15 de outubro de 1927 foi verdadeiramente a criadora da instrução primária em nosso país.

Em seu artigo 1º diz - ‘em todas as cidades, vilas e lugares mais populosos haverá as escolas de primeiras letras que forem necessárias.’

Foi essa lei sancionada por D. Pedro I e referendada pelo visconde de São Leopoldo (José Feliciano Fernandes Pinheiro).

A lei de 12 de agosto de 1834 (Acto Adcional) determinou a ação do governo geral quanto à instrução primária e secundária, não só na Corte, como em todas as províncias.

A partir dessa data passaram as assembleias legislativas municipais a ter a incumbência de legislar sobre a instrução pública e estabelecimentos próprios à promovê-la.

Só a instrução primária, secundária e superior na Corte e seu município continuou a ser da competência do governo geral.

Outras disposições e regulamentos houve até que com o decreto de 17 de fevereiro de 1854 na lava de Luiz Pedreira do Couto Ferraz, depois visconde do Bom Retiro, foi remodelado o ensino primário e secundário.” **(Centenário do ensino de primeiras letras”, O Correio da Manhã, Rio de Janeiro, 15 out. 1927)**

Arquivo Fernando de Azevedo JEB / USP

Club, notavam-se representantes oficiais, professores, famílias, alunos de escolas primárias e Normal, representações da Universidade do Rio de Janeiro, representantes da imprensa e da Agência Americana." ("Centenário do ensino primário", A Pátria, Rio de Janeiro, 16 out. 1927)

suspendeu suas atividades

“Requeiro (...) que, em homenagem à data que se comemora amanhã, a Câmara do Deputados, em harmonia com sua alta finalidade, que é defesa e grandeza do povo brasileiro, deixe de assinar ordem do dia para amanhã, 15 de outubro, congratulando-se com o governo da República, por tão auspicioso acontecimento.” (“Não haverá sessão, amanhã, na Câmara”, O Globo, Rio de Janeiro, 14 out.1927)

“A Câmara dos Deputados não trabalhou, ontem. Não houve sessão porque, à passagem do primeiro centenário da oficialização do ensino primário, no Brasil, partiu de um representante da Nação, a idéia de uma homenagem do parlamento aquela efeméride.

Cem anos de difusão do ensino elementar valem bem, uma consagração.

Mas esta poderia ser prestada sem a sugestão do sr. Dioclecio Duarte, reuendo à Câmara não marcasse para ontem, ordem do dia. O trabalho é, também, uma homenagem nobre. Trabalhando também se reverencia um feito como esse de que foi ‘magna pars’, o visconde de São Leopoldo.” (“O ensino primário”, O Brasil, Rio de Janeiro, 16 out.1927)

“A Câmara não funcionará, a título de comemoração. Fazem bem os políticos. Afim de contas são eles que lucram com a miséria do analfabetismo. Não fossem os 75% {de analfabetos, no Brasil} e não estariam repoltreados na preguiça a ganhar seis contos por mês, para cumprir as ordens de um governo que também só existe em virtude da desgraça. Por isso não tratam, não querem diminuir a cifra. Ser-lhes-ia horrível reduzi-la a zero. Morreriam.” (“Centenário vergonhoso”, A Manhã, Rio de Janeiro, 15 out. 1927)

vergonha nacional

“Parece incrível que comemoremos o centenário da oficialização do ensino, no Brasil, com um percentagem, estimada com otimismo, em 75% de analfabetos! Já chega a parecer ridículo clamar-se pela solução deste gigantesco problema da educação do povo - tão velho é ele e tão batido são todos os argumentos demonstrativos do crime inqualificável do poder público. Muito mais ridículo, porém, é festejar-se semelhante centenário. Ele representa uma expressão formidável da vergonha para o país que o encontra nas condições do nosso. Deveríamos, ao invés de saudá-lo alegremente, mandar repicar os sinos em sinal de luto e recolhermo-nos, humilhados, pelo imenso opróbrio. Não é, entretanto, o que se faz.(...)” (“Centenário vergonhoso”, A Manhã, Rio de Janeiro, 15 out.1927)

“Amanhã registra o calendário o 1º centenário da instrução primária no Brasil. Que fez o governo para uma comemoração condigna?

Onde as escolas a inaugurar nessa data festiva? Ao menos a organização de um corpo de leis sabias que resolvam, por decreto, a questão da analfabetização no paiz?

Nada que possa representar um corpo sério de doutrina ou um acontecimento de importância capital foi organizado em louvor à celebração, que será feita pelas pobres crianças das escolas, obrigadas a suportar a canícula e a soalheira da Quinta da Boa Vista, para que Antonico Meningite e Fernandinho passeiem, entre elas, a sua importância duvidosa , nessa comemoração de centenário.(...)” (“O centenário do ensino primário”, A Manhã, Rio de Janeiro, 14 out.1927)

aposentadorias

“Para as lutas que teria de sustentar para a execução de pontos capitais da reforma, já estava o ambiente mais preparado. E logo, e mais confiante, já ia enfrentar uma delas. E não a menor. O caso da aposentadoria de professores da antiga Escola Normal, no Largo do Estácio. Nessa escola, com poucas salas de aulas, sem pátios para exercícios e toda mal aparelhada, havia alguns velhos professores que não davam aulas. Um deles, freqüentemente, se servia dessas horas para fazer discursos, e discursos políticos. Aulas de química, sem laboratórios, eram dadas no quadro-negro. A velha escola que devia completar cinquenta anos de fundação, estava tão mal instalada quanto mal organizada. E apegada ainda, na prática do ensino, a métodos obsoletos e, _ o que seria talvez pior, reduzida a um centro de discussões políticas e tomadas de posições, perante os alunos, de professores, esquecidos de seus deveres do magistério.

“Em relação a todos esses professores, envelhecidos na profissão e dela já desinteressados, que teria eu de fazer, senão aposentá-los, de acordo com a lei que permitia a renovação do corpo docente daquela velha escola? Tanto mais quanto já havia começado a construção, na rua Mariz e Barros, dos novos edifícios destinados à sua instalação. Se não havia outra coisa a fazer, foi o que fiz, certo de que não me faltariam ataques, e violentos, de professores por mim afastados. Um deles, recorreu ao Presidente da República. E o ato de aposentadoria foi mantido. Os outros se conformaram, menos o prof. Brício Filho, _ o do Clube Floriano Peixoto, _ que passou a atacar-me, áspera e violentamente, no jornal O Globo, até o fim do governo de que eu fazia parte.” (*AZEVEDO. História de minha vida, p.*

100.)

“A classe dos docentes *[da Escola Normal]*, na qual se agrupavam indivíduos de comprovadas aptidões, foi extinta; e foram aposentados, bem que não houvessem solicitado aquela vantagem, assegurada aos funcionários públicos, que satisfizessem determinadas condições legais, os Drs. Jaime Pombo Bricio Filho, Leoncio Corrêa, João Soares Rodrigues, que eram Catedráticos de Química, de História Geral, de Instrução Moral e Cívica, respectivamente. Pelas colunas d’O Globo, o professor Jaime Pombo Bricio Filho analisou, com ironia, a figura do reformador.

“Inconformado com a aposentadoria forçada, o Dr. João Soares Rodrigues recorreu ao poder judiciário e viu restaurados os seus direitos; mas, os seus companheiros não o imitaram e suportaram o ostracismo a que foram condenados.” (*Balthazar da Silveira, A. Alfredo. História do Instituto de Educação. Prefeitura do Distrito federal, 1954, p.44-45.*)

demissões

“Não me faltaram, porém, e felizmente, outras lutas que me esperavam e tive de enfrentar com o mesmo ânimo: as dos professores dos cursos noturnos. Era essa, a desses professores, uma das maiores vergonhas do ensino no Distrito Federal. Não ensinavam em geral coisa alguma, e, _ o que é pior e mais escandaloso, _ não poucos só compareciam às aulas (quando compareciam), para ler jornais, sentados e com os pés sobre a mesa, enquanto os alunos conversavam, discutiam ou entravam em lutas corporais. E o professor, olímpicamente superior a tudo. Esquecido de tudo, de seus deveres, de seus superiores e de seus alunos. É claro que, entre esses professores de cursos noturnos, havia alguns que cumpriam seus deveres e se impunham ao respeito de todos. Mas, não constituíam mais que uma minoria de ‘desajustados’ na classe de aproveitadores ou melhor, de exploradores do ensino em seu proveito.

“Que é que tinha de fazer com a maioria deles? O que a lei da reforma me autorizava: a transferência desses professores de um ponto para outro da cidade, ou da cidade para as ilhas ou das ilhas para a cidade. Foi o que eu fiz, para obrigá-los a se demitirem. Com a sanção da lei pelo Prefeito e a aprovação dos vetos no Senado, toda classe de professores de curso noturno sentia bem a ameaça que pesava sobre eles. E lançavam mão de todos os recursos para impedirem que o Diretor Geral se servisse do direito ou da faculdade de que a lei o armava para acabar com a desordem criada com essas escandalosas sinecuras. Mas o Diretor não era homem para recuar diante de dificuldades e pressões. Com os atos de transferência publicados no Diário Oficial (Jornal do

Brasil) e em todos os jornais desabou a tempestade que roncava desde a terrível expectativa dessas transferências, muitas das quais em última análise, importavam em demissões. Não de iniciativa do Diretor mas pedidas por numerosos professores a que não convinham mudanças de residência para regiões tão afastadas.

“O golpe de moralização foi duro, mas certo e de efeitos imediatos. Vinham chegando as renúncias, umas após as outras, que eram dadas imediatamente. Não, porém, sem lutas, protestos e intervenções para fazerem o Diretor recuar de seus atos, não prosseguir no expurgo, mantendo suas transferências e assinando outras. Repetiram-se as ameaças de agressões. Convite anônimos ao Diretor para ir à Prefeitura a tal hora, onde o esperavam professores afastados ou às vésperas de serem transferidos. Sucediavam-se, no gabinete do Diretor Geral, visitas de políticos, senadores, deputados, e, sobretudo, de membros do Conselho Municipal (vereadores) que não desistiam de seus propósitos ou planos de influir sobre decisões do Governo.” (AZEVEDO. História de minha vida, p. 101-102.)

Oswaldo Orico

“Para a Diretoria de Instrução Pública do Distrito Federal foi nomeado o professor Oswaldo Orico, docente da Escola Normal e um dos opositores mais ferrenhos de Fernando de Azevedo, em virtude do ato que demitira todos aqueles professores daquele estabelecimento de ensino, que o atingira e considerava ilegal, arbitrário e até mesmo violento.” (*Lemme, Paschoal, Memórias 2, p. 74.*)

“Chegou-me ao conhecimento que o Sr. Oswaldo Orico prepara um livro, em que nos ataca a mim e ao Anísio violentamente. É o que ele anuncia, com desprazer e o cinismo habitual. É preciso prevenirmo-nos contra os assaltos desses indivíduo, sem dignidade, sem ideais e sem escrúpulos, movidos ou por despeito e vaidade ou por interesses feridos. Ele afirma (e isto ouvi de pessoas a quem falou) que é preciso destruir os três: a mim, o Anísio e o Lourenço, destruir-nos por todos os meios. Cada vez me convenço mais da verdade daquele lema: Tudo para o bem e para os bons: nada para o mal e para os maus.” (*Carta de Fernando de Azevedo a Francisco Venâncio Filho, datada de 1 fev. 1934, transcrita em PENA, Maria Luiza. Fernando de Azevedo: educação e transformação, p. 111.*)

“Poucos dias depois, porém, o professor Oswaldo Orico era substituído pelo doutor Raul de Faria, segundo parece, por imposição da política mineira, pois o novo diretor fora deputado federal filiado à Aliança Liberal, cuja derrota do candidato à eleição para a Presidência da República fora um dos fatores determinantes do desencadeamento da Revolução de Outubro.

“Raul de Faria era então inspetor escolar no Distrito Federal e também um dos mai-

Arquivo Fernando de Azevedo JEB / USP

ores opositores à nova situação que se criara para o ensino da Capital da República com a Reforma que se implantara sob a liderança de Fernando de Azevedo.

“Assim, sob essa direção inteiramente adversa a todos nós que participáramos desse movimento de modernização do ensino público no Distrito Federal, começaram os inquéritos e as investigações para apurar as irregularidades que acaso tivessem sido cometidas pela administração municipal que a Revolução interrompera em 24 de outubro de 1930.

“Não seria exagero afirmar que iríamos enfrentar um ambiente de verdadeiro revanchismo por parte de quantos se consideraram prejudicados por medidas adotadas pelos reformadores do ensino, capitaneados por Fernando de Azevedo.” (*Lemme, Paschoal, Memórias 2, p. 75-76.*)

Balthazar da Silveira

“Constando-nos que o Dr. Alfredo Balthazar da Silveira, antigo docente da Escola Normal, fora excluído da regência das turmas suplementares da dita Escola Normal, sob o fundamento de ser o advogado dos docentes daquela escola na questão em que eles pleiteiam a sua equiparação, em vencimentos, aos professores das escolas noturnas, deliberamos procurá-lo.

“_ Realmente, meu caro redator, fui excluído da regência das turmas suplementares, embora o meu nome figurasse na proposta organizada pelo doutor Jonathas Serrano, porque sou advogado dos docentes na questão em que ele pleiteiam a sua equiparação, em vencimentos, aos professores das escolas noturnas. Ouvi essa informação dos lábios do Dr. Jonathas Serrano, que instou comigo para que eu procurasse o Dr. Vicente Lima Cardoso. Em me avistando com o diretor geral, interino, da Instrução Pública Municipal, declarou-me ele que o meu ato era hostil à atual reforma. Não entrarei em divagações, mas, digo-lhe que a propositura da nossa ação é mui anterior à promulgação da atual lei de ensino. Os catedráticos da Normal estão acionando a Prefeitura Municipal; os inspetores escolares estão à espera de sentença; os médicos escolares ganharam unanimemente na Corte de Apelação (app. 8811) a ação que intentaram contra a Prefeitura para terem os seus vencimentos equiparados aos inspetores escolares. Dos 63 docentes designados para regerem turmas, no corrente ano, 28 estão comigo acionando a Prefeitura Municipal; entretanto, eu, porque gratuitamente, estou defendendo-lhes os direitos, sou privado da regência de turmas. Tenho 10 anos de serviço; entrei pela porta larga do concurso e tenho publicado

Arquivo Fernando de Azevedo JEB / USP

livros didáticos, que a crítica recebeu benevolmente. Vim de desempenhar uma comissão importante, qual seja a de membro da comissão examinadora do concurso de admissão ao curso anexo da Escola Normal. (...) Não tenho rancor dos que me tratam desse modo; como católico praticante irreduzível, só tenho piedade dos que maltratam os seus semelhantes". (*"Nos domínios da Instrução Pública. A exata situação do Sr. Alfredo Balthazar da Silveira"*. O Globo, 20 mar. 1928.)

"Outro docente da Escola Normal, tão somente por haver ajuizado uma ação contra a Prefeitura Municipal, para reivindicar, gratuitamente, para os seus companheiros, diferenças de vencimentos, sofreu graves perseguições e esteve afastado três anos da regência de turmas; mas o despotismo não é eterno e ao Poder Divino não escaparão os violadores dos direitos dos semelhantes." (*Balthazar da Silveira, A. Alfredo.* História do Instituto de Educação. Prefeitura do Distrito federal, 1954, p.44-45.)

Mais de trinta concursos

“Pode-se afirmar sem receio de contestação que nunca em nosso meio se realizaram tantos concursos, em tão breve espaço de tempo e para provimento de cargos tão variados e importantes no magistério normal e profissional, como nestes últimos dois anos, de acordo com as disposições da reforma de ensino. (...)

“Em Agosto de 1928 realizou-se o primeiro desses concursos para as vagas existentes no corpo de Inspectores Médicos. Dos 41 candidatos inscritos, foram aprovados 19 e as nomeações então feitas obedeceram à ordem rigorosa de classificação. Para os lugares de Inspetor Dentário efetuou-se concurso em Outubro do mesmo ano; inscreveram-se 19 concorrentes, foram aprovados 10 e, como anteriormente, as nomeações obedeceram à classificação.

“O primeiro edital relativo a concurso para as cadeiras vagas nos institutos e escolas profissionais foi publicado no órgão oficial em 1 de Agosto de 1928. As provas públicas iniciaram-se em 26 de Outubro, para a cadeira de francês. Dessa data até 1º de Fevereiro de 1929 foram realizados 15 concursos, o que representa, no Brasil, um verdadeiro record. (...)

“Em 1929 prosseguiram os concursos, sendo realizados os de inglês, educação física e mecanografia. (...)

“No curso normal foram abertas inscrições de concurso em 1928 e 1929 para nada menos de 15 cadeiras. Já se realizaram os de Trabalhos Manuais, educação Física, Desenho, Física, Geografia e Direito. Deverão realizar-se este ano os de Inglês, Literatura, Arit-

mética e Álgebra, História da Civilização, História do Brasil, Psicologia, Química, Pedagogia e Sociologia. (...)

“Convém registrar que nos vários concursos foi introduzida uma inovação de grande alcance pedagógico: a prova didática, perante uma turma real e do mesmo ano correspondente à matéria.

“Outra inovação de ótimos resultados foi a exigência, nas cadeiras de linguas vivas, de prova escrita e prova didática oral, ambas na própria língua posta em concurso.” (*“Regime de concursos”*. Boletim de Educação Pública 1 (1): 129-130, jan. mar. 1930.

Os concursos para cargos de professores da Escola Normal constituíam-se, também, da defesa pública de uma tese. As teses apresentadas para o preenchimento das diferentes vagas constam do acervo da Biblioteca do Instituto de Educação do Rio de Janeiro, seção de Obras Raras.

“Já tivemos ensejo em nosso 1º número de registrar que nunca em nosso meio se realizaram, em tão breve espaço de tempo, tantos concursos para o provimento de tão variados cargos no magistério normal e profissional.

“Devemos agora acrescentar ao que já foi publicado que neste ano, como em 1928 e 1929, serão efetivamente providas, pelo processo moralizador do concurso, as cadeiras ainda vagas da escola Normal, dos institutos e escolas profissionais masculinos e femininos e ainda todos os lugares de mestres e contramestres das diferentes seções conservadas ou criadas pela Reforma de Ensino.

“Já foram encerradas as inscrições do curso normal para as cátedras de inglês, aritmética e álgebra, literatura vernácula, história da civilização, história do Brasil, química e

Arquivo Fernando de Azevedo JEB / USP

psicologia. Encerram-se, na 1ª quinzena deste mês de abril, as inscrições para duas cadeiras: pedagogia e sociologia. (...)

“Quanto aos institutos e escolas profissionais, já se haviam realizado, em 1928 e 1929, dezoito concursos. Foram encerradas as inscrições relativas à datilografia, educação física, anatomia e psicologia humana, física e química, geometria descritiva, higiene industrial, história natural, música e canto, música instrumental, desenho de estilização e história das artes, contabilidade e escrituração mercantil, datilografia e estenografia e mecânica geral. Foram também abertas as inscrições para os concursos de provimento das vagas de mestres e contramestres das seguintes seções: flores, chapéus, tecidos de malha, cintos e artigos congêneres, cozinha, lavagem e engomado, composição em caixa, impressão, fundição, modelação mecânica, ferraria e serralheria, eletrotécnica, motores de explosão, avicultura, sericultura e laticínios.

“Representa um verdadeiro record, pode-se afirmar, a realização de tantas provas em um triênio.” (*“Regime de concursos”*. Boletim de Educação Pública 1 (2): 265, abr. jun. 1930.)

livros didáticos

“À vista das conclusões do parecer da comissão de livros didáticos declarando que apenas 10% dos atuais livros de leitura são adotáveis sem restrições, o Conselho de Educação julga de seu dever e no interesse do ensino adotar a seguinte deliberação, de acordo com os artigos 50 e 628 do Regulamento em vigor:

“a) considerando que a maioria dos atuais livros de leitura, quando não enfaram e deseducam, deixam a criança quase sempre na ignorância de nossa flora e fauna, de nossa geografia e história, dos nossos costumes, das nossas tendências e necessidades, da agricultura, do comércio e indústria nacionais e vão colher exemplos nos países estrangeiros, concorrendo para que os filhos do Brasil aprendam a desconhecer e deshabituar-se da terra onde nasceram;

“b) considerando que na escola primária a criança adquire o conhecimento resultante de sua experiência e o enriquece e consolida pelo livro, complemento do saber originário;

“1º - A Diretoria Geral de Instrução Pública, com o fim de incentivar e desenvolver a literatura de aplicação didática, abrirá concurso para uma série de livros de leitura de acordo com os novos programas de ensino, dentro de um plano organizado pelo Conselho de Educação;

“2º - Serão instituídos três prêmios, respectivamente, de 5:000\$000, 3:000\$000 e 2:000\$000, aos melhores trabalhos apresentados;

“3º - No orçamento municipal para 1930 constará a necessária dotação para o paga-

Arquivo Fernando de Azevedo JEB / USP

mento desses prêmios.

“Sala das sessões do Conselho de Educação, em 25 de julho de 1929.

“(a) Paulo Maranhão”.

(“Incentivando a literatura pedagógica”. Boletim de Educação Pública 1 (1): 131, jan. mar. 1930.)

centralidade

“O escopo da escola atual é fazer das crianças pessoas aptas, capazes, isto é, pessoas que estejam na altura de todas as suas obrigações na vida e que as realizem sentido-as e proporcionando felicidade: homens com amor mais vivificante e responsabilidade - responsabilidade para si, para sua família e para tudo criado por Deus; portanto - personalidades.

“Não foi sempre esse o fim da escola. (...)

“Como poderia um professor ensinar classes de quarenta a cinquenta alunos? Ele nem poderia conhecer as particularidades de cada aluno. De onde tomar o tempo para estimular os que sobressaem nos estudos e dar aos incapazes uma direção proveitosa?

“Lutava ele para atingir o que desejava e realizar o programa determinado e então a educação era substituída pelo ‘drill’.

“Eram de admirar os diversos castigos, repreensões e prisões, com auxílio dos quais se acabava o pouco que sobrava de alegria e interesse? No sistema que muito se tinha arraigado no espírito e cérebro dos preceptores, era inevitável a opressão à criança antes mesmo desta mostrar a sua autoridade própria.

“A criança nem na casa, nem na escola, tinha, como gente, direito a um lugar e a manifestar-se. Devia calar-se. (...)

“Na escola, com aulas repletas, era impossível dar o ensino de que precisava cada indivíduo; acrescia a isto o regulamento arbitrário e anti-psicológico da escola, deixando sem nenhuma consideração as crianças de gênio artístico e prático que tinham a facilidade de reter na memória noções abstratas e teóricas, que podiam, sem dificuldade,

aproveitar dessa escola. Tal erro já há muito foi reconhecido pela moderna pedagogia, que procura remediá-lo. (...)

“Que exige e realiza, pois, a escola atual? Antes de tudo ela extirpa o acúmulo de conhecimento inútil que francamente só a minoria, isto é, só os privilegiados e prendados de boa memória podem dominar e criar um, um vivo interesse por todas as coisas da vida.

“É penosa a tarefa para os pais, para quem o bem estar e o sofrer dos filhos pesam mais do que a qualquer outrem; auxiliar a escola, apoiando-a, afim dela alcançar o seu fim, deixando de a embaraçar com pretensões autoritárias.

“Mais ajudam os pais, quando se interessam pelas matérias dadas diariamente na escola aos filhos (...).

“Importante é que os pais animem sempre e não façam repreensões, quando seus filhos não sabem isso ou aquilo (talvez o mesmo que, quando pequenos, lhes foi ensinado à força). As crianças da escola nova aprendem, para isso, o essencial e reconhecem as causas íntimas e suas relações com a vida. Isto é que dá força ao espírito e à alma: pensar, sentir, querer e poder. Pelo menos assim deveria ser.

“Depende da aptidão desta capacidade o valor personificado do homem. (...)

“Pestalozzi, o grande pedagogo suíço, diz o seguinte: ‘O que quer dizer educar? Educar é amar, mas amar é confiar’. Eis todo o segredo. Devemos ir de encontro à criança cheios de amor e confiança. Onde encontrarmos defeito, devemos colocar por meio de estímulos ao pundonor e ao interesse alguma coisa positiva no lugar do negativo, e não permitir o sentimento de mediocridade. Devemos, pois, encorajar - encorajar e sempre, encorajar - em vez de castigar diga-se: ‘Tu podes, isso sei eu/ tu conseguirás’. Essas palavras

Arquivo Fernando de Azevedo JEB / USP

já transformaram várias crianças débeis e homens capazes e corajosos; capazes também de transformar e auxiliar com satisfação outros seus semelhantes.

“É só ter paciência !

(GWINNER, Sonia. “A escola antiga e a moderna”- trad. A. O. Brauniger). Jornal do Brasil, 02 maio 1929.)

livros

“A ofensiva da educação nova contra o livro de leitura ou de texto, tem sido freqüentemente interpretada, por ignorância ou má fé, como uma investida contra o livro e a cultura, mas a verdade é que a educação nova, longe de deprimir o valor do livro, o reabilita pela ‘nova função’ que lhe atribuiu, como um instrumento de trabalho. O livro de texto, na escola tradicional, é o ‘centro’, em torno do qual gravitam todas as atividades escolares que se sucedem, na ordem de distribuição da matéria e segundo suas sugestões metodológicas; o livro escolar na educação renovada é um ‘instrumento de trabalho’, na atividade total da escola, que se desenvolve sob o impulso e em torno da criança, - centro de gravidade da nova educação; aquele é o livro-padrão, que se presume bastar-se a si mesmo, na função absorvente, uniformizadora e autoritária; este, um ‘elemento de cultura’, que auxilia, completa e alarga a experiência que nos vem da observação direta e do trabalho - dos olhos, das mãos e da ferramenta; aquele, o instrumento a que o aluno se escraviza; este, o instrumento de que se utiliza, como meio; aquele, o livro imposto que se lê por necessidade e se abandona com prazer, o fastio das leituras sem interesse, com que a escola transmite o desamor senão horror aos livros; este, o livro de que se precisa e que se procura, como fonte de informações, de estímulos, de recreio e de reflexão e extrai todo seu encanto e sua força do interesse que despertou e que nos faz associar, mais tarde, a lembrança da escola e da própria infância à das leituras, com que se tocou mais profundamente o coração, se produziram os primeiros impulsos para o ideal e se estabeleceram os primeiros contatos com a experiência humana.” (*Azevedo, 1933, p. 240*)

laboratórios

“O discurso do movimento escolanovista contrapondo-se ao ensino verbalista, afirmava que a aprendizagem não ocorria por mera memorização de fatos e processos, mas pela compreensão mesma destes fatos e processos, somente possível pela visibilidade da experiência realizada em laboratório, da excursão a locais históricos ou de interesse científico e da observação da realidade circundante. Aprender a ver era o primeiro passo para aprender a amar. Ver, conhecer o meio a sua volta, era, também, amar sua região e, posteriormente, seu país. Base do nacionalismo. Assim, expressava-se Azevedo, integrando experiência, nacionalismo e tradição em uma fala que pretendia sintetizar os elementos fundantes da nova concepção educacional.

“De auditório, a escola tornava-se laboratório. Passava a imperar o experimentalismo. Nesta concepção de ensino, destacava-se, principalmente, a Física, como a redentora de um novo universo, e o laboratório, como locus privilegiado para sua percepção. Os gabinetes e laboratórios ensinavam a verdade científica, refazendo os passos da pesquisa, transformando o aluno em cientista. As experiências laboratoriais ensinavam mais que a mera repetição de fórmulas e frases. O conhecimento deixava de ser percebido como erudição para assumir o caráter de vivência.” (*Vidal, 1994, p. 25*)

centros de interesse

“Novos fins, novos meios. O desenvolvimento do aspecto social da educação imprimiu à escola uma nova finalidade, para cuja realização se propuseram e se experimentam ‘meios’ apropriados. A adoção dos princípios básicos da escola nova, que tem em vista finalidade pedagógica e social, implica na rejeição dos ‘meios’ não conducentes aos novos fins propostos, e, por conseqüência, na revisão dos métodos pedagógicos. O ponto de partida, na escola nova, é sempre a observação. É um princípio essencial. O professor começará por ensinar o aluno a ‘observar’, pondo-lhe em contato constante com as coisas e os fatos, despertando-lhe o sentido e desenvolvendo-lhe a capacidade de observação. As excursões escolares (a fabricas, a oficinas, aos jardins botânicos, à lavoura, etc.), os museus e o cinema educativo, constituem outros tantos meios de abrir à atividade inquieta do aluno novos campos de observação. Aprender a ver, observar, é a arte de mais difícil aprendizagem e condição essencial a atividades inteligentemente orientadas. (...)

“As matérias que constituem o curso primário, não são ensinadas isoladamente, mas em ‘conjunto’, agrupadas, ‘associadas’ em torno de centros de interesse. É o princípio da ‘concentração dos estudos em torno de centros de interesse’, também chamado ‘ensino global ou concêntrico’, que presidiu à elaboração do novo plano de estudos. Esse princípio, que se opõe a toda especialização prematura e a toda mutilação arbitrária, levado às últimas conseqüências, não tolera o horário, inalterável e rígido, com que se interrompe o ensino a intervalos regulares. ‘Não é a hora que fixa irremediavelmente o limite da lição, é a necessidade psicológica’, do interesse despertado que o mestre deve aproveitar, tratando,

Arquivo Fernando de Azevedo JEB / USP

sem limite de tempo, a matéria ou desenvolvendo o trabalho, por que a classe se interessou e que ela mesma, por isto, não desejaria abandonar. Mas, ninguém, por hóspede que seja em questões pedagógicas, pode desconhecer o perigo de transição de um regime tradicional para outro inteiramente diverso, senão oposto, sem o tato e a prudência que diminuem, até remover com o tempo, as dificuldades inerentes a reformas profundas." (AZEVEDO. "A Escola Nova e a Reforma". Boletim de Educação Pública 1 (1): 15-17, jan. mar. 1930.)

Círculo de Pais e Professores

O Círculo de Pais e Professores propunha-se a trazer a família para a escola, transformando os pais em agentes de disseminação das idéias higiênicas no lar. Dizia Fernando de Azevedo que era preciso cooptá-los para a obra da educação. Assim, com o intuito de bem gerir a atuação do Círculo foi elaborado um regimento. Como objetivos indicava "...projetar sobre o lar a ação educativa da escola e estabelecer a mais estreita colaboração da escola com a família" (Boletim de Educação Pública 1 (1): 127). Dentre as finalidades previstas estavam: contribuir para a educação moral, cívica e higiênica dos sócios, por meio de palestras mensais, circulares, inquéritos e concorrer para a educação estética da família, despertando e desenvolvendo o sentimento de conforto do lar. Conselhos de como administrar adequadamente as reuniões do Círculo advertiam para que as palestras não ultrapassassem 30 minutos, o que poderia gerar desinteresse e afastar os pais das reuniões; para que se recorresse a filmes educativos, como forma de incitar ao comparecimento; e para que as informações fossem transmitidas de maneira aliciar os pais à adoção dos hábitos higiênicos, nunca enunciando que seus costumes eram errados por negligência, mas por desinformação. As reuniões e decisões do Círculo eram documentadas em atas, registradas em livros próprios. Ao todo, funcionaram no Distrito Federal 170 Círculos de Pais e Professores, congregando aproximadamente 25.000 pessoas, na estimativa da Diretoria Geral.

exposições de trabalhos manuais

“No Instituto Profissional Orsina da Fonseca realizou-se mais uma exposição de trabalhos de alunos do modelar estabelecimento. Os mostruários tiveram, como todos os anos, franqueados durante três dias ao público. Nas interessantes mostras viam-se primorosos bordados e rendas, cuja beleza até os leigos tinham que reconhecer. Aliás, é tradicional o capricho que se nota nos trabalhos que a Escola Orsina da Fonseca expõe todos os anos, dando uma bela impressão do carinho e da inteligência que se conduzem, no exercício dos seus mistérios a direção e o professorado do estabelecimento. Também na seção de flores artificiais havia muito que admirar-se. Foi, em suma, uma exposição digna de se ver a que o Instituto Orsina da Fonseca realizou este ano e que foi ontem encerrada.” (*“A exposição anual do Instituto Profissional Orsina da Fonseca”*. A Pátria, 8 dez. 1928)

“Encerraram ontem, com grande solenidade, as aulas da Escola Bento Ribeiro, à rua 24 de Maio, tendo comparecido o diretor da Instrução, inspetores e crescido número de pessoas gradadas.,

“A diretora da escola exibiu os trabalhos de suas alunas que foram muito admirados.

“O dr. Fernando de Azevedo, que se deteve, ali, durante toda a cerimônia, assistindo aos exercícios de ginástica sueca feitos pelos colegiais, trouxe excelente impressão da Escola Bento Ribeiro”. (*“Escola Bento Ribeiro: o encerramento das aulas”*. A Noite, 9 dez. 1928.

Festas

“Realizou-se, segunda-feira última, na 1ª Escola Feminina do 16º Distrito, sita à estação de Pavuna, e sob a regência de d. Cordelia Sá Tearp, a sessão inaugural da Caixa Escolar “União do Bem”.

“O ato que foi abrilhantado com as presenças dos srs. Inspetor escolar dr. Henrique Baptista Pereira e da catedrática d. Everilde Faria Lemos da Fonsenca, ora em gozo de licença, revestiu-se de solenidade, tendo a adjunta Pharailde Cintra Vidal proferido o discurso oficial.

“O programa carinhosamente preparado, constou de canto pela alunas, leitura dos estatutos da “União do Bem”, distribuição dos prêmios mensais e instituição de dois prêmios anuais, com os recursos da Caixa. (...)”

“A festinha compareceram também os pais dos alunos e terminou em meio de geral contentamento (...)” (*Uma linda festa escolar no 16º Distrito*). A Pátria, 22 jun. 1927.)

selos

“Campanha contra a Tuberculose: _ Srs. Inspetores escolares, inspetores médicos, diretores e professores de estabelecimentos de ensino:

“No intuito de auxiliar a campanha contra a tuberculose, deveis por em prática imediatamente, além de outros meios ocasionais, as medidas seguintes:

“1 _ Os Srs. Inspetores médicos farão, em todas as escolas, preleções em linguagem simples e acessível a todas as crianças, sobre a tuberculose e meios de combatê-la.

“2 _ Serão distribuídos os boletins editados pela Saúde Pública e afixados em todas as escolas cartazes que contenham os princípios fundamentais da profilaxia e combate á tuberculose.

“3 _ Estender-se-ão às famílias dos alunos, por meio das enfermeiras escolares e dos Círculos de Pais e Professores, os princípios e os hábitos de profilaxia da tuberculose.

“4 _ Os Srs. Inspetores escolares e diretores de escolas facilitarão à comissão executiva da Campanha do Selo da Tuberculose a distribuição, por intermédio dos alunos, do selo instituído em benefício dessa campanha.

“distrito Federal, 30 de junho de 1929.

_ O diretor geral _ (a) Fernando de Azevedo” (“Sello da tuberculose”. O Globo, 3 de jul. de 1929.)

escotismo

“De acordo com a convocação feita pelo Dr. Fernando de Azevedo, diretor geral da Instrução Pública, realizar-se-á amanhã (...) no Instituto de Nacional de Música, a reunião dos Inspetores médicos e escolares e dos professores de todas as escolas mantidas pela Prefeitura do Distrito Federal, em número de 281.

“O objetivo dessa importante reunião prende-se à introdução do escotismo nas escolas públicas e que faz parte integrante da reforma da instrução pública elaborada e executada pelo doutor Fernando de Azevedo. (...)”.

(“O Globo entre os escoteiros”. O Globo, 10 abr. 1929.)

“O atual surto escoteiro na nossa municipalidade foi em conseqüência da reforma do ensino do Distrito Federal, elaborada pelo dr. Fernando de Azevedo, na qual, por sugestão do dr. Mario Cardim, um dos fundadores do escotismo no Brasil, foi introduzido oficialmente o escotismo na instrução municipal.

“Os esforços do dr. Mario Cardim para conseguir levar a efeito a sua oportuna idéia, bem valem para atestar o nome que desfruta no Movimento Escoteiro.

“Por iniciativa sua, foram impressos cartazes de propaganda, distribuídos, aos milhares, pelas escolas municipais, foram realizados conferências, entendimentos, iniciativa várias (...).

“Aproveitando-se das facilidade que tem em conseguir muito para o escotismo, não perdeu o chefe Mario Cardim a oportunidade, e aí estão os primeiros frutos do seu louvável e grandioso empreendimento, amadurecidos já com a grande e significativa reunião de

Arquivo Fernando de Azevedo JEB / USP

hoje, no Instituto de Música, as 17 horas. “ (*Pelo mundo escoteiro*”. O Jornal, 11 abr. 1929).

“Conforme estava anunciado realizou-se (...) no Instituto Nacional de Música, a importante reunião convocada pelo Diretor Geral da Instrução Pública, Dr. Fernando de Azevedo, com o fim de congregar as pessoas interessadas afim de trabalharem pelo progresso do escotismo introduzido pela reforma da Instrução Pública, nas escolas municipais.” (“*O Escotismo nas Escolas Municipais*”. Jornal do Brasil, 12 abr. 1929).

Federação Escolar de Escoteiros

“Continuam abertas, no Gabinete do Secretário do Prefeito, Dr. Mario Cardim, encarregado da organização do escotismo nas escolas municipais, as matrículas para o Curso de Instrutores de Escotismo, para os professores das escolas públicas do Distrito Federal.

“Já se acha inscrito grande número de professores das respectivas escolas que reconhecem na implantação da prática do escotismo o complemento que lhes faltava no desempenho da missão importante que lhes está confiada.

“Afim de esclarecer consultas que têm sido feitas, podemos adiantar que o trabalho de formação de patrulhas nas escolas municipais será contado como comissão e constará como mérito da ficha de assentamentos do professorado, para o efeito de promoção.

“O Dr. Mario Cardim organizou para uso dos instrutores de escotismo que vão iniciar os seus trabalhos, com a formação de tropas de escoteiros nas escolas públicas, o seguinte Decálogo que comprova os seus profundos conhecimentos escoteiros:

DECÁLOGO PARA OS DIRIGENTES DE ESCOTISMO DA FEDERAÇÃO ESCOLAR DE ESCOTEIROS

Art. 1º. - O escotismo não é absolutamente um movimento de caráter militar . Assim o recomenda insistentemente o seu fundador, General Baden Powell.

O ensino limitado de certos exercícios é simplesmente feito para a facilidade de movimento em conjunto e para cerimônias que se reproduzem mui raramente.

A repetição contínua de marchas e paradas deve ser evitada.

Art. 2º. - A Federação Escolar de Escoteiros é rigorosamente neutra em assuntos religiosos.

Art. 3º. - A Federação Escolar de Escoteiros é essencialmente uma instituição neutra em assuntos de natureza política, no sentido partidário.

Apesar de reconhecer a necessidade da educação política da juventude não só entende que essa educação é extemporânea na idade do escotismo, como ainda quer colocar-se fora das lutas de partido, para receber em seu seio, na realização de uma obra nacional, os adeptos de todas as crenças políticas.

Esta orientação, porém, não a inibe de desenvolver acentuada educação cívica, num sentido geral, isenta de qualquer espírito faccioso.

Art. 4º. - O princípio básico da organização escolar de escoteiros é o da federação de

Arquivo Fernando de Azevedo JEB / USP

organismos, subordinados e dirigidos por um órgão central, que decide sobre as medidas de interesse geral.

Para a manutenção do equilíbrio e harmonia desse organismo, torna-se imprescindível um rigoroso respeito mútuo das esferas de atribuições de cada um e uma cega obediência aos princípios estabelecidos nos nossos estatutos.

Art. 5º. - O dever primordial dos dirigentes do escotismo é o de conhecerem a fundo as obras sobre essa instituição, para que sejam obedecidos sem discrepância.

Art. 6º. - O exemplo, da prática dos princípios do escotismo, como o da honra, lealdade, civismo, obediência, iniciativa, coragem, democracia, civilidade, etc., deve partir de cima para baixo; deve partir dos dirigentes do escotismo, quer na sua convivência nos organismos da Federação Escolar de Escoteiros, quer fora dela.

Art. 7º. - O escotismo deve ser isento de exibicionismo: como obra de regeneração social, deve ser recatada para não se tornar vulgar.

A preocupação dos dirigentes do escotismo deve ser a de cumprir um dever patriótico, sem ostentação e sem almejar recompensas nem procurar servir ambições pessoais.

Art. 8º. - No seio da Federação Escolar de Escoteiros devem ser evitadas, a todo transe, as manifestações de caráter pessoal, principalmente a pessoas vivas ou autoridades das quais os escoteiros possam depender para qualquer mister.

Arquivo Fernando de Azevedo JEB / USP

Os dirigentes de escotismo devem procurar formar uma mocidade de caráter independente.

Art. 9º. - Os dirigentes de escotismo devem ter a constante preocupação de evitar qualquer espécie de excesso: excesso de exercícios ou esforços desproporcionados com a resistência física infantil; excesso de disciplina; excesso de exibição; excesso de paixão, excesso de linguagem.

O escotismo é uma obra de sã educação, equilíbrio e de moderação, em todos os sentidos.

Art. 10º. - No escotismo tudo deve revestir um caráter prático de sincero humanitarismo e abnegado civismo.

Os dirigentes de escotismo devem ser homens de aparência simples, falando pouco, fazendo muito e aliando sempre os atos às palavras.

(*“Instrução Municipal - Federação Escolar de Escoteiros”*. Jornal do Brasil, 27 abr. 1929.)

complementar

“Amparado pela devoção de um núcleo seletivo de legítimos patriotas, alimentado pela seiva vigorosa da fé robusta de escoteiros inatos, que nele viam tão somente o futuro da pátria, o escotismo, jardim onde dedicados jardineiros cultivam a flor da alma brasileira, purificando-a, retemperando-a ao sol da nova crença,- árvore vicejante, cujos galhos virentes já se estendem protetores sobre quase todos os recantos do solo pátrio, enquanto a fronde verdejante de vasso os espaços na ânsia sublimada das aspirações sem mácula,- florescia inspirado no mais puro civismo.

“Adotou-o a Prefeitura em suas escolas. Não se podia esperar do sr. prefeito um gosto de mais ampla significação patriótica. (...)”(*Escotismo. Correio da Manhã, 13 abr. 1929.*)

“Era de esperar que o diretor da instrução municipal, tão esclarecido em relação a todos os modernos problemas educacionais, não abstraísse do escotismo na reorganização por que está passando o ensino da capital da República.

“A criação positivamente genial de Baden Powell é um dos melhores fundamentos do preparo da mocidade tal qual o exigem as características da vida moderna. E já é tempo de nos utilizarmos, na mais alta escala possível, desse admirável instituto, para modelarmos convenientemente a mentalidade das gerações novas, adaptando-a ao misto de idealismo e de senso prático, sem o qual não podem verificar-se, na era presente, vitórias integrais.

“Não é somente a energia física e moral que o escotismo procura e logra desenvolver

nas crianças. De sua prática fiel e conscienciosa gera-se uma capacidade de entusiasmo pelas coisas nobres e belas, que é o cunho mais dignificador dos caracteres, e da qual se originam, em linha reta, os melhores triunfos individuais como as mais fecundas realizações coletivas.

“(…) Pode o Sr. Fernando de Azevedo estar convencido de que tem ao seu lado, incondicionalmente, a totalidade dos brasileiros a quem domina o anseio de ver as gerações novas preparadas, física, moral e intelectualmente, para promover a grandeza onimada da Pátria. (*“Pela propagação do escotismo”*. O Paiz, 17 abr. 1929).

“(…) As mãos generosas dos instrutores que recrutei (…) estão, graciosamente empenhadas numa tarefa patriótica, plantando nas escolas públicas, a semente que se desdobrará, amanhã, na nossa adolescência vigorosa, surgindo acrescida nos frutos de tão bem fazejo altruísmo; estão organizando as primeiras patrulhas de escoteiros.

Tenho a certeza bem firme de que se compenetraram de estar numa missão cívica do maior valor, convictos, ademais, de que o escotismo é um sistema de educação complementar da juventude, baseado fundamentalmente em doutrinas pedagógicas de maior quilate.” (*“O escotismo como elemento educador e como processo de formação de caráter”-entrevista de Mario Cardim*. A Patria, 25 maio 1929.).

“O escotismo como elemento educador e como processo de formação de caráter”-entrevista de Mario Cardim. A Patria, 25 maio 1929.

“Generaliza-se pelas Escolas Municipais a organização prática do Escotismo, como consequência imediata e lógica da propaganda desenvolvida pelo Dr. Mario Cardim, desde que assumiu a direção desse serviço introduzido pela reforma da instrução pública.

Essa difusão das idéias de Baden Powell, com dados positivos e resultantes de observações colhidas por notáveis pedagogistas indígenas e estrangeiros, suscitou gerais simpatias no magistério municipal, e, assim, o Escotismo tem sido encarado não como uma novidade, mas como uma escola completa que realmente é, de aperfeiçoamento físico, moral e cívico da juventude, a única capaz de preencher as lacunas observadas em outros métodos e que por isso caíram em desuso.

Daí esse apoio incondicional que os professores e inspetores escolares vêm dando ao Escotismo, manifestado pela maneira condigna, honrosa com que acataram as determinações da Diretoria da Instrução Pública, que visa formar uma população escolar de elemento sadio, capaz de prestar à Nação o auxílio que ela espera dessa nova geração.

CANÇÕES E HINOS ESCOTEIROS

1

Nós somos os escoteiros
Bons brasileiros,
Entre os primeiros.
Queremos a Pátria amada
Idolatrada,
Abençoada !
Se somos ainda meninos,
Cantamos hinos
Que são divinos;
Encaramos a esperança
Que jamais cansa

E sempre alcança

ESTRIBILHO

A Pátria amamos com fervor,
Com fé ardente, ardente amor.

Daremos nossa vida
Pela bandeira querida
Se ultrajada ela for !

Sempre sorrindo,
Vamos marchando.

Altas montanhas subindo,
Largos rios vadeando

E sem tremer

E sem fugir.

Nosso dever

Vamos cumprir .

2

Patriotas ardorosos .

Somos briosos

E valorosos;

Não vamos p'ra retaguarda.

Montamos guarda

Arquivo Fernando de Azevedo JEB / USP

Só na vanguarda !
Em nosso peito infantil
Tem o Brasil !
Amor viril !
Somos a forte esperança
Que não se cansa
E tudo alcança !
3
Nós somos a mocidade
Que ama a verdade
E a caridade.
Temos nobres ideais
Somos leais
Cada vez mais.
A mentira aborrecemos
O bem fazemos
Como devemos
Somos a esperança ardente
Que vibra e sente
Constantemente

(*"Escotismo Municipal"*. O Paiz, 13 jun. 1929).

Insuficiência

“Para pintar a que estava reduzido este aspecto do Ensino Público bastam alguns algarismos. E apenas mencionaremos os que se referem às escolas primárias.

“Eram estas na cidade do Rio de Janeiro, na zona urbana em número de 270, das quais 90 funcionavam em próprios municipais e os outros dois terços, 180, em casas de aluguel.

“A propósito destas últimas convém mencionar que eram todas elas casas de residência alugadas, mediante contratos onerosos à Prefeitura para localização de escolas. Muitas delas, talvez a maioria, verdadeiros pardieiros, alguns ameaçando ruína, para os quais os proprietários não conseguiriam locatários sem execução prévia de dispendiosas reformas. Em tais casos intervinha a política e o proprietário feliz alugava à Prefeitura, a cujo cargo ficava a conservação do prédio, a casa para uma escola. (...)

“Dos 90 próprios municipais, pouco mais de 20 são edifícios que foram especialmente construídos para escolas. Os outros foram simples casas de residência compradas por favor e mais ou menos adaptados para aquele destino. Daqueles vinte e poucos, é triste dizê-lo, há apenas seis que satisfaçam as exigências higiênicas e pedagógicas das construções escolares. “ (**A capital da república**”. **O Estado de S.Paulo, 19 nov. 1928.**)

“E faltam-nos prédios escolares e professores. É urgente disseminar por toda a área do Distrito Federal tantos prédios quantos bastem para abrigar suas duzentas mil crianças. (...) Bem se compreende que toda essa construção ciclópica que se vai erguendo de entre ruínas virá desmoronar-se, se, em um derradeiro esforço, a atual administração não cui-

Arquivo Fernando de Azevedo JEB / USP

dar desde já de aparelhá-la com esse vigamento indispensável á sua solidez e á sua expansão.” (***PESSOA, F. “As criações da Reforma”. Boletim de Educação Pública 1 (1): 88, 1930.***)

Críticas às instalações

“O prefeito do Distrito Federal, segundo foi noticiado, pretende instalar as escolas a cargo da Prefeitura, em prédios próprios.

“Eis aí uma providência que se sair, realmente, das cogitações para a realidade merecerá francos elogios.

“Ressaltam à primeira vista os inconvenientes do atual critério de fazer funcionar em prédios acanhados, construídos para moradias, as escolas em que centenas de crianças se aglomeram, respirando mal, e não tendo, na maior parte dos casos, luz natural suficiente para os trabalhos.

“VANGUARDA, em reportagem que levou a efeito no ano passado, e ao mesmo tempo que reclamava a construção de prédios destinados ao ensino primário, deixou patente a vergonha que é o ensino primário, no Distrito Federal, na parte relativa à instalação das escolas, principalmente. Afora alguns grupos escolares, os demais prédios em se ministra instrução às crianças, constituem um verdadeiro atentado à saúde dos mesmos e revelam a incúria lastimável dos nossos administradores. (...)” (**“O prefeito e os prédios escolares”**. **A Vanguarda, 23 fev. 1927.**)

Condições higiênicas

Um exemplo das condições higiênicas ideais é descrito no Boletim de Educação Pública, referindo-se ao prédio da Escola Antônio Prado Jr., construído pela Reforma:

“A aeração natural é garantida pelo sistema de cortinas e janelas basculantes, dispostas em pontos escolhidos de acordo com as direções dominantes das correntes aéreas. Todas as salas de aula estão defendidas da insolação durante o período de trabalho escolar por meio de varandas colocadas aos ocidente ou por janelas basculantes verticais com quadros de venezianas basculantes horizontais. A iluminação das salas foi calculada de modo que cada aluno disponha de uma intensidade luminosa de 18 velas por pé quadrado. Nos dias de grande luminosidade, as réguas basculantes graduam a intensidade da luz. Evitam-se desta forma os graves inconvenientes que resultam para os órgãos da visão dos alunos em locais mal iluminados ou de iluminação excessiva.

“Os quadros negros estão dispostos em placas construídas de argamassa cuidadosamente estudada e estendem-se ao longo de três paredes com faixa de cento e vinte centímetros de largura, colocada sessenta centímetros acima do solo.

*“Essas medidas obedecem rigorosamente aos gráficos feitos para que cada aluno tenha a base do cone de visão distinta projetada no interior do quadro. Acima e abaixo dessa faixa não há frisos decorativos nem cores em barra que perturbem a projeção luminosa na retina. As cores interiores são o verde neutro claro ou o amarelo de âmbar que foram aplicadas conforme a orientação das salas.” (**Boletim de Educação Pública**, 1 (3): 267-268, jul./set./1930.)*

Regime de urgência

“A fim de satisfazer uma exigência do Código do Processo que autoriza o desapropriante a entrar imediatamente na posse do objeto desapropriado, desde que se trate de urgente interesse público, o prefeito baixou ontem o seguinte decreto que declara de urgente necessidade a desapropriação de prédios onde devem ser construídos prédios escolares:

“Considerando ser indispensável entrar a Prefeitura na posse imediata dos imóveis à rua Mariz e Barros número 243 e 249 e rua Itapiru número 137, desapropriados pelos decretos número 247, de 4 de agosto de 1927 e 2813, de 2 de maio de 1928, e tendo em vista o disposto no artigo 714 do decreto federal 16.752, de 31 de dezembro de 1924, decreta:

“Artigo único - É declarada de urgente necessidade a desapropriação dos imóveis à a Mariz e Barros número 243 e 249 e rua Itapiru número 137, imóveis esses desapropriados pelos decretos 2617 de 4 de agosto de 1927 e 2813 de 2 de maio do corrente ano e necessários à execução do interesse público.” (**“Por causa dos prédios escolares”. A Pátria, 11 jul. 1928.**)

Apropriado

“A nova política de educação que a reforma introduziu no Brasil tinha de forçosamente trazer, como resultado, uma nova política de instalações escolares.(...) Podia parecer, a primeira vista, que a construção de escolas conforme a arquitetura tradicional colidia com o espírito francamente revolucionário da reforma, com que mais se harmonizava a arquitetura moderna, livre de qualquer tradição. Mas esta solução não a indicava apenas a necessidade política de congregar, no ambiente da escola, todos os elementos tradicionais, capazes de vincular as novas gerações, num povo em formação, a sua terra, a sua gente e aos seus antepassados. Se é verdade que um indivíduo, na civilização atual, se vai subtraindo cada vez mais às influências de determinado agrupamento, para se submeter, como cidadão do mundo, às influências universais, não é menos verdade que o único meio de cultivar a nossa personalidade, e enraizá-la na tradição nacional, e nutrir a nossa alma daqueles que nos precederam sobre a terra hereditária, é continuá-los e prolongá-los. Longe de entrar em conflito com a escola nova, a nova política de instalações escolares se subordinava também por esta forma, a um de seus princípios fundamentais, ‘o principio do meio imediato’, segundo o qual se deve assentar a base da educação, como verdadeira ciência da vida e da pátria, na experiência da vida regional e no conhecimento do meio ambiente, das coisas, da tradição e das atividades circundantes.” (*Azevedo, 1931, p. 124-125*)

Instalações

“O projeto definitivo, de que damos hoje a fachada principal, foi organizado, prevendo todos os requisitos modernos.

“Os arquitetos estudaram com todo o cuidado, durante vários meses, as modelares escolas norte-americanas e européias. Foi introduzido no seu plano tudo o que há de mais moderno, não só nas instalações das aulas, laboratórios e museus, tendo os arquitetos dedicado sua especial atenção à boa distribuição de luz e ventilação, sendo aplicado um sistema norte-americano de janelas basculantes.

“Vamos dar a seguir uma notícia rápida da distribuição interna:

“O edifício da Escola Normal (3 pavimentos) como se poderá observar, é ladeado por dois pavilhões destinados, uma, ao grande Auditório e outro, à Ginástica, ambos com entrada independente. No centro do edifício haverá um pátio central de 35,00 x 35,00, envolvido pelo gracioso e tradicional claustro.

“No rez do chão do edifício principal, ficam localizados as 10 aulas da Escola Modelo de Aplicação, o Anfiteatro de Música, as Oficinas de Pequenas Indústrias, os consultórios Médico e Dentário.

“No 1º. andar, fora, as instalações de Diretoria, Secretaria e Professores, estão as aulas do Curso Complementar, a Biblioteca, o Salão de Leitura, o Salão de Geografia, as aulas para os trabalhos manuais femininos e masculinos e amplas galerias.

“No 2º. andar, foram localizadas as aulas da Escola Normal propriamente dita, as aulas de desenho, os Laboratórios de Química e Física, os Museus de História Natural, de

Arquivo Fernando de Azevedo JEB / USP

Pedagogia, de Higiene Escolar e Puericultura e o Gabinete de Psicologia Experimental.

“Finalmente, no 3º. andar, o Restaurante, as instalações da Cozinha e as Oficinas de Tipografias.

“No exterior o campo de jogos medindo 60 metros de comprimento por 35 de largura , o Jardim da Infância, com 6 classes e entrada independente, e “court” de tenis e a residência do porteiro. (...)” (**“A FUTURA ESCOLA NORMAL”. *Jornal do Brasil*, 11 ago. 1928.**)

alto custo da obra

“Colonial ou modernista? Enquanto se discute o assumpto, a Prefeitura gasta os olhos da cara, em pardieiros ignobeis. A controvérsia e a verdade. Colonial ou modernista? Eis a questão. (...) Colonial ou modernista? Barroco ou de tapioca? Luiz XXX ou Luiz Washington? Os Estilos! (...) Pouco importam os estilos. O que se impõe é abolir os pardieiros ignóbeis, os antros, as alforjas que servem de escolas para a infância carioca. (...) Prédios limpos, ventilados, confortáveis, eis o problema. Mas assim não entende o dr. Fernandinho. O dr. Fernandinho declara: - Quero deixar coisa vistosa” **(O Combate, 18 jan. 1930)**

“(…) Outra obra verdadeiramente notável do Rio de Janeiro é a monumental Escola Normal. Obedecendo ao estilo colonial ocupa a maior área de construção da Capital Federal. Pode-se bem fazer uma idéia desse monumento. Enquanto o edifício da **A Noite**, considerado o maior do Rio, consumiu em sua construção 3 mil metros cúbicos de cimento, a Escola Normal gastou cinco mil e cem ... Edificada debaixo das mais rigorosas regras da pedagogia, as salas de classes, o anfiteatro de música, o teatro, a sala de exercício físico, a escola infantil, os gabinetes, a biblioteca, mobiliados e providos com o que há de mais moderno como instalação e com o que existe de mais eficiente para o ensino, tudo demonstra o cuidado a que obedeceu a gigantesca construção. Fernando Azevedo que nos conduziu a todos os seus compartimentos, mostrando minuciosamente tudo que contém o belo edifício, dizia que da antiga Escola Normal só vem para a rua Mariz e Barros... os professores. Tudo é novo. Para conseguir tal instalação teve a prefeitura que despende a importante soma de 13 mil contos...” **(“O novo edifício da Escola Normal do Distrito Federal custou 13 mil contos”. A Tarde, 8 out. 1930.)**

Localização

“A Escola Normal, parece, dever se um estabelecimento de ensino cuja matrícula pode ser aspirada por quaisquer moças, residentes em todos os pontos desta cidade.

“Custeada com dinheiros arrancados à população do Distrito, não pode ser apenas acessível a quem more em dois ou três arrabaldes.

“Deve ser instalada no centro urbano, em ponto para o qual mais ou menos convirjam os meios de transportes vulgares, ou baratos.

“Quando, anos atrás, um prefeito decidiu transferir a Escola Normal do prédio onde funciona hoje a Escola Rivadavia Corrêa, para o largo do Estácio, não faltaram acres e procedentes censuras que convencem a quem toma conhecimento delas, de que aquela mudança foi um desastre.

“Dispondo a Municipalidade de terrenos na área resultante do desmonte do Castela, poderia aproveitá-los para neles construir o edifício destinado à Escola Normal, que ficaria mais centralizada, e mais facilitada a sua freqüência.

“Colocado, como vai ficar no meio da rua Mariz e Barros, obrigará as alunas residentes na Glória, Catete, Laranjeiras, Botafogo, Copacabana e Gávea, a três bondes, as que residirem nos subúrbios servidos pela Leopoldina, Rio d’Ouro, Auxiliar, a bondes.

“Foi, de certo, uma idéia muito pouco luminosa, essa de querer colocar a Escola Normal na Rua Mariz e Barros.

“Se a Municipalidade dispusesse de terrenos, ali, e os quisesse aproveitar, fazendo economia, muito bem.

Arquivo Fernando de Azevedo JEB / USP

“Mas, desapropriar prédios novos, em rua de aluguéis elevados, foi coisa que não teve justificativa.

“É um desserviço prestado ao povo do Distrito Federal, pela atual administração.

“Resultado de se nomear, para administrar o Distrito, quem aqui nunca residiu, e não conhece os interesses do povo.” (“A ESCOLA NORMAL”. *O Imparcial*, 11 nov. 1928.).

palestras

Cruzada pela escola ativa

“Conforme deliberação unânime tomada na última reunião semanal da Cruzada pedagógica, as sessões não se realizarão mais às quartas-feiras, para que os associados possam comparecer às conferências organizadas pela diretoria de instrução, as quais tem lugar as quartas-feiras e sábados, às 17 horas, na Escola Politécnica.

“A próxima reunião será na próxima segunda-feira, 27, às 17 horas na escola Celestino Silva, tendo para ordem do dia: palestra do professor Venâncio Filho, sobre ‘Museus escolares’. Combinar-se-ão também detalhes da excursão pedagógica ao Pão de Açúcar, a ser realizada ainda na semana entrante.

“A inscrição de sócio da Cruzada é gratuita, como já tem sido anunciado, não havendo por parte das professoras compromisso algum a tomar.

“Já está em pleno funcionamento a biblioteca pedagógica, a cargo das professoras Cecília Muniz, Clotilde Matta e Silva e Anna Menezes. O regulamento da biblioteca permite a retirada de livros por oito dias.

“O escopo da cruzada é um único: facilitar ao magistério meios de poder praticar com eficiência a nova pedagogia, conhecida por escola ativa e agora adotada no Distrito Federal. (*“Cruzada pela escola ativa”*. O Paiz, 22 mai. 1929.)

Cruzada Pedagógica em prol da Escola Nova

“O magistério vem acompanhando com especial interesse o movimento renovador da instrução pública no Distrito Federal. Logo que no início da atual administração foram dadas as primeiras notícias a respeito da Reforma e de suas idéias fundamentais, começou o professorado a se aberrar nas fontes de informação que teve a seu alcance.

“É de memória de todos o verdadeiro sucesso de livraria que alcançaram certas publicações estrangeiras, especialmente em espanhol e francês, que o público ávido de curiosidade científica, imaginava estarem mais próximas do pensamento da Reforma.

“Logo depois, iniciaram-se séries de conferências em que especialistas orientados pelas diretrizes da escola nova fizeram cursos de metodologia e aperfeiçoamento, freqüentados por numeroso auditório. Algumas conferências foram de iniciativa da administração. A maior parte, porém, foi promovida por membros do próprio magistério em agremiações particulares a que se achavam filiados.

“De todas as tentativas de empreendimentos realizados no sentido de melhor apreensão do espírito da Reforma, cumpre destacar uma associação cujo título é por si só um programa.

“Chama-se ela - Cruzada Pedagógica em prol da Escola Nova. É completa e absolutamente de iniciativa particular. Foi fundada por professoras com o fim exclusivo de examinar os problemas práticos de didática e pedagogia atinentes ao modo de executar os preceitos da escola nova. Realiza semanalmente, com toda a regularidade sessões de estudo.

“Instalou-se a Cruzada pela escola Nova em outubro de 1928, tendo efetuado suas

primeiras sessões em casa de uma professora.

“Como a freqüência, logo depois da fundação se tornasse vultosa, necessitou A Cruzada de maior espaço e solicitou ao Diretor de Instrução a licença para funcionar em um estabelecimento público. Esta solicitação foi atendida e constitui o único auxílio oficial recebido por ela. Passou assim a Cruzada a se reunir na Escola Celestino da Silva.

“Posteriormente, como ainda aumentasse o número de assistentes, a Cruzada foi, em agosto de 1929, subdividida, vindo a ter uma seção urbana que continuou a trabalhar na mesma sede, e uma seção suburbana que se instalou na escola Padre Antônio Vieira, no Méier.

“A Cruzada tem sido dirigida por administrações de curto período. Já estiveram à sua testa: a professora d. Alcina Moreira de Souza Backheuser, diretora da escola de Aplicação, sua primeira presidente, e a professora Julieta Arruda, da Escola Rodrigues Alves, sua primeira secretária; o professor Everardo Backheuser, do Museu Pedagógico central, e a professora d. Consuelo Pinheiro, da escola Manoel Cícero, secretária, e agora presidente; sua secretária atual é a professora Alfredina de Paiva e Souza, da Escola de Aplicação. A seção suburbana da Cruzada tem para presidente o professor Backheuser e para secretária a professora Ruth Rabello, da escola Profissional Bento Ribeiro.

“No corrente ano a Cruzada será dirigida pela professora Joaquina Daltro, da escola Mato Grosso, sendo secretária a professora Yolanda Goffi.

“Os fins principais da Cruzada pela Escola Nova são: estudar, praticar e propagar a escola nova dentro do mais escrupuloso espírito de lealdade e mútuo auxílio. Essa campanha é empreendida por todos aqueles que nesse intuito se quiserem alistar, não havendo

pagamento de jóia ou mensalidade. A Cruzada pela Escola Nova exerce sua ação, tomando para princípios básicos: a) a iniciativa e espontaneidade dos alunos; b) a ação cooperativa da classe; c) a continuidade permanente entre a vida e a escola. Considera, além disso, como meios valiosos de realizar sua tarefa: o método de observação e expressão; o ensino associativo e os chamados centros de interesse.

“Assim fundada e mantida pela iniciativa do próprio magistério, a Cruzada tem sido um centro de estudo e aperfeiçoamento e serve de evidente prova do interesse com que o professorado recebeu a Reforma.

“Os resultados já obtidos pela Cruzada estão indicados pelo artigo de apresentação do seu boletim mensal A Escola Nova. (...)

“O boletim A Escola Nova foi a princípio dirigido pela professora Adelaide Lucinda de Moraes, da escola Rodrigues Alves, e hoje está entregue sua direção à professora Joaquina Daltro da Escola Mato Grosso. O boletim da Cruzada tem aparecido com regularidade, formando fascículos de 16 páginas, de composição compacta, cheios de trabalhos originais firmados por elementos do magistério municipal, bem como tradução e críticas de livros nacionais e estrangeiros.

“Além do boletim a Cruzada fundou uma biblioteca de natureza didática e pedagógica, contendo exclusivamente volumes que possam esclarecer o magistério sobre a prática da nova pedagogia. Essa biblioteca é superintendida pela professora Cecília Muniz, da escola Deodoro.

“Para mostrar a orientação que têm tido os debates, basta dizer que entre outros assuntos, têm sido discutidos os seguintes:

Arquivo Fernando de Azevedo JEB / USP

- “A leitura de jornais como meio de desenvolver a iniciativa da criança;
- “Como não tolher a iniciativa do aluno recém-chegado à Escola;
- “Meios de desenvolver o sentimento de cooperação da classe;
- “Devem as diretoras de escola conceder ampla autonomia às professoras, ou devem organizar normas de trabalho?;
- “Jogos pedagógicos para os primeiros anos;
- “O ensino da música;
- “Exemplificação do modo de desenvolver certos centros de interesse;
- “É o teste aplicável à escola nova?
- “Organização do museu de classe;
- “Interpretação da expressão auto ditado;
- “Dramatizações;
- “O taboleiro de areia;
- “O ensino de aritmética;
- “O ensino de linguagem;
- “O teste nas escolas primárias;
- “O desenho e os trabalhos manuais;
- “O livro de Clara Bohman;
- “Educação moral;
- “Educação doméstica;
- “Programas e horários.” (*“Cruzada pela Escola Nova”*. Boletim de Educação Pública, 1 (1): 142-144, jan. mar. 1930.)

Cruzada contra a Febre Amarela

“Num momento verdadeiramente cheio de louvores objetivos formou-se, aqui, por iniciativa toda particular, uma Cruzada para auxiliar a campanha contra a febre amarela.

“A esse movimento se filiou, num fidalgo gesto, a Diretoria Geral de Instrução Pública, que para tanto baixou um edital indicativo das medidas a seguir, dentre as quais se conta a formação de pelotões de saúde, constituídos por alunos, para o fim de descoberta e extinção de focos nas escolas e arredores.

“Críticas apologéticas já se levantaram, como apreciações censuráveis já foram feitas à medida do sr. Fernando de Azevedo. Não nos interessam, porém, nem as primeiras nem as segundas, porque o nosso juízo a tal respeito não está filiado às zumbaias nem às recriações. Indagaremos, apenas: a participação escolar no combate ao tifo icteróide tem um valor pedagógico? (...)

“Ora, cremos para nós explicado o motivo da participação escolar à campanha contra a febre amarela: a reforma do Sr. Fernando de Azevedo, do ponto de vista filosófico, segue as diretrizes doutrinárias dos grandes educadores modernos europeus e americanos, notadamente daqueles que se batem para que a escola seja o reflexo da vida e que a criança possa prover a sua própria cultura, pelos mesmos métodos e processos pela humanidade seguidos. (...)

“Diante disso, poder-se-á então dizer que a campanha escolar que se imaginou contra o estegomia seja desnecessária? Não.

“O que é preciso é que os seus executores diretos se ponham em harmonia com o

Arquivo Fernando de Azevedo JEB / USP

espírito pedagógico que a inspirou, o qual por sua vez é, legitimamente, originário das tendências hodiernas da chamada educação ativa." (PALMEIRA, Luiz. "A participação escolar no combate à febre amarela". Jornal do Brasil, 4 mai. 1929.)

“Comunicam-nos a nota abaixo:

“Nos vários distritos escolares, de acordo com o edital publicado a 18 de de abril, o serviço de profilaxia da febre amarela foi o seguinte:

“Conferências realizadas pelos inspetores médicos 484; número de pelotões de saúde organizados, 437; focos descobertos e extintos, 398; colégios particulares visitados, 49; número de escolas onde foi projetado o filme sobre febre amarela, 10.

“São as seguintes as escolas às quais, a Subdiretoria técnica forneceu aparelhos e filme sobre profilaxia da febre amarela, durante o mês de abril: 3º distrito, Escola Deodoro; 6º distrito, Escola Pereira Passos; 6º distrito, Escola Pedro Varela; 8º distrito, Escola Eptácio Pessoas; 11º distrito, Escola Cesário Mota; 12º distrito, Escola Padre Antônio Vieira; 14º distrito, Escola Goiás; 22º distrito, (1ª masculina, Realengo); 22º distrito, Escola Martins Jr.; Instituto Ferreira Viana.” (*“Como a Diretoria Geral de Instrução Pública vai cooperando para extinção do mal”*. O Globo, 6 mai. 1929.)

obrigatoriedade do ensino primário

“Comunicam-nos:

“O Rotary Club do Rio de Janeiro resolveu em sua última reunião mover uma campanha perseverante e decisiva em prol da instituição do ensino obrigatório no Distrito Federal.

“Foi nomeada a seguinte comissão para traçar o plano geral de ação: Francisco de Oliveira Passos, Randolpho chagas, Cornelio Jardim, Oscar da Costa, Bernardo Barbosa, Aureliano Machado, Marcos Pimenta e Alvaro de Vasconcellos.

“Essa comissão esteve reunida ontem, em um almoço no Jockey Clube, tendo deliberado oficial às diversas associações do Rio de Janeiro, solicitando o apoio para tal idéia.

“Será organizada a Cruzada contra o Analfabetismo composta de dois delegados de cada associação: Academia Brasileira de Letras, Associação Brasileira de Educação, Associação de Imprensa, Liga de Defesa Nacional, Associação dos Empregados do Comércio, União dos Empregados do Comércio, Associação Comercial, Associação Bancária, etc. (...)” (*“Cruzada contra o analfabetismo”*. A Ordem, 12 jan. 1930.)

“O Rotary Club do Rio de Janeiro tomou a iniciativa da realização de um grande movimento - Cruzada Contra o Analfabetismo - para , como está publicado, promover uma campanha em prol da instituição do ensino obrigatório no Distrito Federal, que será lançada no dia 20 por ser a data da fundação da cidade.

“Naturalmente o que pretende o Rotary não é alfabetização do povo, fórmula imprópria para traduzir, com fidelidade o seu nobre e oportuno intuito, porque ninguém mais

pensa em alfabetizar nas escolas, mas em educar. Seria absolutamente inútil introduzir o alfabeto na cachola das crianças sem lhes dar o necessário preparo para a vida. Por isso, em toda a parte o problema que se apresenta é o da educação, ampla ou restrita, conforme os fins que se tenha em vista. (...)” (“Cruzada contra o Analfabetismo”. O Jornal, 17 jan. 1930)

“Todos os jornais acolheram com entusiasmo a idéia, levantada pelo Rotary Club do Rio de Janeiro, no sentido de ser instituído o ensino obrigatório na zona do Distrito Federal.

“(…) O que o Rotary deseja é a realização da idéia, a construção de escolas em número suficiente, a preparação de professores, a instituição, enfim, do ensino obrigatório (...).

“O Rio possui cerca de 150 mil crianças em idade escolar. No entanto as matrículas, em todas as escolas não atingem a 65 mil. Quer dizer que 85 mil crianças aguardam vagas nas escolas. Uma escola como a ‘Celestino Silva’, nos seus dois turnos, ministra instrução a mil crianças.

“O edifício e montagem, feitos com a modéstia daquela escola, não podem custar mais de 500 contos.

“Assim, para as 85 mil crianças, em idade escolar, que não podem receber instrução por falta de escola, serão preciso 85 escolas, de capacidade da ‘Celestino Silva’. Quer dizer que o governo terá de gastar 40 mil contos, só para a construção e instalação das referidas 85 escolas, necessárias para atender às crianças ainda não matriculadas, na zona do Distrito Federal”. (“Em prol do ensino obrigatório no Distrito Federal”. A Ordem, 14 jan. 1930).

“Vai se intensificando, felizmente, a campanha empreendida pelo ‘Rotary Club’, no

sentido de tornar efetiva a obrigatoriedade do ensino no Distrito Federal.

“Os problemas brasileiros são extremamente numerosos e, não raras vezes, assás complexos. Diante deles, o que se faz, geralmente, é comentá-los apenas; as soluções vão ficando para depois, mesmo que se trate de assuntos relevantíssimos, ou de algum caso que comporte solução fácil.

“Freqüentemente surgem campanhas, inspiradas aqui ou ali. Faz-se algum barulho em torno delas, mas, depois, vai esmorecendo o entusiasmo, até se extinguir por completo. (...)

“Quando apareceram as primeiras notícias da empresa, a que se dedica agora o ‘Rotary Club’, receei que o mesmo acontecesse, apesar da fonte propulsora da campanha. Oxalá me tenha enganado.

“Ainda ontem, conversando com pessoa que exerce cargo elevado na Diretoria da Instrução Pública, ouvi de s.s. previsões otimistas.

“O problema, disse-me este amigo, encontra seu escolho principal na falta de prédios para as escolas. Professoras diplomadas, aguardando aproveitamento existem em número de mil e oitocentas, o que corresponde, aproximadamente, à população escolar carecente de instrução.(...)

“Resumindo, o que se precisa fazer agora, focalizando o problema, é mais propriamente uma campanha pelos prédios escolares.” (*BRITO, Mario de. “Ainda a campanha do Rotary”. A Ordem, 15 jan. 1930*).

“A instituição do ensino obrigatório, no Brasil, é velha idéia acariciada pelos patriotas. Ainda agora, ela volta novamente à baila, e desta vez esposada pelo Rotary Club.

Realmente, é fácil obrigar, no papel, todos aqueles que tenham filhos por educar, a matriculá-los nas escolas do governo. O mais difícil, porém, é encontrar essas escolas onde se devam educar, gratuitamente, as crianças em idade de receber instrução obrigatória.

“Temos uma vastíssima população de crianças em idade escolar, e a instrução primária gratuita, salvo algumas instituições de caridade, é toda ela ministrada pela Prefeitura. Pela freqüência das escolas municipais pode-se fazer o cômputo das crianças que o Estado educa, no Distrito Federal; conhecida a percentagem das que se instruem à custa de seus pais, resta uma vastíssima legião, representadas por aquelas que não se instruem em parte alguma. Esse exército, que está do lado de fora, esperando a educação não deixa de instruir-se só pela falta do ensino obrigatório; fazem-no pela circunstância imperiosa de não possuírem colégios e nem professores. (...).

“Estamos, portanto, diante de um dilema: ou simplificamos a instrução, tornando mais rápido o curso primário, o que permitiria que muitos passassem pela mesma escola, ou então aumentamos o número de edifícios escolares permitindo que neles se abrigue toda a população escolar que precise, para educar-se ser socorrida pelo Estado. (...)” (“En-sino obrigatório”. Correio da Manhã, 24 jan. 1930).

prevista na reforma azevediana

“O Rotary Club do Rio de Janeiro, que já tem patrocinado várias tentativas louváveis, resolvem, em sua última reunião, mover uma campanha perseverante e decisiva, em favor da instituição do ensino obrigatório no Distrito Federal, para o que foi logo escolhida uma comissão encarregada de traçar o plano geral do movimento e de solicitar o apoio de todas as associações da cidade.

“Trata-se de uma idéia altruística, digna de todo o auxílio, simpática a todos quantos desejam o progresso do país, especialmente aos que vivem da inteligência como os homens de imprensa.

“É oportuno, entretanto, lembrar-se que a instituição oficial do ensino obrigatório já está feita no Distrito Federal, pela reforma do ensino, executada desde 1927, cujos dispositivos determinam até penalidades para os pais e tutores que não enviarem as suas crianças às escolas, embora não tenha sido realizada, de fato, até agora, como não o será tão cedo, por uma simples e grave questão de verba. (...)” (*“Uma cruzada pela obrigatoriedade do ensino”*. A Noite, 12 jan. 1930.)

“A NOITE deu, desde o primeiro dia, o seu apoio à campanha projetada pelo Rotary Club a favor do ensino obrigatório, embora com as restrições que lhe impunham pontos de vista próprios sobre a maneira prática de realizar-se utilmente esse movimento. Como, porém, a questão é técnica resolveu ouvir o Sr. Fernando de Azevedo, diretor da Instrução e autor da Reforma do Ensino, cujas opiniões vieram confirmar as diretrizes já firmadas por este jornal a respeito do assunto.

“Recordando os benefícios prestados pelo Rotary à causa da educação popular, disse, de início, o Sr. Fernando de Azevedo:

“- ‘Não me surpreendeu a atitude do Rotary Club, propondo-se tomar a iniciativa de uma campanha pela alfabetização de todas as crianças em idade escolar no Distrito Federal. Não é de hoje o interesse que vem revelando o Rotary Club pelo problema da educação no Brasil. Associação preposta dos mais elevados fins, e constituída de homens dos mais eminentes em quase todos os ramos da nossa atividade intelectual e econômica, tem posto o largo prestígio que desfruta a serviço dos grandes ideais da educação. Frequentes têm sido as doações feitas pelo Rotary às escolas públicas, e, além do movimento recente pela construção de praças de jogos para crianças e em favor da assistência alimentar, uma das mais belas iniciativas dessa associação tem sido a de dotar os estabelecimentos de ensino de pequenas bibliotecas escolares. Já se vê que essa nova iniciativa se pretende a um programa a que o Rotary vem dando execução com entusiasmo e viva consciência das nossas necessidades nacionais’.

Educação e Instrução

“- ‘No entanto, quer me parecer - continuou o Sr. Fernando de Azevedo - que a questão não está colocada nos seus termos exatos. A alfabetização, pura e simples, não constitui, hoje, ideal em matéria de educação popular. A linguagem, a escrita e o cálculo - imprescindíveis instrumentos de expressão - não se podem considerar fundamentos da educação, que se baseia antes, na higiene física e mental, na formação do caráter, do sentimento cívico, do espírito de cooperação e de solidariedade social, enfim no desenvolvimento do indivíduo de maneira que possa melhorar a sua vida e contribuir para a prospe-

ridade do meio a que pertença. Estes é que são os verdadeiros fundamentos da educação básica comum que deve ser dada a todos (escola única). (...).

“A Reforma do Ensino, a vista dessas condições, estabeleceu para a educação básica o período de cinco anos, que deverá ser dilatado para sete, quando a situação financeira da municipalidade o comportar.

“Essa educação primária, de cinco ou sete anos, cujo período se estende em alguns países, a nove anos, é que constitui a ‘educação mínima’, que todo o cidadão deve receber para se tornar uma unidade útil na vida social, cívica e econômica do país. Alfabetizá-lo, apenas seria proporcionar-lhe elementos para ser conduzido, aparelhá-lo de instrumentos de maior sujeição a influências bastante fortes para transformá-lo numa entidade inteiramente passiva.

“Ora, o fim que se propõe a educação moderna, ainda que elementar e básica, é aparelhar o cidadão de elementos que possam habitá-lo a conduzir-se por si mesmo e a melhorar a vida no duplo sentido - da sua vida e da vida social. O que quer dizer, em poucas palavras, que, dentro dos nossos ideais de educação, a educação propriamente dita prepondera sobre a instrução, procurando-se, nesta um meio de ampliar e elevar aquela.”

Os termos do problema

“Sr. Fernando de Azevedo, concluindo esse raciocínio, observou:

“- ‘O problema, como vê, deve ser posto nos seguintes termos: é preciso dar a todos uma educação básica comum que, por isto, deve ser obrigatória. A Reforma do Ensino instituiu, nos arts. 50 e 55 da lei 85 a 90 do regulamento, a obrigatoriedade da frequência escolar para todas as crianças de 7 a 12 anos de idade, estabelecendo multas para os casos

de infração dessa medida.

“Nos termos da nova lei do ensino, toa criança em idade escolar está obrigada a fazer o curso primário de 5 anos, que constitui a preparação inicial e uniforme (escola única) extensiva a todos os cidadãos.’(...).” (*“A campanha pelo ensino obrigatório”*. A Noite, Rio de Janeiro, 23 jan. 1930).

Cruzada contra o Analfabetismo

“O Rotary Club que já tem tomado tantas iniciativas úteis, vai agora empreender a maior de suas campanhas - o combate ao analfabetismo.

“É uma velha campanha nossa, mas que ainda não encontrou agente de execução. O Rotary Club, que é uma reunião de elite, que congrega personalidades de alto valor social em diversos ramos da atividade pode coordenar todas as forças sociais para vencer facilmente uma grande etapa no esforço para a educação nacional.

“Temos estudado, por diversas vezes e em diferentes séries, o problema e mostrado a sua importância. O que necessitamos é de tal magnitude, que, como temos acentuado, carecemos da reunião de todas as forças sociais do Brasil, poderes federais, estaduais e municipais, associações ligas e imprensas, sociedades de classe, etc. (...)

“O Rotary Club tem prestígio e elemento para fazer grandes coisas nesse sentido. Pode favorecer a criação de escolas, pode formar o ambiente de estímulo para os poderes públicos, pode tomar iniciativas diretas e pode auxiliar e garantir a freqüência com a instituição de bolsas e de caixas escolares.

“O problema, realmente, não é apenas de oferecer escolas aos que delas necessitam; é assegurar a freqüência proporcionando recursos aos mais pobres, livros, vestuário, merenda, transporte.

“O Rotary Club, que vai constituir grandes comissões com grandes nomes, está, por seu prestígio e por seus recursos, em condições de dar outra vitalidade às caixas escolares, de instituir bolsas de estudo, de assistir os alunos e criar por toda a parte, o interesse por

Arquivo Fernando de Azevedo JEB / USP

esses assuntos. O Rotary Club, com os elementos que possui, não se deve, portanto limitar à propaganda ou à criação direta de novas classes; deve ir ao encontro dos que querem ou podem freqüentar escolas e estão privados disso por um conjunto de circunstâncias fáceis de remover.

“O Rotary Club fará, por certo, obra útil organizando a campanha por todo o Brasil, sob o ponto, sob o ponto de vista federal, com a cooperação de outras associações e, sob o ponto de vista local, pelo auxílio dos Rotary Club de cada Estado ou cidade. Mas o Rotary Club do Rio de Janeiro fará uma bela experiência e um lindo exemplo se concentrar certos esforços no Distrito Federal, afim do obter resultados positivos. (...)” (“Combate ao Analfabetismo”. *Jornal do Commercio*, 14 jan. 1930).

troca de trabalhos entre alunos

“Por iniciativa da Embaixada do Japão nesta capital e sob o patrocínio da Diretoria Geral de Instrução Pública do Distrito Federal será inaugurada no próximo dia 16, às 16 horas, no edifício da Escola Deodoro, na rua da Glória 26, uma interessante exposição de desenhos das crianças escolares do Japão.

*Neste simpático certame, que visa um intercâmbio de inteligência e de simpatia entre as nossas crianças e as crianças japonesas serão expostos desenhos coligidos nas principais escolas primárias do Japão pela Associação Nipon-Brasileira, fundada em Kobe em 1926, e pela Associação Educadora de Arte Nova, de Tóquio. (...)” (“Exposição de desenhos escolares japoneses”, *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, 13/06/1928)*

“(...) Os desenhos que vão ser expostos (...) são oferecidos às crianças das escolas brasileiras e vêm acompanhados de uma mensagem de amizade, de carinho, de fraternidade!

‘Meninas e meninos do Brasil - Nós, os alunos das escolas do Japão, temos a honra e o prazer de enviar aos estimados colegiais da vossa terra esses pobres desenhos, como prova de amizade fraternal. Sendo a figura uma linguagem internacional, não dispomos de nenhum meio melhor do que as imagens para interpretar os nossos pensamentos e exprimir o que sentimos.

Parece-nos que, embora sendo diferentes dos nossos, os hábitos e o idioma do vosso país, haveis de ter grande interesse nestes desenhos e estamos certos de que ao vê-los haveis de apreciar melhor as nossas saudações afetuosas, do que se as manifestássemos por meras palavras.’

Arquivo Fernando de Azevedo JEB / USP

Assim começa a mensagem que termina dizendo que, dessa forma, estão empregando o tempo em prol do bem da Humanidade.” (“Uma exposição de desenhos dos escolares japoneses na Escola Deodoro”, O Jornal, Rio de Janeiro, 13/06/1928)

professoras para conhecer a realidade brasileira

“As primeiras horas da manhã de hoje ancorou em nosso porto o transatlântico francês ‘Massilia’, vindo de Buenos Aires (...).

Desembarçada pelas autoridades marítimas a unidade foi atracar no cais do porto, em frente ao armazém da Praça Mauá, onde a aguardavam várias comissões de professores e de escolas primárias.

Estas comissões foram receber as professoras argentinas que, aproveitando o período de férias, realizaram um excursão a esta capital cujo principal motivo, além da troca de relações amistosas, reside na fixação de um intercâmbio intelectual de grande valor para nossos escolares. (...)

Além dos representantes da Diretoria de Instrução Pública e da Escola Normal, compareceram as professoras Maria Emília Lopes Cesar, Maria Serra, Celia Fernandes e um grupo de alunos da Escola Argentina.(...)

Antes do desembarque, o professor Eugenio Dufour, em palestra com os seus colegas brasileiros, disse-lhes que era esta a primeira visita feita pelos professores argentinos ao Brasil, cujo fim não é outro além de visita de cordialidade durante a qual eles procurarão conhecer nossos estabelecimentos de ensino, museus e jardins de infância. (...) (“Uma visita cordial de professoras argentinas”, *A Vanguarda*, Rio de Janeiro, 09/07/1929)

“(...) A ilustre delegação da República amiga inaugurará, amanhã, as suas visitas aos nossos museus e jardins públicos, destinados aos recreios dos alunos das escolas municipais do Distrito Federal.

Arquivo Fernando de Azevedo JEB / USP

Logo depois de terminadas as visitas ao Rio de Janeiro, partirão para São Paulo e Minas Gerais.” (“Para aumentar o intercâmbio intelectual entre a Argentina e o Brasil”, A Manhã, Rio de Janeiro, 10/07/1927)

“Os professores argentinos que ora se encontram nessa capital, estiveram ontem na ‘Escola Argentina’, que visitaram demoradamente, entregando a respectiva diretora o retrato do grande estadista Sarmiento, que vai figurar em uma das salas do referido estabelecimento de ensino ofertado pelo magistério de Buenos Aires.

A cerimônia foi simples, mas, muito cordial.” (“A Escola Argentina recebe o retrato de Sarmiento”, O Brasil, Rio de Janeiro, 12/07/1927)

Arquivo Fernando de Azevedo JEB / USP

grupos de professores brasileiros também visitaram este país

“NOVA YORK, 14 (U. P.) - O Instituto de Educação Internacional anunciou o programa de viagem de onze professores brasileiros, que chegam aqui, hoje, pelo ‘Americam Legion’ Um ‘cutter’ do serviço da renda interna, conduzirá o consul geran Sebastião Sampaio, o Sr. Lawrence Duggan, diretor da divisão latino-americana do Instituto, o Dr. Stephen Duggan, diretor do Instituto de Educação Internacional e o Dr. Delgado de Carvalho, chefe do grupo brasileiro, que chegou antes da delegação, para saudar os viajantes.

O grupo ficará nesta cidade uma semana. Depois irá a Baltimore, Washington, Philadelphia e Boston.” (“Professores brasileiros nos Estados Unidos”, O Globo, Rio de Janeiro, 14/01/1930)

“NOVA YORK, 18 (Havas) - O Instituto Internacional de Educação ofereceu, ontem, à noite, grande banquete em honra da embaixada de educadores brasileiros ora em visita aos Estados Unidos.

O agape resultou numa brilhante demonstração de cordialidade ‘yankee’-brasileira. Foram trocados vários e eloqüentes brindes em que se exaltou a tradicional e sólida amizade que une os dois países e encareceu a importância da recíproca cooperação na obra da educação.” (“Os professores brasileiros em Nova York”, A Noite, Rio de Janeiro. 18/01/1930)

“Em agosto de 1927 - informou a senhorita Alda Lodi - o governo mineiro, por decisão do Dr. Francisco Campos, resolveu mandar aos Estados Unidos, para aperfeiçoamento de estudos, uma turma de professores, tendo sido escolhidas as seguintes: Ignacia

Arquivo Fernando de Azevedo JEB / USP

Guimarães, Amélia Monteiro, Benedicta Valladares Ribeiro, Lucia Shimidt Monteiro de Castro e eu.

Admitidas ao Colégio de Professoras da Universidade de Colombia, em Nova York, lá passamos um ano freqüentando cursos teóricos e práticos, observando métodos e acompanhando experiências. Terminados o nosso período de especialização regressamos em 1929 e fomos designadas para a Escola de Aperfeiçoamento criada pelo governo, de acordo com o plano da reforma do ensino para completar o preparo do professorado mineiro.” (“Modernas diretrizes pedagógicas”, O Jornal, Rio de Janeiro, 07/01/1930)

recursos financeiros necessários

“(...)enquanto nossos vizinhos procuram completar a educação de seu povo. Proporcionando, inteligentemente, a representantes de seu escól intelectual viagens a países de progresso notável (...) os professores de nossas escolas, salvo quando possuem recursos pessoais suficientes, não podem empreender viagens de estudo ao estrangeiro, a menos que arrendem uma comissão qualquer que justifique tais viagens. Muito mais prático sera adotar como norma a remessa dos dirigentes da formação mental de nossos jovens aos centros culturais de fora do Brasil, em excursões reguladas de modo a que, delas tirando proveito pessoal, pudessem transmití-los a seus discípulos com o propósito de lhes aprimorar a educação.” (“Viagens de Professores aos centros de progresso mundiais”, O Imparcial, Rio de Janeiro, 04/01/1929)

“Está a salvo o Estado de Minas. Já chegou a Embaixada da Instrução! Quem a chefia? O professor Alberto Alvares! Este cavalheiro se não existisse era preciso inventá-lo! Que os Alberto Alvares passeiem as custas do Tesouro de Minas em comissões vantajosas, tolera-se. Mas que andem a inventar coisas para atirar o ridículo sobre este pobre Brasil, é demais!

Professores competentes, espíritos organizadores, andam por aí desempregados ou ganhando uma verdadeira miséria e vai-se buscar no estrangeiro gente que não conhece a nossa língua nem os nossos hábitos para educar a mocidade brasileira! (...)” (“A Embaixada da Instrução de Minas”, O Jornal, Rio de Janeiro, 24/02/1929)

higiene escolar

“O Estado do Rio possui, há algum tempo, desde o governo Feliciano Sodré, um serviço modelo de higiene escolar, cuja admirável organização poderia servir de paradigma aos Estados mais adiantados. Ainda agora acabam de ser publicadas as estatísticas referentes ao ano findo, de um dos departamentos de serviço - de moléstias de ouvido nariz e garganta, a cargo do conceituado especialista Dr. Henrique Mercaldo. As cifras das crianças atendidas durante aquele período mostram a eficiência daquela ramificação do dispensário escolar.

O mecanismo do serviço geral de higiene infantil no Estado do Rio é dos mais completos em Niterói.

Existem as enfermeiras visitadoras, que percorrem a escolas e encaminham para os postos médicos as crianças consideradas enfermas. Aí são estas examinadas e conduzidas, depois, para o dispensário conveniente, desde o dentário até as especialidades em diversas moléstias.

Esse serviço é, aliás, por assim dizer, precedido de um outro, o de higiene pré-natal, também de ótima organização.

É assim que se preparando no Estado do Rio uma população escolar das mais sadias e robustas. “ (*“Higiene escolar”*. O Paiz, Rio de Janeiro, 11 jan. 1930.)

educação física

“Dentre todas as partes da educação, a que, talvez, mais profundamente se tenha ressentido das influências prejudiciais do preconceito e do abuso e de todos os obstáculos, enfim, que se acumulam na rotina do empirismo, é a educação física. Trata-se ainda o menino como um homem em miniatura, em redução. Daí uma educação essencialmente precoce, que perturba sua evolução integral. Ora estando assente que a criança constitui, tanto física como psiquicamente, um tipo especial que difere do adulto, não só do ponto de vista quantitativo, mas qualitativo, como não se inferir daí a necessidade de se tratar a criança como criança? Como não atender o conselho de Rousseau que nos manda deixar amadurecer a infância nos meninos, conformando a ginástica ao seu estado de desenvolvimento físico e psíquico?

Esquece-se mais das vezes, observa ainda Rousseau, que a natureza quer que os meninos sejam tais, antes de serem homens e que inverter esta ordem num sistema educativo é correr o perigo de produzir frutos prematuros, que cedo ou tarde irão proclamar lastimosamente contra essas teorias eivadas de tão grosseiro empirismo ainda adotada na maior parte das nossas escolas. Não há pedagogia de peso e nota que já não tenha mostrado a necessidade de se redimir a infância da materialidade e das torturas da velha educação exclusivamente pela ginástica de aparelhos, de aliviá-la dos vexames e do martírio do ensino rotineiro, imposto pela violência, e de abandonar a antiga tendência de se desenvolverem unicamente os músculos, com desperdício das energias que do corpo humano derivam por função dos aparelhos mantenedores do equilíbrio fisiológico.

A ciência e uma prática diuturna tem sobejamente demonstrado que os músculos grossos não indicam absolutamente resistência à fadiga e o que importa é o funcionamento perfeito dos órgãos de nutrição, e em particular do coração e dos pulmões e da alimentação das toxinas acumuladas no organismo depois de um trabalho fatigante. A ginástica acrobática e empírica deve ceder de vez o lugar e o passo à ginástica baseada em observações mais precisas. Seu fim deve ser de ordem social: o aperfeiçoamento de nossa natureza em nosso meio; o aumento de nossa energia física e moral e a utilização desta energia, isto é, a ginástica sob seu duplo aspecto de desenvolvimento e de aplicação. Os meios e os processos de educação física são esclarecidos pelas ciências conexas que são a fisiologia, higiene e mecânica. Não se deve também, nota Tissié, baralhar movimento e ginástica. O movimento, como a palavra, não se basta a si mesma; uma sintaxe os rege. Os movimentos e o esporte e o aéreo de aparelhos não são ginástica educativa. O corpo humano é o melhor dos aparelhos de ginástica.

Assim, sob esse ponto de vista, duas escolas acampam nos centros pedagógicos: uma quer ver na ginástica de aparelhos o melhor processo de educação física; não são muitos, agora, que a perfilham; outra filiada por Tissié, trata aquele método de “ginástica de símios”, não encontrando nenhuma das vantagens que seus defensores proclamam. Os campos estão bem delimitados. Admitindo com estes que não se deve impor está ginástica como um método exclusivo de educação e muito menos com o processo mais adequado para a cultura corporal do menino e do adolescente, aprez-nos, porém considerá-la como um admirável esporte, equiparável aos pesos, à luta, ao boxe, à corrida a pé, à natação, à regata e tantos outros, que certo não serão prejudiciais a todos, podendo mesmo ser um

Arquivo Fernando de Azevedo JEB / USP

complemento à ginástica educativa. A experiência já acentou o princípio da ginástica teórica que o menino tende a duplicar suas forças e o adulto a aumentar as suas pelo simples jogo dos músculos sem o intermédio de aparelhos e sem exercícios violentos. *Mas muito lhe tem custado e lhe custará ainda para que se implantem nas nossas escolas estes rudimentos da pedagogia moderna. (...)* (AZEVEDO, Fernando de. “Da educação física: o que ela é, o que tem sido e o que deveria ser. p. 159-60.”)

Eugenia

“Tese apresentada ao primeiro congresso brasileiro de eugenia pelo professor Dr. C. A. Barbosa de Oliveira

A eugenia será uma realidade viva e gloriosa quando reinar francamente na consciência livre e bem esclarecida da personalidade humana!

A massa vale o que valem as unidades e do seu agrupamento se forma a humanidade, como ser coletivo.

Façamo-nos bons, um a um; grupemo-nos então para coletivamente nos tornar-mos melhores!

Cada consciência retamente educada é uma força para o bem: aproveitemos essa força para o bem da sociedade!

Como educar retamente as individualidade? Como formar perfeitamente a personalidade humana, base da coletividade social?

Pela educação ministrada sabiamente na Escola, pelos princípios eugenicicos por ela superiormente ensinados!

A eugenia é a ciência do aperfeiçoamento moral e físico da espécie humana; visa a felicidade no seu ideal de perfeição!

Eugenizar é um problema biológico, em seu objeto e finalidade, mas sobretudo um problema econômico, social e eminentemente, um problema moral!

Na sua interdependência esses problemas pedem uma solução complexa, pelos fatores que nela intervém, mas de valor imenso pela missão formidável na influência da here-

ditariedade e do meio sobre os indivíduos e destas mesmas influências sobre a evolução da espécie.

A educação, como ciência, é afinal uma obra eugênica, cujo objetivo, como arte, é - baseada em ensinamentos preciosos oriundos da verdadeira pedagogia - eliminar, corrigir, disciplinar todas essas influências, tendo em vista o destino superior do homem e o seu papel como elemento da sociedade onde vai trabalhar e viver!(...)” (*“Educação moral e eugenia: these apresentada ao primeiro congresso brasileiro de eugenia pelo professor Dr. C. A. Barbosa de Oliveira”*. *Jornal do Commercio, Rio de Janeiro, 7 jul. 1929.*)

médicos

“O Conselho Municipal já tantas vezes famoso pelas suas extravagâncias de toda sorte, de quando em vez tem iniciativas, que, boas, contrastam com o grande acervo desabonador de seus créditos.

Assim é que, ainda há poucos dias, estive em foco pela bela iniciativa do interesse democrático Sr. Leitão da Cunha, com o seu projeto para a construção de casa operárias. (...) Agora de novo voltam-se as vistas para o Palácio do Largo da Mãe do Bispo, onde foi apresentado o projeto número 77, que estuda o aumento do quadro de médicos escolares.

É outra feliz iniciativa, sabido que é insignificante o número desses médicos inspetores, que apenas vinte e oito, ficam forçados a ter a seu cargo uma média de 3 mil crianças!

Isso importa num trabalho quase inútil desses esculápios, que, ao invés de serem um bem par a saúde da petizada, pela sua deficiência numérica são apenas um ônus para a fazenda, que paga e deles não colhe os benefícios que seriam de esperar, se fossem em número bastante para que o trabalho fosse vantajoso.

Não desconhecem os pedagogos modernos o quanto é amplo, o papel do médico, na educação e instrução. De fato, é graças a uma orientação biológica, que traças diretrizes ao ensino racional, que se consegue um aproveitamento máximo da inteligência dos alunos nos diversos graus do desenvolvimento.(...) “(“Os médicos escolares e o Conselho.” A Ordem, Rio de Janeiro, 25 ago. 1929.)

dentistas

“De acordo com a reforma do ensino municipal que vem sendo executada desde janeiro do corrente ano, a Diretoria de Instrução abriu concurso para o preenchimento de quatro lugares de inspetores dentários escolares, cujas funções vinham sendo exercidas por interinos ou comissionados.

A criação de tais cargos, justificada pela necessidade de se proteger a infância escolar, principalmente as crianças pobres, das infecções buco dentárias, mereceu aplausos gerais e sinceros, por se ver em tudo isso o desenvolvimento natural do aparelhamento sanitário de que se ressentia a instrução pública e que tanto se fazia necessário em defesa de nossa gente.

Agora realizado o concurso e feitas as nomeações, uma dúvida vem pairar sobre o novo serviço, que já sofre a suspeita de inútil e dispendioso. Porque isso, quando os novos inspetores ainda não foram empossados, não se conhecendo, portanto, as idéias próprias de cada um e as ordens de serviço do diretor geral, responsável pela execução da lei de janeiro?

A explicação talvez seja fácil, e é bem possível que ela tenha origem no exemplo dos inspetores médicos, que, desfrutando uma situação invejável, com magníficos vencimentos, somente aparecem nas escolas “uma vez na vida”, por mero desfatio. E o mais interessante é que nem a reforma conseguiu modificar tais hábitos, já muito antigos e que agora servem de pretexto e provável malandragem dos inspetores dentários.

Em todo caso como se trata de suspeitas convém esperar...” (“*Inspectores dentarios*”).

Arquivo Fernando de Azevedo JEB / USP

O Imparcial, Rio de Janeiro, 27 out. 1928)

“Inspectores dentarios”. O Imparcial, Rio de Janeiro, 27 out. 1928
REMETER para A reforma em recortes ...A4/252 - 560

serviço médico nas escolas

“Com a reforma do ensino recentemente posta em vigor os serviços médicos escolares do Distrito Federal adquiriram uma latitude mais ampla e uma eficiência que se vai revelando à medida que se organizam, em bases mais amplas e científicas, os seus princípios fundamentais.

Essa obra, a que tem dedicado louvável carinho e atenção o Sr. Dr. Fernando de Azevedo, Diretor da Instrução Municipal, foi confiada ao Sr professor Oscar Clark, médico escolar e lente da nossa Faculdade de Medicina, onde ocupa um posto de evidente relevo pelo seu saber, capacidade profissional e dedicação ao magistério superior.

O amparo e defesa da saúde dos nossos escolares careciam realmente, de um trabalho de centralização sem o qual se perdia grande parte dos esforços isolados dos médicos escolares, recrutados, entretanto, entre os nossos profissionais mais dignos e mais competentes. O interesse que o Sr. Fernando de Azevedo vem revelando por esses assuntos e os esforços do inspetor Chefe dos serviços médicos escolares do Distrito Federal vão produzindo os mais alentadores resultados, bastando, para comprovar isso, a leitura dos relatórios apresentados pelos diversos médicos escolares relativos ao mês de julho último.

Esses relatórios abrangem os mais diversos aspectos das questões da higiene e medicina escolares modernas, implicada a existência de um serviço que nada fica a dever ao das grandes capitais cultas, onde ele já se encontra organizado há muito tempo.

O sistema de fichas adotado agora, permite a cada médico escolar uma visão direta e radical do estado sanitário de cada escola e de cada aluno, sem perigo de omissões e

Arquivo Fernando de Azevedo JEB / USP

descuidos que poderiam ser funestos aos interesses da coletividade. (...)” (*“Os serviços médico-escolares do Districto Federal: sua organização e eficiência.”* Jornal do Commercio, Rio de Janeiro, 31 ago. 1928.)

enfermeiras escolares

“A intromissão da mulher nos serviços de saúde pública está destinada a transformar completamente a sua máquina administrativa e técnica. Cada dia que se passa mais avulta a sua colaboração sob a forma de enfermeiras visitadoras. Entre nós ainda não se convenceram, os poderes públicos dessa necessidade, ou pelo lamentável equívoco acerca da incapacidade do trabalho feminino, julgado inferior ao representantes do sexo forte, ou pela necessidade de acomodar um exército de médicos auxiliares, nas verbas destinadas a distribuir saúde pela população. Eis porque ainda se ouve, em 1930, obrado de um higienista dizendo que “A saúde pública precisa de enfermeiras visitadoras.” Quem acaba de pronunciar esse testemunho foi o Dr. J. P. Fontenelle, autoridade técnica do Departamento de Saúde Pública, que assim prova publicamente que a velha aspiração dos entendidos ainda não logrou, entre nós, ser convertida em realidade, a despeito de reiteradas solicitações nesse sentido.(...)”

A escola D. Anna Nery, em cinco anos, diplomou noventa e quatro enfermeiras. Mas apesar dessa circunstância, que já fazia esperar por um surto promissor da nova profissão, hoje existem apenas vinte e oito enfermeiras de Distrito, quando elas já foram em número de trinta e sete. Porque semelhante fato? Porque elas estão desertando, certamente por não encontrar a atração que o cargo lhe deveria oferecer. No entretanto, as condições de vida não são atualmente tão favoráveis que expliquem esse êxodo das visitadoras, de cuja colaboração, como ainda provou aqui a organização do centro de saúde de Inhaúma, aproveitariam imenso os serviços de higiene pública.” (VELLOSO, Antonio Leão. *“Enfermeiras visitadoras”*. Correio da Manhã, Rio de Janeiro, 12 fev. 1930.)

pelotões de saúde

“Num movimento verdadeiramente cheio de louváveis objetivos formou-se, aqui, por iniciativa toda particular, uma Cruzada para conciliar a campanha contra a febre amarela.

A esse movimento se filiou, num fidalgo gesto, a Diretoria de Instrução Pública, que para tanto baixou um edital; indicativo das medidas a seguir, dentre as quais se conta a formação dos pelotões de saúde, constituídos por alunos para o fim da descoberta e extinção de focos nas escolas e arredores.

Críticas apologéticas já se levantaram, como apreciações censuráveis já forma feitas à medida do Sr. Fernando de Azevedo. Não nos interessam, porém, nem as primeiras nem as segundas, porque o nosso juízo a tal respeito não está filiado às zumbaias nem as recriações. Indagaremos apenas: a participação escolar no combate ao tifo icteróide tem um valor pedagógico?(...)

Vantagens haverá portanto na formação dos pelotões de saúde? Acreditamos que sim. O surto epidêmico que ora nos intranqüiliza tem que interessar à infância escolar, fazendo-a participar, direta e ativamente, na descoberta e extinção de focos ao seu alcance. Para a didática contemporânea de Dewey, de Ellen Parkhurst, de Ferrière, de Cousinet, o trabalho dos alunos deve ter sempre uma significação intelectual e social, quer pela sua natureza, quer pela sua finalidade.

O interesse, esta alma do ensino, como nasce senão do assunto e da oportunidade? A modorrenta lição cantada dentro de uma sala e em meio a carteiras torrantes não vale o

Arquivo Fernando de Azevedo JEB / USP

esforço do professor nem o martírio da classe ... Não é uma novidade, mas convém que registremos - a escola deve ser um laboratório onde a atividade direta da inteligência do garoto possa buscar, na experiência e na observação, aquilo que a sua curiosidade exige e que não encontra nos célebres livros de textos, transbordantes de informações endurecidas, causa de indigestões mentais para cérebros em formação." (PALMEIRA, Luiz. "A participação escolar no combate à febre amarela". *Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 4 maio 1929.*)

inspetores sanitários

“Para que se possa se possa bem avaliar a importância que na obra de reforma do ensino assume o problema complexo da higiene física do aluno e da higiene escolar é bastante percorrer os vários títulos da parte VII do Decreto 2940 de 22 de Novembro de 1928.

O serviço de higiene escolar compreende, entre outras, quatro questões de capital relevância: o exame médico de alunos e professores, a educação sanitária, a alimentação dos escolares e a organização das clínicas.

Deve o inspetor médico examinar os alunos das escolas a seu cargo e consignar na ficha sanitária o resultado de cada exame, assim como as indicações terapêuticas e as medidas antropométricas.(...)

Para a educação sanitária e difusão dos princípios de higiene, entre outros meios empregados cumpre mencionar o curso de conferências realizadas pelo corpo de Inspectores médicos. Formam essas conferências um volume de cerca de 700 páginas.

(...)

Melhor do que palavras, dizem com eloquência as cifras seguintes, que correspondem rigorosamente ao:

Serviço médico escolar, durante 12 meses:

Número de visitas de inspeção às escolas públicas, 7855;

número de visitas de inspeção às escolas particulares, 505;

alunos examinados, 35910;

Arquivo Fernando de Azevedo JEB / USP

fichas sanitárias, 8843;
alunos afastados, 963;
professores examinados, 1547;
professores afastados, 58;
empregados examinados, 460;
empregados afastados, 9;
inspeções de saúde, 1140;
inspeções de saúde na Diretoria, 1.114;
inspeções de saúde em domicílio, 39;
exames de laboratório, 77;
exames de raio x, 21;
vacinações, 1448;
revacinações, 5908;
operações, 29;
curativos, 1399;
prescrições, 2525;
preleções, 1351;
exames de prédios, 342;
informações, 31;
ofícios, 283;
injeções, 286;
guias para ambulatórios, 421. (...)” (“*Serviço médico e dentário escolar*”. Boletim de Educação Pública. Ano I, número 1. Rio de Janeiro, jan./março 1930 p.136-137)

Sociedade médico-escolar

“Sob a presidência do professor Oscar Clark, inspetor chefe, realizou-se no dia 24 mais uma reunião semanal da Sociedade Médico-Escolar, na sede da Escola Colômbia.

Essa reunião revestiu-se de grande interesse pela raridade dos casos clínicos apresentados e importância dos trabalhos relativos à melhoria das condições sanitárias da vida escolar no Distrito Federal.

O professor Clark apresentou um caso raro de diabetes insípido em uma moça de 21 anos de idade, cuja emissão urinária atingia 24 litros por dia. Os sintomas apresentados por essa doente eram: dor de cabeça, vômitos incoersíveis, cessação das regras, sede intensa e diurese abundantíssima (...)

O exame atual revela uma rapariga bem nutrida, com Wassermann positivo. O professor Clark ensaia o tratamento específico e sintomático, sendo este por meio de injeções de hipofisia que dão ótimo resultado. A diurese abaixa para quatro litros por dia. O diagnóstico anatômico provável é: “meningite na base do cérebro comprometendo o hipotalamo”.

O caso foi discutido pelos doutores Pedro Pernambuco e Pires Ferrão que tecem, a respeito, oportunas considerações.

Em seguida, o Dr. Pedro Pernambuco um lindo caso de infantilismo com atraso pedagógico mas sem déficit mental. Todos os testes mentais mostraram ser bom o nível intelectual do aluno. As reações para sífilis tanto nas crianças como nos pais.

Ambos os casos muito interessaram os médicos presentes. O Dr. Augusto Linhares

Arquivo Fernando de Azevedo JEB / USP

falou, em seguida, sobre a gagueira, ficando combinado que a próxima reunião, que será a 13 de setembro, seja dedicada ao estudo de semelhante perturbação na articulação das palavras(...)" (*Interessante reunião na Sociedade Medico-Escolar: foram apresentados novos e curiosíssimos casos clínicos*". A Noite, Rio de Janeiro, 24 ago. 1929)

cruz vermelha juvenil

“Pede-nos a publicação das linhas abaixo a Sra. D. Alice Sarthou, dedicada secretária geral da seção juvenil da Cruz Vermelha Brasileira:

“Assoberbada por inúmeros afazeres, só hoje me é possível dizer-lhe a profunda gratidão da diretoria da Cruz Vermelha Brasileira pelo generoso que impeliu V.S. à propaganda da seção juvenil nos seus tópicos da cidade, hoje em dia os verdadeiros orientadores da opinião pública no Distrito Federal.

Quanto à mim (...)tenho como da mais elementar, da mais estrita justiça, restituir a César o que é de César.

Atribuindo-me V. S. o desenvolvimento das seções juvenis em nossas escolas municipais, nega ao magistério todo o merecimento e toda a abnegação empregados em despertar nas crianças o sentimento de solidariedade base da nossa instituição.

Pela documentação junta, verá V. S. que a pígrafe dos estatutos diz que a Cruz Vermelha Juvenil é “obra essencialmente escolar e sua perfeita realização depende e resulta da da dedicação do magistério e da boa vontade dos escolares”.

A eles pois, em boa justiça, todo o merecimento do movimento realizado nas escolas que aderiram à Cruz Vermelha Juvenil. (sic)

Lentamente, ainda, aderem as escolas; porém, profícuo e seguro, afirmo-o, é o trabalho que vem sendo realizado pelo esforço conjunto do professor e do aluno (...)

Alice Sarthou”

(AZURÉM, Júlio de. “A Cruz Vermelha Juvenil”. O Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 2 ago. 1927.)

clínica escolar

“Com a presença de autoridades municipais, professores, médicos e representantes da imprensa, realizou-se a 30 de Abril, a inauguração da primeira Clínica escolar do Distrito Federal.

Essa clínica, que está instalada em prédio especialmente para isso adaptado à rua General Canabarro, atenderá ao tratamento das crianças do 8º Distrito escolar, recebendo o nome de Oscar Clark, em homenagem ao Inspetor chefe dos serviços médico-escolares do Rio, o qual com grande dedicação tem trabalhado para a reorganização desses serviços na atual administração do município.

Em prédio apropriado, possui os seguintes serviços: laboratório, completamente instalado, para fazer quaisquer pesquisas e exames biológicos, bem como vacinas, etc.; gabinete de oftalmologia, com ampla câmara escura, dotado de moderno aparelho para estudo e correção dos vícios de refração; gabinete de otorrinolaringologia, também inteiramente aparelhado, para tratamento das afeções do ouvido, nariz e garganta; seção de pele e sífilis; farmácia, amplamente fornecidas de medicamentos necessários ao tratamento de verminoses, pele e sífilis, impaludismo e mais doenças comuns ao nosso meio; sala de esterilização, com todos os aparelhos empregados na esterilização dos materiais necessários ao funcionamento de um hospital.

Todas essas instalações pautam-se pelos mais modernos progressos da cirurgia e da clínica médica, representando a sua inauguração um grande serviço à causa da saúde da população pobre das nossas escolas.

Arquivo Fernando de Azevedo JEB / USP

Representando o Sr. Prefeito, o Dr. Mário Cardim congratulou-se com os professores e médicos presentes por esse grande melhoramento com que acaba de ser dotada a nossa capital, acentuando a nossa carência de instituições hospitalares e os danos que isso acarreta, especialmente à população infantil. Em seguida apresentou, em nome do Prefeito, os seus cumprimentos ao Professor Oscar Clark, cujo nome ficará ligado a esse notável empreendimento (...)” (“Clinica Escolar Oscar Clark”. Boletim de Educação Publica. Ano I, número 3. Rio de Janeiro, jul./set. 1930 p.439-40.)

Cruzada nacional contra a tuberculose

“A iniciativa da Cruzada Nacional contra a tuberculose - diz o Dr. Zopyro Goulart - delinea-se entusiasticamente como organização de uma benemérita obra, com objetivo de assistência alimentar as crianças pobres e desnutridas, que freqüentam nossas escolas públicas primárias. (...) Ainda em 1917, quando trabalhava no antigo 3º distrito escolar, tive o ensejo de prestigiar a criação do copo de leite da Escola Tiradentes, talvez o primeiro aqui instituído em escola primária, por iniciativa da Sr. Ilza Martins de Macedo, (...) igualmente prestigiei o belo gesto de um grupo de senhores da alta sociedade, que comemorando a semana de educação, em outubro de 1928, inaugurou um serviço de distribuição de leite aos alunos pobres; esse copo de leite deve estender-se, em breve, a uma terceira escola e vem funcionando ininterruptamente, com recursos próprios, sem auxílio oficial ou oficioso de caixa escolar. O que tem conseguido essa organização particular dá-me plena confiança no vitorioso sucesso da Cruzada, em sua benemérita iniciativa, de agora, a qual, vindo coordenar e ampliar esforços dispersos, merece o maior apoio daqueles que tem um pouco de sensibilidade ao sofrimento das pequenas vítimas da miséria e de todos quanto pensam, um instante, no futuro da nossa nacionalidade”

Interrogado sobre o valor que terá essa assistência alimentar, do ponto de vista da profilaxia da tuberculose, respondeu, o Dr. Zopyro Goulart:

“A Cruzada, por certo, a não idealizou como simples expressão de caridade, acordada por um sofrimento individual. Conscientemente à concebeu na presunção acertada, a respeito da carência alimentar como causa da tuberculose. É esse um assunto que não

causa mais discussão entre os estudiosos dos fatores sociais da tuberculose, principalmente depois da grande guerra, segundo relatórios apresentados ao Congresso de Strasburgo em 1923. (...)

- Serão numerosos os escolares necessitados dessa assistência?

- Não há estatísticas exatas, mas posso calculá-los em algumas dezenas de milhares; em todos os distritos são eles realmente numerosos. No 1º distrito, que atualmente inspeciono, e que abrange Copacabana e Gávea, à primeira vista parece que sua população escolar deve apresentar-se suficientemente alimentada; entretanto em sua maioria, constituí-se de crianças visivelmente hipotrofiadas, desnutridas e anêmicas.

É que nesses bairros aristocráticos a par das residências confortáveis, das vilas graciosas e dos elegantes bungalows, uma nova favela se vai alastrando pelas extensas áreas e subindo pelas encostas dos morros, num doloroso contraste de pobreza, de miséria e de sofrimento.

- Portanto, é evidentemente benemérita a iniciativa da Cruzada e deve merecer o apoio de todos ...

- Sem dúvida. É nosso dever de brasileiros e de patriotas aplaudir, prestigiar e amparar praticamente a grandiosa iniciativa da Cruzada, fornecendo-lhes os recursos necessários à sua maior eficiência, pois que protegendo e salvando a infância de hoje e correlativamente melhorando as futuras gerações, o que se projeta, na verdade será elemento eficaz de profilaxia anti-tuberculosa e obra notável de defesa nacional.

Não desejando-me deter na apreciação do seu aspecto moral e espiritual, razão bastante para exaltar as benemerências da grande obra, devo, entretanto, lembrar aos seus

Arquivo Fernando de Azevedo JEB / USP

leitores, como claridade orientadora dos nossos passos, um elevado conceito de cooperativismo, que ainda ontem li e que foi expresso por Amado Nervo, em seu famoso livro, "Elavacion - Plenitud": "Irás por el camino buscando a Dios, pero atento a las necesidades de tus hermanos". (*"A Cruzada Nacional contra a Tuberculose vae socorrer os escolares pobres: fala-nos o Dr. Zopyro Goulart, inspector medico."* A Noite, Rio de Janeiro, 8 set. 1929.)

combate à febre amarela

“No intuito de auxiliar a campanha contra a febre amarela, o sr. Diretor Geral de Instrução Pública baixou um edital determinando aos srs. Inspectores escolares, inspetores médicos e diretores de estabelecimentos de ensino, que ponham em prática, imediatamente além de outros meios ocasionais, as medidas seguintes:

Os Srs. inspetores médicos farão em todas as escolas, preleções, em linguagem simples e acessível a todas as crianças, sobre a febre amarela e os meios de combatê-la.

Deverá ser exibido em todas as escolas onde for possível o filme sobre a febre amarela de autoria do dr. François Norbert (este filme e os aparelhos respectivos poderão ser requisitados na sub diretoria técnica).

Serão distribuídos os boletins editados pela Saúde Pública e afixados em todas as escolas cartazes que contenham os princípios fundamentais da profilaxia e combate à febre amarela.

Deverão ser organizados pelos srs. Inspectores escolares e médicos e diretores de estabelecimentos de ensino, pelotões de saúde, constituídos de alunos, para descoberta e extinção de focos nas escolas e nos arredores.

Estender-se-ão as famílias dos alunos, por meio das enfermeiras escolares e do círculo de pais e professores os princípios e os hábitos de profilaxia da febre amarela.

Será feita a fiscalização sanitária dos estabelecimentos particulares subvencionados exigindo-se destes, além da obediências das determinações regulamentares, a prática efetiva da profilaxia da febre amarela.

Arquivo Fernando de Azevedo JEB / USP

- Os filmes sobre febre amarela foram passados nas seguintes escolas Eptácio Pessoa, Escola Deodoro, Escola Cesário Motta e Instituto Ferreira Vianna.

Na próxima quarta feira às 15 horas, promovido pela Escola Paulo de Frontin será passado o filme no Cinema Velo." ("A febre amarella: o combate na instrucção municipal"). A Patria, Rio de Janeiro, 14 abr. 1929.)

Objetos de análise

“Fernando de Azevedo, ao assumir a Diretoria Geral, preocupou-se em estruturar a Escola Normal, tendo como suporte, escolas anexas, onde seria possível a prática do magistério. Para o educador, a formação para o magistério exigia três condições básicas: ambiente educativo - e por isso a construção do novo prédio, que trazia anexo ao corpo principal, um conjunto de edifícios onde seria possível o aprimoramento da prática docente -; ensino pautado em princípios científicos - a escola passava a ser concebida como laboratório; pesquisa e espírito de descoberta eram as pré-condições de uma educadora capaz de acompanhar o progresso social; e cultura geral sólida - a professora necessitava, para o exercício de suas funções, uma capacitação não apenas técnica, mas de caráter abrangente.” (Vidal, 1998, p. 88)

Polêmica na imprensa

“Está em plena vigência a reforma da instrução pública, cujo projeto, quando em andamento, tantas crises provocou no Conselho Municipal, chegando muitas vezes a circular, nem sempre de todo destituídos de fundamento, boatos de pedido de demissão do diretor do importante departamento de nossa Prefeitura. Mas o projeto passou, foi tornado lei e o sr. Fernando Azevedo ficou no seu posto para executá-lo. Entrando em execução, a reforma suscitou reparos, muitos dos quais eram a repetição dos que se fizeram quando ainda a lei caminhava nos seus primeiros trâmites pelo legislativo da cidade. Os nossos legisladores, porém, os nossos homens de administração, têm por hábito fechar os ouvidos às críticas, boas ou más, que as suas inovações sugeriram. Não podia, assim, a reforma da instrução, assunto de uma magnitude que não precisa de ser encarecida, sofrer no devido tempo a amputação daquilo que lhe prejudica a perfeição.

“Ainda há dias, por exemplo, em carta dirigida ao Correio da Manhã, o pai de uma jovem que aspira um lugar no corpo discente da Escola Normal nos chamava a atenção para uma anomalia conseqüente da atual lei de ensino do Distrito Federal. Para melhor esclarecer o assunto valemo-nos de um professor da própria Escola Normal, o dr. Brício Filho, antigo deputado e jornalista, que nos disse o seguinte:

“Conheço um pouco do assunto (...). Principiarei por declarar que têm toda a razão aqueles que fazem a reclamação motivadora da consulta que me é feita.

“Quando se passas de uma reforma à outra, quando se opera a mudança de legislação, é de bom aviso proceder com cautela na obra de adaptação. Entretanto, assim não

está acontecendo, como é exemplo o que concerne ao concurso de admissão à Escola Normal. O decreto n. 3.281, de 23 de janeiro de 1928, estabelece, no artigo 102, para permitir a entrada naquele instituto de ensino, as seguintes condições: idade mínima de 14 anos e máxima de 25; ausência de doença transmissível ou defeito físico; aprovação em exame preliminar de português (prova de redação sobre assunto da vida corrente), aritmética, até progressão, exclusive: e história e geografia do Brasil, segundo o programa das escolas primárias. São as mesmas exigências da lei anterior.

“Entre as disposições transitórias do decreto n. 3.281, está o artigo 362, assim redigido:

“ ‘Enquanto não houver alunos diplomados pelos cursos complementares criados por esta lei, a admissão às escolas normais, profissionais e domésticas será feita por concurso.’

“Do exposto, fácil é inferir que não havendo ainda os citados cursos complementares, só por meio da exibição de conhecimentos perante mesas examinadoras poder *[sic]* as requerentes lograr a inclusão no rol das normalistas para o início da carreira. F. como exhibir a habilitação indispensável? De conformidade com o artigo 102 - só pode ser a resposta - mesmo porque as suas cláusulas são perfeitamente iguais às que vigoravam até o momento de ser plantada a nova reforma. Foi à sombra de suas determinações que se prepararam as candidatas à matrícula.

“Em 23 de janeiro do ano corrente surgiu o decreto reformador e em 1 de fevereiro foram publicadas as instruções especiais para o concurso de admissão ao primeiro ano do curso normal, não dentro dos limites da lei anterior, não subordinadas às delimitações da

lei atual, mas exigindo, além das provas escritas de português, aritmética, história e geografia do Brasil, a prova gráfica de desenho. Tal inovação com que foram surpreendidas as pretendentes ao ingresso naquele centro educador.(...)” (*“As candidatas à Escola Normal ameaçadas”*. Correio da Manhã, 12 fev. 1928.)

“As candidatas à Escola Normal ameaçadas”. Correio da Manhã, 12 fev. 1928.

“Escrevem-nos do gabinete do sr. Diretor de Instrução Pública:

“Numa entrevista concedida ao Correio da Manhã afirmou-se que a prova de Desenho exigida no concurso de admissão ao primeiro ano da Escola Normal constitui inovação e surpreendeu as pretendentes ao ingresso nesse estabelecimento de ensino.

“A afirmação procurou estear-se, argumentado sofisticamente, em artigo vetado no decreto 3.281, mas foi infeliz, além de dezarrazoada, pois esqueceu o que está claramente determinado nos arts. 110 e 362 do precitado decreto. Ao diretor geral compete, por lei, estabelecer as condições de concurso de admissão à Escola Normal em 1928. Foi o que se fez em 1 de fevereiro fluente.

“Desconhecer a necessidade do desenho, já foi dito em nota anterior, gentilmente publicada pelo Correio da Manhã, é cristalizar-se uma pedagogia de 30 anos passados. Mas há coisa ainda mais grave e deplorável. O autor da entrevista reeditou as suas afirmações sofismáticas, pelos mesmos termos em artigo do Jornal do Brasil, o que jornalisticamente é pelo menos curioso (...)” (*“O concurso de admissão à Escola Normal e a Reforma de Ensino”*. A Pátria, 17 fev. 1928.)

Programa

Segundo Diana Gonçalves Vidal, 1998, p. 88-91:

“Concebida como estabelecimento destinado a formação propedêutica e profissional dos mestres, a Escola Normal com o curso estendido para cinco anos, oferecia as seguintes matérias:

Curso propedêutico: 1. ano: Português, Francês, Inglês, Geografia, Aritmética e Álgebra, Trabalhos Manuais, Desenho, Música e Canto, Educação Física;

2. ano: Português, Francês, Inglês, Corografia do Brasil, Geometria e Trigonometria Retilínea, História da Civilização, Trabalhos Manuais, Desenho, Música e Canto, Educação Física.

3. ano: Literatura Vernácula, Inglês, Física, Química, História Natural, Anatomia e Fisiologia Humanas, Psicologia, História do Brasil, Noções de Direito, Desenho, Trabalhos Manuais, Educação Física;

Curso profissional: 4. ano: Física, Química, História Natural, Psicologia Experimental, Pedagogia, Didática, Desenho, Educação Física;

5. ano; Sociologia, História da Educação, Higiene e Puericultura, Pedagogia, Didática, Desenho, Educação Física.

Rezava o Regulamento de Ensino, que os programas seriam formulados pelos cate-dráticos das matérias e aprovados anualmente pelo Conselho de Educação.

O quadro curricular implementado pela reforma de Azevedo para o curso Normal trazia algumas inovações com relação ao ensino em vigor no Distrito Federal. A primeira

delas, a supressão da disciplina Educação Moral e Cívica. Elucidava Fernando:

“Poderá notar-se (e já se tem reparado), na nova lei de ensino, a ausência da matéria ‘instrução moral e cívica’. A introdução dessa matéria no quadro de disciplinas provém, a nosso juízo, do preconceito que separou o mestre e o educador em duas personalidades distintas, quando devem ser duas faces da mesma individualidade. Todo professor, de acordo com os ideais da escola nova, é um educador: o professor que, dando a sua lição, julgou concluída a sua tarefa, não é digno da profissão que exerce, no interesse público. A ele é que cabe contribuir para a educação moral e cívica, pelo exemplo constante e pelas oportunidades que lhe dá o ensino a seu cargo.” (Boletim de Educação Pública. 1 (1): 19-20, jan. mar. 1930)

Educação Moral e Cívica deixava de ser instrumental para ser vivência. Mais do que instruir a futura professora - e para isto foi acrescentada ao programa Noções de Direito -, era imprescindível discipliná-la, transformá-la em exemplo vivo do civismo e da moral. As educadoras deveriam ter profundamente enraizados em seus comportamentos os preceitos da educação nacionalizante.

Outra inovação, o acréscimo de Anatomia e Fisiologia Humanas às disciplinas ministradas no terceiro ano do curso normal. A introdução da próxima mestra nos conhecimentos do corpo do educando preparava-a para melhor compreender as disciplinas profissionalizantes Higiene e Puericultura e Psicologia Experimental. Representava um dos aspectos da guinada técnica do conceito de educação.

Outra novidade era a distinção, pela reforma de 1928, entre formação propedêutica

e profissional. O curso propedêutico estendia-se pelos três anos iniciais, concentrando matérias que objetivavam fornecer às alunas uma cultura geral. Fato perceptível no tocante à exigência de Inglês e Francês, quando anteriormente a estudante poderia optar por um só idioma e no acréscimo de Noções de Direito.

O curso profissional concentrava-se nos dois últimos anos, com o ensino de Pedagogia, Psicologia, Didática, Sociologia, História da Educação e Higiene e Puericultura. Na concepção de Azevedo de escola como laboratório, não era necessária uma disciplina específica de prática. Indicava-se, apenas, no Regulamento de Ensino, que as aulas do ciclo profissional deveriam ser de cunho acentuadamente experimental, prevendo atividades práticas em laboratórios para turmas de 15 alunos no máximo. As alunas do quarto e quinto anos eram obrigadas a freqüentar a Escola de Aplicação e o Jardim de Infância, tomando parte direta nas atividades de oficina, cooperando com as crianças e auxiliando os professores na orientação pedagógica dos trabalhos; além de exercitarem-se em todas as ocorrências da vida escolar, do ponto de vista técnico e administrativo.

Pretendia-se que, no cotidiano das relações ensino-aprendizagem, a pesquisa e a experiência fossem o mote da educação. Isto explicava não só a quantidade de anexos projetados para o novo prédio da Escola Normal, como a ênfase na construção de laboratórios (...).

Das novas disciplinas introduzidas pela reforma de 1928, merece relevo Sociologia. Pois, de acordo com Azevedo, era a Sociologia que, “situando o papel da escola na sociedade e definindo sua função social, constitui-se elemento essencial à organização dos sistemas escolares em bases científicas” (Azevedo, 1931, p. 108).

Arquivo Fernando de Azevedo JEB / USP

A sociedade, percebida como em permanente mudança, exigia uma escola capaz de efetuar a adaptação progressiva do indivíduo aos novos acontecimentos, acompanhando o ritmo da civilização. À sociologia cabia limitar a tarefa da escola, confrontando-a às demais instituições sociais; e os pressupostos da teoria educativa, subordinando os imperativos psicológicos, aos anseios sociais. Realizava, assim, a necessária integração escola/família/Estado, matriz do pensamento escolanovista azevediano.

Pedagogia científica e experimental

“Conferência da série promovida pela Diretoria de Instrução sobre ‘A Escola Nova e a Reforma de Ensino’- Realizada no Instituto Nacional de Música pelo Dr. Jonathas Serrano, subdiretor da Instrução e ex-Diretor da Escola Normal.

“O artigo 87 do recente Decreto que reorganizou o ensino municipal dá-nos da Escola Normal a seguinte definição:

“ ‘A Escola Normal é um estabelecimento de ensino destinado à formação propedêutica e profissional dos mestres e deve ser organizada de tal modo que se constitua um centro de pesquisas pedagógicas’.

“Nesta definição é fácil distinguir duas partes: a primeira acentua o caráter profissional do instituto, cuja finalidade é a formação dos que se vão consagrar à nobilíssima profissão de educadores; a segunda recomenda ou melhor exige imperativamente que esse instituto profissional sui generis seja um centro de pesquisas, não de qualquer natureza, mas de ordem pedagógica.

“(…) Vêde bem que se alargam os horizontes: no dinamismo da nova escola desaparece a rigidez dos velhos moldes tradicionais e intangíveis. Os próprios métodos novos de ensino, que representam as mais recentes conquistas da pedagogia experimental, não são considerados definitivos ou absolutos: de acordo com a verdade científica, filha da observação paciente e meticulosa, todo método é suscetível de aperfeiçoamento. E é para a sedutora e dignificante tarefa de colaborar no constante melhoramento dos métodos que se devem preparar, num ambiente propício de atividade fecunda, os futuros técnicos de espí-

Arquivo Fernando de Azevedo JEB / USP

rito largo e arejado, que não ficarão presas da rotina, mineralizados, incapazes de reagir, de criticar de evolver.

“(…) Antes de qualquer outra coisa, é preciso que nos entendamos sobre o caráter experimental da moderna pedagogia. Em lugar de ser como outrora um estudo de ordem moral e constituir um ramos da ética, é, deste século para cá, uma disciplina de ordem psicológica. Ao invés de ciência de raciocínio e experiência, ciência de observação e experimentação. Passando da teoria à prática, muitos educadores têm procurado, na fundação de institutos organizados segundo as idéias de grandes mestres, verificar o real valor dos sistemas propostos. E a crítica fundada na experimentação é hoje, sem dúvida, uma das características mais dignas de registro(…)” (*“A Escola Normal - centro de pesquisas pedagógicas e de irradiação educativa”*. Jornal do Comércio, 30 mai. 1928.)

Uniforme

“Damos em primeira mão os novos uniformes da Escola Normal, uniformes esses modificados em virtude do artigo 747 do decreto 3.281, de 23 de janeiro de 1928. (..)

“Eis as especificações contidas nas instruções que deverão baixar ainda amanhã:

“Blusa branca de pano não transparente (morim, linho, tricoline) abotoada com botões de madreperóla, punhos e gola de 7 cent. De largura. Cinto de casemira branca 3 cent. De largura.

“Gravata de fita de gorgurão n. 12 azul marinho escuro, presa pelo distintivo da E.N. feito em metal prateado.

“Saia de casemira azul marinho escuro em machos de 10 cent.

“Casaco de casemira azul marinho escuro, com dois bolsos e botões cobertos da mesma fazenda.

“Calçado preto.

“Meias, cor de carne.

“Chapéu de feltro azul marinho com fita de gorgurão também azul n. 9, passada em volta da aba terminando num laço do lado direito.

“Os anos do curso serão distinguidos por cadarços de cor azul marinho presos no punho, sendo para o curso anexo cadarço estreito de _ cent. e para o normal cadarço de 1 cent.” (*“As normalistas vão ter novos uniformes”*. A Pátria, 14 mar.. 1929.)

Luiz Palmeira

“A idéia do celibato obrigatória para os professores foi oficialmente agitada na Conferência Nacional de Educação há pouco realizada em Curitiba (...).

“A Pátria resolveu promover um largo inquérito nos círculos do magistério afim de que a questão seja discutida com amplitude.

“Ouvimos, a propósito, o professor Luiz Palmeira, que é rigorosamente contra a medida. (...)

“Rodolfo Senet em sua ‘La educación primaria’, tratando das qualidades do professor cataloga as de ordem moral e destaca, sobretudo pela sua significação, os hábitos de honradez, imprescindíveis a quem educada e ensina.

“Ora, instituir o celibato é estabelecer, pois, uma medida imoral, porque a imoralidade é tudo que contraria o processo biológico da conservação da espécie, esquecendo-se outrossim esses inovadores que o instinto sexual é a base dinâmica da atividade. Somente quem ignora as teorias de Freud [sic] é capaz de por-se em defesa de um ponto de vista absurdo como o que foi levantado, de novo, na Conferência de Educação do Paraná.

“A mulher, já por vezes o tenho dito, está plenamente integralizada na comunhão social, é uma colaboradora eficiente que temos em todos os ramos da atividade prática e especulativa, não nos assistindo destarte o direito de pormos limites à sua ação coadjuvadora no progresso da vida coletiva.

“Há, verdadeiramente, uma tendência a favor da limitação do trabalho da mulher: é quando este trabalho diz respeito à indústria. (...)

Arquivo Fernando de Azevedo JEB / USP

“Quanto, porém, ao labor docente não há razão alguma para restringi-lo apenas à mulher solteira, pois bem sabemos qual a expressão da ‘libido’ e a influência que ela exerce na formação do nosso caráter.

“É deste [*sic*] a fase pubertária, ‘fase inicial do desenvolvimento humano, em que o poder germinal orienta todas as forças do organismo para a função da reprodução (Paulo Godim) que os dois sexos começam a sofrer a ação do determinismo biológico para garantir a perpetuidade da humana existência.

“E, depois, o que se nota numa escola infantil é que a professora casada é mais carinhosa, mais paciente do que a solteira. Esta, em via de regra, quando alcança uma certa idade, quando certos fenômenos do seu sexualismo atingem determinados pontos, o seu psiquismo é vitimado por um desequilíbrio nervoso”. (*“A idéia do celibato obrigatório para as professoras”*. A Pátria, 14 fev. 1928.)

“A idéia do celibato obrigatório para as professoras”. A Pátria, 14 fev. 1928.

Benevenuta Ribeiro

“A propósito do celibato pedagógico, inserimos hoje a opinião de d. Benevenuta Ribeiro, diretora da Escola Profissional Feminina Rivadávia Corrêa.(...)”

“Sou francamente favorável ao celibato das professoras, por julgá-lo uma necessidade para o ensino. Não digo isso porque sou celibatária. Digo porque essa é minha convicção. Acho que a professora quando se casa deve isolar-se do ensino. Se enviudar ou se a assaltarem dificuldades prementes estão poderá voltar a exercer sua atividade numa escola.

“Mas uma moça que se casa, que tem casa, que tem filhos, ou é má mãe, má dona de casa e boa professora, ou é boa professora e, nesse caso, má dona de casa. Ou a casa, ou a escola. Ou os alunos ou os filhos.

“Em minha escola tenho tido exemplos frisantes. Adjuntas que são ótimas auxiliares em solteiras casam-se e ficam péssimas. Tive adjuntas assim. Em solteiras eram tudo quanto poderia desejar de melhor. Casadas, tiveram até que ser repreendidas pelo diretor.

“Não. Não tenho a menor dúvida sobre o assunto. Sou pelo celibato. Professora é uma vocação, é uma profissão de renúncia. Professora não deve ser aquela que precisa ganhar a vida, mas aquela que se julgue capaz de o ser e com coragem suporte todos os sacrifícios.

“Com o celibato pedagógico só lucrará o ensino municipal”. (*“A idéia do celibato obrigatório para as professoras”*. A Pátria, 15 fev. 1928.)

“A idéia do celibato obrigatório para as professoras”. A Pátria, 15 fev. 1928.

Pendor natural

“A mulher, que já constitui a quase totalidade do magistério primário, apoderando-se, por esta forma, dos postos de direção, alargou os seus domínios, na educação popular, para que a indicaram, como uma função específica, as qualidades nativas com que a natureza as talhou para a maternidade. Não há terra sáfara que não verdeje, floresça e frutifique aos gestos gentis e largos de vossa mão, quando, educada para semear a paz, a espiritualidade e a beleza. Sempre foi, por isto, pela educação da mulher que começou a dos homens. Da antiguidade aos tempos modernos, a influência da mulher na educação dos filhos e na formação dos homens, foi sempre reconhecida e pregoada por todos como o fator principal e a influência mais profunda na evolução da personalidade humana. Daí dizer Laboulaye, com toda a razão, que ‘educar o homem, é formar um indivíduo que nada deixa atrás de si; educar uma mulher é formar toda uma geração’.

“A educação, - um apanágio quase exclusivo da família, na primeira idade, - tende certamente a deslocar-se do lar para a escola já pela industrialização crescente, já pelas condições econômicas que obrigam a mulher a ‘colaborar na manutenção da família’, já pela tendência do Estado a tomar a seu cargo a educação da criança. A mulher, por um lado, já não fica presa ao lar, cuidando dos filhos. Isolada, na antiguidade, em que a solidão dos gineceus se dedicava somente aos labores domésticos, passou a partilhar com os homens dos prazeres da vida social, para entrar a concorrer com eles, no exercício de quase todas as profissões e na disputa de funções remuneradas. A atividade da mulher, antes reduzida à vida do interior, na atividade recatada das famílias, multiplicou-se, obri-

gando-as a repartir o tempo entre os encargos domésticos e suas funções nas diversas esferas da atividade humana. (...)

“Mas, embora a atividade da mulher se tenha deslocado do lar para a vida exterior, não perdeu ela o exercício da sua tradicional influência na educação do homem, já porque o homem está todo inteiro nas roupas de seu berço (Tocqueville), já porque, se a educação se deslocou do lar para a escola, a mulher, como que por instinto, também se dirigiu para a escola, onde continua a ser nosso árbitro, ‘porque conserva nas mãos as duas idades que decidem de toda a nossa existência: a infância e a adolescência’. No lar e na escola ‘continuarão, por isso, as mulheres, a formar a atmosfera moral, em que crescemos durante a infância, e a projetar a sua influência em nossa vida de homens adultos’, na formação de cuja personalidade elas deixaram sua marca inapagável pela ação educativa que lhes coube desenvolver em nossa idade mais plástica e, por isto mesmo, mas suscetível de impressões profundas. (...)” (AZEVEDO. *“A formação do professorado e a reforma”*. Novos caminhos e novos fins, 1931, p.104-105.)

Arquivo Fernando de Azevedo JEB / USP

Matrícula feminina

“Escola Normal

Matrícula

Anos

Despesa com pessoal

H	M	Total		
57	2159	2216	1920	311:786\$507
45	1877	1922	1921	740:910\$865
48	1943	1991	1922	815:952\$781
43	1361	1404	1923	1.152:876\$782
34	1046	1080	1924	1.263:183\$739
15	1016	1031	1925	1.386:363\$032
32	820	852	1926	1.377:573\$008”

(“A Escola Normal no prisma estatístico”. O Paiz, 7 abr. 1928.)

Trabalhos de agulha

Segundo Diana Gonçalves Vidal, 1996, p. 35-35, Trabalhos de Agulha era:

“matéria exclusiva do período inicial de aprendizagem, com os seguintes tópicos:

“Bordado Richelieu, a ponto real, inglês, de aplicação sobre filó.

Filet - feitura da rede, serzido, cheio.

Macramê - ponto de jasmin, ponto de caçador.

Renda irlandesa diferentes pontos.

Confecção de peças para mobiliário e aposentos, com aplicação de pontos de bordado e rendas mencionados.” (Programmas, 1929, p. 76.)

Nenhum desses estudos, entretanto, qualificava a futura professora a lecionar a disciplina Educação Doméstica na escola primária - apenas a habilitava ao ensino de Trabalhos Manuais. E, assim mesmo com restrições, pois, cotejando-se as atividades a serem desenvolvidas nas escolas primárias com o lecionado nas normais, percebe-se que muitos dos trabalhos de agulha pretendidos não tinham seu respectivo ensinamento no curso profissional. Era o caso, por exemplo, de “enxoval de recém-nascido”. Nem recorrendo a Higiene e Puericultura, a professora formada pela reforma encontraria os conhecimentos necessários para a atividade docente de Educação Doméstica. Desautorizando o discurso de Azevedo, encontrar-se-ia no hiato entre a qualificação recebida e a suficiente para atender ao programa fixado para o ensino elementar. Restar-lhe-ia buscar, no âmbito da experiência vivida, os elementos indispensáveis a consecução de sua tarefa, tanto no que diz respeito a Educação Doméstica, quanto a alguns tópicos de Trabalhos Manuais.

A reforma de 1928, ao reconhecer na professora a mulher, não percebia incompatibilidades entre a formação profissional e o exercício docente, porque concebia a escola como uma extensão do lar. Era percebida como uma arte feminina a prática doméstica. Assim, se para ministrar aulas de higiene ou puericultura deveria a mestra recorrer ao saber científico; ao preparar a menina, para as futuras atividades de esposa e mãe, deveria voltar-se para sua própria vida, e socializar as alunas pelo mesmo processo através do qual ela foi socializada, tradição recebida de suas avós, recontada por sua mãe. Como se uma arte antiga integrasse todas as vivências individuais femininas, compondo uma prática homogênea, uma definição a-histórica de mulher.

A reforma carioca foi exemplar. Deixando a escola ser invadida pela experiência doméstica, se apropriava de uma prática familiar e, ao mesmo tempo, era moldada por uma representação social do papel da mulher. Diferenciava o ensino por sexo, projetava na menina uma expectativa de mulher - mãe e esposa - e, a partir daí, profissional - na medida em que a encaminhava, pelo curso vocacional e pela disciplina de Trabalhos Manuais a escolha de uma profissão feminina, preparando-a para a costura e o bordado. Ainda, no deslocamento para a esfera do público, a aceitação do magistério como atividade remunerada, porque seguia a mulher no “exercício da sua tradicional influência na educação do homem (...). No lar e na escola ‘continuarão, por isto, as mulheres a formar a atmosfera moral, em que crescemos durante a infância, e a projetar sua influência em nossa vida de homens adulta’...” (Azevedo, 1931)

Assim, consagrava um padrão de mulher, que parecia renascer das tradições, solidificado socialmente, pois remetia a uma definição idealizada de feminino; ao mesmo tem-

Arquivo Fernando de Azevedo JEB / USP

po produzia novo conceito de mulher, delegando-lhe o papel social de alicerce da família e, por conseqüência, do Estado. A nova mulher percebia-se como praticante de uma arte herdada da essência feminina, como D. Benta que de cestinha de costura no colo e óculos de couro na ponta do nariz simbolizava todas as avós brasileiras. Simultaneamente, atuava como reguladora científica das relações familiares, na medida em que incorporava saberes da higiene e puericultura ao seu fazer. Apesar de ocupar outra posição social, a mulher, modelada pela reforma, no discurso da época, atendia a um apelo da natureza ao desempenhar suas novas funções.

Diana Gonçalves Vidal, 1996

Raul Faria

“ Poucos dias depois, porém, o professor Oswaldo Orico era substituído pelo doutor Raul de Faria, segundo parece, por imposição da política mineira, pois o novo diretor fora deputado federal filiado à Aliança Liberal, cuja derrota do candidato à eleição para a Presidência da República fora um dos fatores determinantes do desencadeamento da Revolução de Outubro.

“Raul de Faria era então inspetor escolar no Distrito Federal e também um dos maiores opositores à nova situação que se criara para o ensino da Capital da República com a Reforma que se implantaria sob a liderança de Fernando de Azevedo.

“Assim, sob essa direção inteiramente adversa a todos nós que participamos desse movimento de modernização do ensino público no Distrito Federal, começaram os inquéritos e as investigações para apurar as irregularidades que acaso tivessem sido cometidas pela administração municipal que a Revolução interrompera em 24 de outubro de 1930.

*“ Não seria exagero afirmar que iríamos enfrentar um ambiente de verdadeiro revanchismo por parte de quantos se consideraram prejudicados por medidas adotadas pelos reformadores de ensino, capitaneados por Fernando de Azevedo” (**Lemme Paschoal. Memória 2. p 75-76**)*